**Universidade Estadual Paulista**

**CARLOS OTÁVIO SANTIAGO**

# CRÍTICA DA FUNÇÃO SOCIAL DO MICROCRÉDITO: IDEOLOGIA DO EMPREENDEDOR E EMPODERAMENTO

MARÍLIA
2020

CARLOS OTÁVIO SANTIAGO

# CRÍTICA DA FUNÇÃO SOCIAL DO MICROCRÉDITO: IDEOLOGIA DE EMPREENDEDOR E EMPODERAMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.
Área de Concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento.
Orientador (a): Prof. Dr. Agnaldo dos Santos

MARÍLIA
2020

S235c

Santiago, Carlos Otavio
Crítica da Função Social do Microcrédito : Ideologia do Empreendedor e Empoderamento / Carlos Otavio Santiago. -- Marília, 2020
158 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Agnaldo dos Santos

1. Microcrédito. 2. Ideologia. 3. Empreendedorismo. 4. Empoderamento. 5. Função Social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CARLOS OTÁVIO SANTIAGO

# CRÍTICA DA FUNÇÃO SOCIAL DO MICROCRÉDITO: IDEOLOGIA DE EMPREENDEDO E EMPODERAMENTO

Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Relações Internacionais e Desenvolvimento

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Agnaldo dos Santos, doutor, Unesp Marília

2º Examinador: _____
Francisco Luiz Corsi, doutor, Unesp Marília

3º Examinador: _____
Rosangela de Lima Vieira, doutora, Unesp Marília

4º Examinador: _____
Lincoln Ferreira Secco, doutor, USP

5º Examinador: _____
José Carlos Vaz, doutor, USP

Marília, de de 2020 .

Dedico esta tese à
Maria Helena Santiago (*in memoriam*)
Ângela Rúbia Oliveira Silveira
Amanda Lis Silveira Santiago
Yasmin Helena Silveira Santiago (*in memorian*)

# AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimentos parece ser uma tarefa agradável, afinal nos lembramos sempre de pessoas que acompanharam nosso trabalho, luta e empenho na árdua tarefa de desenvolver uma pesquisa acadêmica. Ao mesmo tempo, é uma tarefa também ingrata, pois, com frequência, nos esquecemos de citar alguém que, de forma direta ou indireta, também foi um espectador desta atividade. Não sem justiça, vejo-me na obrigação de formalizar meu agradecimento ao professor Agnaldo dos Santo, por ter dito sim ao meu projeto de pesquisa, de modo que, não apenas pela amizade, mas também pela oportunidade, sou-lhe grato. Também não há como excluir pessoas que presenciaram meu cotidiano e verificaram *in loco* minha angústia em determinadas fases desta atividade acadêmica, de modo que sou grato a minha esposa Rúbia e a minha filha Amanda por terem me apoiado e por terem me dado a tranquilidade necessária para que este trabalho pudesse ser finalizado. “O homem que tem amigos nunca é um fracasso”: essa fala aparece no filme “A felicidade não se compra”, dirigido por Frank Capra, em 1946, e passou a ser um mantra em minha vida, não por ser uma daquelas frases de efeito, mas pelo fato de que pude constatá-la empiricamente. Agradeço, assim, a todos os meus amigos; não preciso revelá-los pois sabem quem são. Deixo então o meu agradecimento por serem meus amigos e apoiarem as ideias aqui desenvolvidas.

Os homens fazem sua história,
mas não a fazem como querem.
Marx

# RESUMO

Esta tese procura desenvolver os conceitos de empreendedor e de empoderamento e associá-los ao incentivo de tomada de microcrédito para que este tenha uma função social, qual seja a de erradicar a pobreza e o desemprego. Desenvolvemos a hipótese de que a utilização do conceito de empreendedor e empoderamento são aspectos ideológicos que não cumprem com os objetivos do microcrédito de possuir uma função social e de erradicar a pobreza e o desemprego. Para isso, descrevemos historicamente o desenvolvimento do conceito de empreendedor e o associamos à concepção de Schumpeter sobre o termo para poder situá-lo no campo científico. O mesmo método é utilizado para o empoderamento, partindo das lutas por direitos civis dos negros norte-americanos e da etimologia da palavra *empowerment* para apresentar a hipótese de que o termo empoderamento, em suas mais diversas versões, nada tem de emancipação e autonomia, como pregam seus utilizadores (governos e movimentos sociais). Para isso, associamos o conceito de *empowerment* ao de conscientização desenvolvido por Paulo Freire para apresentar o aspecto ideológico do empoderamento. A literatura sobre microcrédito no Brasil não permite uma análise crítica e realista, ou seja, de acesso a crédito por parte daqueles que são classificados como vulneráveis sociais, "novos pobres" e pobres. Destarte, quanto se associa o acesso ao microcrédito como forma de empreendedorismo e empoderamento, governos e movimentos sociais apenas usam de uma retórica ideológica para manter a tensão poder/impotência entre os que oferecem a solução e aqueles que dela necessitam. Por fim, a hipótese de que não existe uma função social do microcrédito pautado no empreendedor e empoderamento é apresentada.



Palavras-chave: Microcrédito; Empoderamento; Empreendedor; Empowerment; Conscientização

ABSTRACT

This thesis seeks to develop the concept of entrepreneurial and empowerment and to associate it with the incentive to take microcredit so that it has a social function and eradicate poverty and unemployment. We developed the hypothesis that the use of the concept of entrepreneur and empowerment are ideological aspects that do not fulfill the objectives of microcredit to have a social function and eradicate poverty and unemployment. For this, we have historically described the development of the concept of entrepreneur and associated it with Schumpeter's conception of the term in order to situate it in the scientific field. The same method is used for empowerment based on the struggle for civil rights of North American blacks and the etymology of the word empowerment to present the hypothesis that the term empowerment, in its most diverse versions, has nothing of emancipation and autonomy that preaches its users (governments and social movements). For this, we associate the concept of empowerment with that of awareness developed by Paulo Freire to present the ideological aspect of empowerment. The microcredit literature in Brazil does not allow a critical and realistic analysis of this form of access to credit by those who are classified as social vulnerable, "new poor" and poor. Thus, when this access to microcredit is associated with entrepreneurship and empowerment, governments and social movements only use an ideological rhetoric to maintain the power / impotence tension between those who offer the solution and those who need it. Finally, the hypothesis that there is no social function of microcredit based on the entrepreneur and empowerment is presented.

Keywords: Microcredit; Empowerment; Entrepreneur; Empowerment; Awareness

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

PARTE I
1 CONSCIENTIZAÇÃO, IDEOLOGIA E MERITOCRACIA 16
1.1. Construção do conceito de Conscientização Social 16
1.1.1 O que é poder? 17
1.1.2 Conscientização em Paulo Freire 25
1.1.2 Ideologia 29
1.2 Meritocracia 37
1.2.1 O modelo de Bénabou 40
2 *EMPOWERMENT*, *POWER*, *POWERLESSNESS* E EMPODERAMENTO 43
2.1 Construção do conceito de *Empowerment* *45*
2.1.1 *Power* 47
2.1.2 *Powerlessness* *50*
2.1.3 *Empowerment* *54*
2.2 Construção do conceito de Empoderamento 60
2.2.1 Empoderamento individual: psicologia 63
2.2.2 Empoderamento comunitário 65
2.2.3 Empoderamento no marketing 67
2.2.4 Empoderamento feminista negro 71
2.2.5 Empoderamento empresarial 74

PARTE II
3 MUNDO DO TRABALHO E OS CONCEITOS DE EMPREENDEDOR 77
3.1 Mundo do Trabalho 77
3.2 O pêndulo petista 83
3.3. O conceito de empreendedor na econômia 88
3.3.1 A figura do empreendedor antes de Schumpeter 90
3.3.2 O empreendedor weberiano 97
3.3.2.1 O tipo ideal em Weber 99
3.3.2.2 O empreendedor weberiano como tipo ideal 100
3.4 O empreendedor schumpeteriano 102
3.5 Teorias sobre empreendedorismo depois de Schumpeter 108
4 FUNÇÃO SOCIAL DO MICROCREDITO E ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA 115
4.1 Pobreza 121
4.2 Função Social 124
4.3 Os significados do microcrédito 126
4.3.1 Breve histórico do microcrédito no Brasil 129
4.3.2 Perfil do tomador de microcrédito 131
4.3.3 O produto financeiro chamado microcrédito 133

4.4 Revisão da literatura nacional sobre microcrédito 135
CONCLUSÃO 146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 149
ANEXOS 156

## INTRODUÇÃO

"Empodere seu trabalho"; "Empodere seu mundo", diz a propaganda de uma marca de computadores. Desempregados e sem possibilidade de realocação a médio-curto prazo, milhares de trabalhadores ouvem o chamado para integrar a legião de microempreendedores individuais (MEI) e aderir ao Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e ao depois associado ao Programa Crescer[1]. O PNMPO é a implementação de uma política social que, ao invés de oferecer proteção aos desempregados e despossuídos, motiva-os a lançarem-se no mundo do autoemprego e transfere a esses sujeitos a exclusiva responsabilidade por seu sucesso material, difundindo a ideologia de uma meritocracia pautada em falsas esperanças de realização pessoal e profissional, de renda e trabalho através de seu próprio esforço, sem a necessidade de intervenção do Estado.

O ano de 2005 foi aquele em que o então presidente Lula promulga a lei 11.110 que estabelece o acesso ao microcrédito produtivo no Brasil como uma política de governo na tentativa de criar empregos e renda, porém essa iniciativa não é uma ideia nova. O prêmio Nobel da Paz de 2006, Muhammad Yanus[2] , também conhecido como banqueiro dos pobres, lança, nos anos 70, o experimento de emprestar pequenas somas de dinheiro a pessoas pobres. Tal movimento lança uma grande expectativa de que o acesso ao crédito por indivíduos de baixa renda é a tábua de salvação para erradicação da pobreza no mundo. Assim, encabeçada pelo Banco Mundial, disseminou-se uma campanha de acesso ao microcrédito para que os pobres pudessem obter renda por seus próprios meios (méritos), de modo que essa ideia culminou em uma série de projetos e estudos que associavam o acesso ao microcrédito à redução da pobreza.

Entre o ano 2005 e o momento atual, surgiram mais de uma centena de artigos, dissertações e teses que relacionam o acesso ao microcrédito como uma real possibilidade de erradicação da pobreza no Brasil. Muitos Economistas, administradores de empresas e

---

[1] "O Programa Crescer autorizou a União a conceder subvenção econômica, limitada a R$ 500 milhões por ano, a instituições financeiras que realizassem operações de microcrédito produtivo orientado de primeiro piso,[3] desde que as elas realizassem as operações de microcrédito produtivo com o tomador final, microempreendedor com faturamento bruto anual de até R$ 120 mil, nas seguintes condições:
• valor máximo do financiamento por operação: R$ 15.000,00;
• taxa de juros: 5% a.a.;
• taxa de abertura de crédito: 1% sobre o valor financiado." Disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil. Acessado em 2 MAI 2020.

[2] Yanus e uma série de outros autores estrangeiros (vide bibliografia desta tese) fizeram diversas publicações envolvendo o tema do microcrédito - algumas delas traduzidas em portugês - seja para apoá-lo, seja para criticá-lo. Como, em nosso meio, o material de crítica teórica e empírica sobre microcrédito é raro, focamos nosso esforço em desenvolver uma hipótese que pudesse ajudar na crítica teórica deste tema como foco na realidade nacional.

defensores da meritocracia veem no microcrédito a chance que o pobre tem de se erguer através do autoemprego sem depender de incentivos e investimentos do Governo. O que não se percebe, porém, é que essa chance de obter capital e gerar a própria renda significa, em outras palavras, erguer-se pelos próprios cabelos. A chave mestra para esse canto de sereia é uma ideologia de empoderamento e de empreendedorismo que juntas procuram justificar uma suposta função social do microcrédito.

Dessa forma, nosso objetivo é fazer a análise teórico-crítica da afirmação de que o acesso ao microcrédito cumpre uma função social, a saber a geração de renda e emprego, através da qual se pode obter a erradicação da pobreza. Para tanto, compreendemos a ideologia de empoderamento e de empreendedorismo como pilares para justificação de uma política social de acesso ao microcrédito que apenas mantém os pobres na mesma condição social (estado de impotência) em que se encontravam antes, isso quando não os torna endividados por terem tomado microcrédito sem que fosse possível concretizar alguma forma de autoemprego para geração de sua própria renda. Em 2008, o Governo Federal altera a Lei Complementar 123 de 2006 que versa sobre a Micro e Pequena Empresa para criar a figura jurídica do microempreendedor individual (MEI) através da Lei Complementar 128, e, desde então, o Brasil possui mais de 8 milhões de MEIs cadastrados.

Nesse sentido, observa-se que a tese neoliberal promove o acesso ao microcrédito e a seus incentivos, que devem cumprir a função social de geração de renda e emprego, de modo que se faz necessário revisitar os conceitos de empreendedor e empoderamento, que, muitas vezes, são usados de forma deturpada pelo neoliberalismo. Essas duas definições são primordiais para sustentar a nossa hipótese de que o ato de associar empreendedor e empoderamento ao microcrédito não passa de um aspecto ideológico perpetrado pelo capitalismo para justificar o autoemprego como solução para o desemprego e a pobreza. Assim, o destaque que é atribuído ao empreendedor como figura capaz de realizar sua própria renda e ser dono de seu próprio destino financeiro não passa de uma ideologia para manter os pobres esperançosos de que são capazes por si só de realizar uma condição material melhor. Destarte, é mister obter um entendimento científico do que (ou de quem) vem a ser o empreendedor e de qual é o real significado do conceito de empoderamento, pois, sem esses dois pilares bem estabelecidos, não é possível enxergar além das aparências.

Nossa hipótese sustenta que o microcrédito não cumpre a função social de erradicação da pobreza, porque é justificado pelo uso ideológico do conceito de empreendedorismo e empoderamento. Para provar tal afirmação, essa tese está dividida em duas partes. A primeira parte apresenta os capítulos 1 e 2, nos quais são discutidos conceitos teóricos como

conscientização, poder, ideologia, meritocracia, *empowerment*, *power* e *powerlessness*, tendo em vista que expor nosso entendimento sobre tais conceitos é importante para a discussão teórica sobre a suposta função social do microcrédito e da ideologia do empreendedor e do empoderamento. A segunda parte, por sua vez, apresenta os capítulos 3 e 4, em que discutimos os diversos conceitos de empreendedor e apresentamos uma definição formal de microcrédito como um produto bancário e não como política de distribuição de renda. As 4 partes do texto procuram dar uma definição científica do que vem a ser cada um dos pilares descritos acima para que, na conclusão, possa ser realizada uma síntese na qual se verificará a hipótese de que o microcrédito é ineficiente no combate à pobreza *per se*.

No primeiro capítulo, procuramos apresentar os conceitos de conscientização na forma em que ele aparece no pensamento de Paulo Freire e, depois, passamos a descrever os conceitos de ideologia e meritocracia. Esse aspecto é importante, pois são conceitos amplamente utilizados ao longo da tese e estabelecem a baliza para a justificação de nossa hipótese, tendo em vista que o pensamento de Freire sobre a conscientização é pedra angular para a contestação do uso do conceito de empoderamento. Como veremos, o empoderamento, entre nós, é uma transliteração da palavra *empowerment*. Traduzir *empowerment* como empoderamento é alijar o conceito original de empowerment, pautado no movimento negro norte-americano, daí seu caráter ideológico, como poderá ser observado no capítulo 2, que trará o entrelaçamento entre conscientização e *empowerment*. Ainda no capítulo 1, apresentaremos algumas definições de poder para justificar a tensão poder-impotência discutida no capítulo 2. Apresentaremos a ideologia como uma forma de ocultar a luta de classes e falsear a realidade social com o fim de manter o *status quo* de determinada classe dominante. Em seguida, desenvolveremos outro conceito arraigado no seio da sociedade, qual seja o de meritocracia. Em determinado momento histórico da humanidade, prevaleceu a aristocracia, mas, na atualidade, os privilégios de acesso a determinadas oportunidades são substituídos em virtude da meritocracia. Essa ideologia, como veremos, falseia as diferenças de classe e permite que um número reduzido de indivíduos tenha acesso a essas oportunidades através de seu próprio esforço e merecimento, ideia que ficará mais clara no momento em que nos dedicaremos a realizar a crítica de tal concepção ideológica.

O empoderamento é o novo encantamento do mundo, e fazer com que as pessoas se sintam valorizadas e percebidas é um dos vieses desse movimento. Nesse sentido, é importante observarmos um dado relevante: em 2019, os livros mais vendidos entre nós foram os de

autoajuda[3], literatura que, pretensamente, procura moldar leitores de acordo com os princípios neoliberais vigentes. O empoderamento segue essa mesma direção, tendo em vista que a expressão é empregada de forma indiscriminada e, consequentemente, o conceito é apresentado de forma ampla, contemplando desde a utilização de determinado cosmético até lutas históricas do movimento negro feminista, de modo que se faz fundamental dar um significado científico ao conceito de empoderamento.

Nesse sentido, o capítulo 2 procura apresentar as diversas dimensões em que o conceito é utilizado atualmente e a sua fácil aderência a determinados modismos que precisem de uma justificação que afirme que o indivíduo está no controle de suas ações por estar empoderado. Em outras palavras, a associação entre o conceito de empoderamento e de empreendedor utilizada para criar um indivíduo capaz de realizar sua própria condição material sem depender de intervenções do governo é ideológica, e, para demostrar essa questão, partimos do sentido do conceito de *empowerment,* oriundo do movimento negro norte-americano dos anos 60. O trabalho de Solomon (1976) é nossa fonte primária, mas, a partir dela, foi necessário ainda discutir dois outros conceitos para entender o *empowerment*: *power* e *powerlessness*.

Essa investigação levou-nos à conclusão de que o conceito *empowerment*, oriundo desses movimentos, vem sendo traduzido em português brasileiro por empoderamento, o que permite o seu livre uso nos mais diferentes contextos. Na busca por uma definição que se encaixe melhor no conceito de *empowerment* como definido por Solomon (1976), acabamos tendo que adotar uma definição de poder. Dentre as mais diversas discussões sobre o conceito de poder, apresentamos a visão de Foucault, Mannhein, Poulantzas, bem como a conceituação de poder simbólico em Bourdieu, sendo esta última abordagem a que nos filiamos por entendermos ser a melhor para justificar nossa hipótese. Feito isso, adensamos a discussão por meio da introdução de um autor que, a princípio, pode parecer estranho à sustentação de nossa hipótese: trata-se de Paulo Freire e de seu conceito de conscientização (2018), a ser apresentado no capítulo 1. Nessa esteira, sustentaremos a hipótese de que a utilização de tal conceito como equivalente ao *empowerment* de Solomon (1976) é o que traz cientificidade à discussão e afasta o viés puramente ideológico de empoderamento.

A segunda parte desta tese apresenta argumentos para uma discussão acerca do conceito de empreendedor, bem como seu uso ideológico, aspecto fundamental para nossa hipótese,

[3] "O ano foi dos livros da Autoajuda. Vinte e oito por cento das vendas apuradas pelo *PublishNews* foram em autoajuda. Infantojuvenil aparece em segundo, com 21%; Ficção, com 19%, Negócios, com 17%, e Não Ficção, com 15%." Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2019/01/03/o-ano-foi-dos-livros-da-autoajuda. Acessado em: 25 abr. 2020.

tendo em vista que o conceito de empreendedor está associado ao empoderamento. Base de nossos estudos, entendemos que tais conceitos precisam de um entendimento mais preciso. Tanto o conceito de empoderamento quanto o de empreendedor têm servido de motivação para que indivíduos que estão à margem do mercado de trabalho tenham motivação para o autoemprego. No Brasil atual, essa tem sido uma estratégia para justificar o microcrédito como uma ação efetiva no combate ao desemprego.[4] Esse gatilho motivacional pode ser utilizado para que os sujeitos possam se autorrealizar materialmente sem a intervenção do Estado, ou seja, é colocada nas mãos do sujeito histórico a exclusiva responsabilidade por seu sucesso como empreendedor. O capítulo 3 procura apresentar os vários entendimentos acerca do conceito de empreendedor ao longo dos anos, mas o ponto principal deste capítulo é a concepção de Schumpeter sobre o empreendedor. Para isso, criamos duas separações para ajudar no entendimento do conceito: o empreendedorismo antes de Schumpeter e o empreendedorismo depois de Schumpeter. Ademais optamos pela definição de Schumpeter para sustentação de nossa hipótese, pois acreditamos que o microcrédito não cumpre sua função social de erradicar a pobreza e o conceito de empreendedor e de empoderamento são ideológicos por não atentarem para cientificidade dos termos e serem utilizados apenas como propaganda injustificada. Na primeira parte do capítulo, descrevemos os conceitos de empreendedor antes de Schumpeter, dialogando com autores como Cantillon, Say, Ricardo, Marx, Thünen, Walras e Weber. Na segunda parte do capítulo, discutiremos os entendimentos sobre o conceito de empreendedor depois de Schumpeter, momento em que apresentamos as modernas abordagens de Kirzner e Klein. Apresentados os vieses acerca do conceito de empreendedor, escolhemos, para sustentar nossa hipótese, a percepção que Schumpeter tem sobre o conceito de empreendedor, pois acreditamos que sua definição é a que apresentou melhor aderência para justificar a hipótese de que o conceito é utilizado de forma ideologizada para justificar uma política social pautada em microcrédito.

A literatura sobre microcrédito é vasta. Diversos autores defendem sua realização como política social em governos liberais e seus críticos veem o acesso ao microcrédito como mais um engodo do capitalismo. No capítulo 4 desta tese, focamos em temas que envolvem o microcrédito e analisaremos três referencias nacionais (NERI; RIBEIRO e CARVALHO *et* MONZONI) que veem o microcrédito como um caminho viável na erradicação da pobreza, sendo que cada um dos autores apresenta sua própria visão de como tal acesso ao microcrédito deveria ser enquanto política pública. Associado a essa questão do microcrédito, também

[4] Ver discurso do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em sua posse no dia 28/02/2019 e do presidente Jair Bolsonaro no dia 01/05/2019.

abordamos a situação do trabalho na atualidade, tendo em vista que as condições as quais os trabalhadores modernos precisam enfrentar para gerar renda criou termos como “precariado” (STANDING, 2017) e “uberização” (SLEE, 2018), para citar apenas dois exemplos. Nesse sentido, há uma forma de dominação simbólica que precisa ser verificada para compreender por que um trabalhador opta (para não dizer é condicionado) a se voltar para o autoemprego e tomar microcrédito emprestado na esperança de realizar renda e ter ocupação. O capítulo 4 procura servir de baliza para apresentar determinados aspectos da defesa do acesso ao microcrédito e as relações de trabalho na atualidade. Uma definição de microcrédito é apresentada, seus defensores são analisados e é possível entender que o trabalho acaba por ser cada vez mais degradante para os menos qualificados. O empreendedor é apresentado constantemente como personagem importante no combate ao desemprego e estimulado a tomar microcrédito para se autoempregar e, dessa forma, empoderar-se e conseguir gerar sua própria renda. De modo geral, podemos observar que são todos aspectos do mesmo discurso neoliberal que coloca a responsabilidade sobre sua própria sobrevivência material nas mãos dos desempregados tomadores de microcrédito. O capítulo 4 faz a apresentação formal da definição de microcrédito e de como é feita sua defesa, bem como da definição de função social que emprestamos do direito constitucional e reformulamos à luz da teoria dos *status* de Jellinek.

Com base nos conceitos definidos e apresentados anteriormente, pretendemos sustentar, ao longo da tese, a hipótese de que o microcrédito não cumpre sua função social e de que os conceitos de empreendedor e empoderamento são aspectos propagandísticos e ilusórios para manter os sujeitos impotentes frente à exploração que sofrem. Se as definições estiverem construídas e justificadas, elas podem desmascarar a farsa que consiste em uma política social pautada na atribuição de responsabilidade por sua situação social aos mais pobres.

No que tange à metodologia, é fato que um fio de Ariadne precisa manter as amarrações desta tese, e não há como dizer que há apenas uma metodologia disponível para as Ciências Sociais[5]. Assim, a metodologia escolhida para apresentar os argumentos desta hipótese foi a análise crítica da teoria sobre microcrédito no Brasil, empreendedor e empoderamento. O substrato dessa metodologia está na seleção de uma bibliografia que servem de baliza para levantar o problema e fazer a crítica necessária. Nossa metodologia é qualitativa com base na literatura que esteve disponível. Algumas, por serem periféricas na justificativa de nossa hipótese, não foram tomadas. Ademais, sempre que possível, encaminhamos o leitor para notas

[5] Para esta discussão, servimo-nos das referências: “Um discurso sobre as ciência”. Boaventura de Sousa Santos. 7° edição. São Paulo: Cortez, 2010; “Oficio de sociólogo metodologia da pesquisa na sociologia”. Pierre Bourdieu; Jean-Claude Chamboredon e Jean-Cloude Passeron. 8° edição. Petrópolis: Vozes, 2015.

explicativas e indicamos fontes secundárias ao objeto de nosso estudo.

# PARTE I

## 1 CONSCIENTIZAÇÃO, IDEOLOGIA E MERITOCRACIA

Neste capítulo, buscaremos apresentar elementos para uma discussão dos conceitos de ideologia, meritocracia e conscientização em Paulo Freire,. Tais termos serão utilizados ao longo de toda a tese, por isso acreditamos ser importante apresentar nosso entendimento sobre eles baseado na descrição de alguns autores a fim de que a compreensão que nós tivemos desses conceitos fiquem claras já no início da leitura do trabalho.

Não se trata de esgotar o assunto, mesmo porque esses conceitos, por si só, envolvem considerável complexidade e uma multiplicidade de opiniões. No entanto, algumas balizas servem de apoio para seu desenvolvimento ao longo da tese e seu objetivo é o de fornecer coesão para justificar nossa hipótese: o microcrédito não cumpre sua função social e os conceitos de empreendedor e de empoderamento são ideologicamente utilizados para justificar determinadas políticas públicas de geração de renda e emprego através do acesso ao microcrédito.

Primeiramente, abordaremos o conceito de conscientização encontrado no pensamento de Paulo Freire. Essa abordagem nos permitirá fazer uma associação entre *empowerment* e conscientização para expor a ideologia de empoderamento. Apresentamos é um conceito de ideologia encontrado em Marx e Engels como um processo de falseabilidade do fato histórico. Não é nossa intenção discorrer sobre uma história da ideologia e nem sobre ideologia partidária, tampouco desejamos nos deter na visão althusseriana[6] sobre os usos do Estado, o que, nessa corrente de pensamento, convencionou-se chamar de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). A meritocracia é um debate em aberto, de modo que não pretendemos fechá-lo neste estudo. Para nosso fim, o modelo de Bénabou (2000) bem como a crítica de Littler (2018) possuem os elementos necessários para a compreensão que buscamos da meritocracia como uma ideologia neoliberal.

### 1.1 Construção do conceito de Conscientização Social

Esta seção procura desenvolver uma "teoria da conscientização social" que possa ser utilizada no lugar do termo empoderamento (capítulo 2). Veremos que o termo empoderamento

[6] Vide "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado". Louis Althusser. Lisboa: Editorial Presença, sd.

é eivado de significados e acabou sendo apropriado por ideias neoliberais para legitimar ou justificar a falta de políticas públicas efetivas para as classes sociais menos favorecidas materialmente, de modo que essa ideologia de empoderamento está associada ao empreendedorismo[7].

Destarte, o conceito de conscientização social é utilizado, em ciências sociais, todas as vezes que houver a necessidade de reflexão sobre a emancipação e libertação através de uma práxis que parte do individual ao coletivo em detrimento do uso do termo empoderamento.

### 1.1.1 O que é Poder?

São muitas as fontes e os pontos de vista de uma "teoria do poder". Nosso esforço, nesta tese, não será o de apresentar as diversas correntes e opiniões sobre o conceito de poder[8]. Nosso objetivo é encontrar uma definição que seja aceitável e que possa se alinhar etiologicamente com o conceito de *power*, conforme será apresentado no capítulo 2. Não procuraremos responder à questão: o que é poder? Esta tarefa assemelha-se a "parir centauros", para usar um aforismo de Nietzsche. Aliás, o próprio Nietzsche pensou sobre o conceito, mas não o desenvolveu de forma sistemática[9].

Sem esbarrar em uma tentativa faustiana de conceituar o poder, afastando-nos de uma precisão cartesiana, deixaremos a clássica definição de Weber[10] dos três tipos de dominação (autoridade). Apesar de haver uma ampla literatura que destaca a contribuição de Weber (GIDDENS, 2012, p. 700-701), afastamo-nos dela pelos motivos que Poulantzas (1982, p. 99-119) explica e que serão apresentados adiante.

Buscamos uma conceituação que deva estar alinhada com a tensão *power-powerlessness* para que possa ser justificada, porém, sem incorrer no idealismo hegeliano do senhor-servo. Não há, na relação *power-powerlessness*, uma plena identidade de dominação. Um não se vê no outro como parte dele mesmo, completando-se e aceitando sua condição, pois, dessa forma,

---

[7] "Aos 100 dias, Bolsonaro baixará regras para limitar poder do Estado sobre empreendedores". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/aos-100-dias-bolsonaro-baixara-regras-para-limitar-poder-do-estado-sobre-empreendedores.shtml. Acessado em 3 de set. de 2019.

[8] Para uma ampla discussão do conceito de poder remetemos o leitor a duas coletâneas de textos clássicos e modernos sobre o assunto. A primeira coletânea é "Class, Status and *Power*", editada por Reinhard Bendix e Seymour Lipset. New York: The Free Press, 1966. A segunda coletânea intitula-se "*Power*" e foi editada por Steven Lukes. New York: New York University Press, 1986.

[9] Vide "A vontade de poder", coletânea de fragmentos de Nietzsche sobre o tema "poder". Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

[10] Não ignoramos a importância dos trabalhos de Weber. Mas eles não levam em consideração a luta de classes, como indica a crítica de Poulantzas, por exemplo.

não teríamos como conceituar o *empowerment*. Na relação senhor-servo de Hegel, apesar de estar acorrentado, o escravo deveria ter a possibilidade de dizer *"não"* à sua condição, mesmo que isso lhe custasse a própria vida. Esta, porém, seria uma redução ao absurdo, pois, com a morte do escravo, cessaria a dominação do senhor, e, historicamente, verificamos que não é isso o que acontece. Ademais, não é somente a faculdade de dizer "*não***"**, pois dev**e** haver a possibilidade de realizar, *materialmente*, este *"não"*.

Frequentemente, o conceito de poder vem associado à práxis política. Nesse sentido, um poder que não possa exercer uma clara influência não pode ser poder (HAN, 2019, p. 142). E a antítese está justamente nessa questão, pois somente o poder pode criar uma práxis política, assim, quando não detemos o poder, não é possível exercer uma liderança política. Neste sentido, Maquiavel contribui com a tensão entre *virtu* e *fortuna*. A práxis política precisa de habilidade (*virtu*) para caracterizar poder, do contrário não há poder, há apenas uma práxis que depende da *fortuna*.

Destarte, o poder deve estar associado à" impotência". Mas o que vem a ser essa "impotência"? Não pode ser simplesmente uma subjetividade idealista como sugere Han (2019, p.97). Impotência significa estar entregue ao outro, perder-se no outro. Tal definição de impotência significa que um realiza seu *self* no outro de forma voluntária, sem resistência. Ora, quem está na condição de *powerlessness*[11] não deseja permanecer nela para sempre[12], assim, mesmo que não saiba, o sujeito almeja sair da condição de impotência em que se encontra. Dessa forma, a impotência deve ser algo indesejado, apesar de estar permanentemente no cotidiano dos indivíduos, criando um *habitus*. Conclui-se, assim, que sempre que ocorrer uma oportunidade concreta de romper com a condição de impotência em que se encontra, o sujeito irá agir.

Também não podemos aceitar, para nosso fim, um poder regulado por mediações, ou seja, um poder que se estabelece por meio de um agir comunicativo, como pretende Habermas. O agir comunicativo[13] não leva em consideração as desigualdades materiais na capacidade de

---

[11] De agora em diante, estaremos nos referindo ao *powerlessness* como impotência, mas não na forma que Han definiu acima.

[12] Giddens (2012, p.702-703) apresentou o fato de que, em Cingapura, apesar da ditadura, há uma satisfação com o governo porque mantém desigualdades sociais "aceitáveis". Isso não quer dizer que as pessoas não desejem mudanças e que desejem sair do status de impotência. Como Marx já disse, não há que olvidar de que a luta é para combater a causa e não seus efeitos.
"A divisão social no país está cada vez maior, porque as práticas do sistema educacional baseadas no princípio da meritocracia que renderam elogios a Cingapura não promovem mais a mobilidade social como deveriam." Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39203674. Acessado em: 2 maio 2020.

[13] Para Habermas, a linguagem é uma importante ferramenta de comunicação e é através dela que se faz a transformação social. Vide: "Teoria do Agir Comunicativo". Jurgen Habermas. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

comunicação e mediação do sujeito, provavelmente por ter sido engendra no contexto da socialdemocracia européia antes do advento do neoliberalismo. Esse tipo de poder é regulado pelo capital simbólico que cada sujeito emprega, por exemplo, no mercado de trabalho. Já argumentamos anteriormente que uma pessoa que detenha um capital simbólico maior que outra terá mais chances no mercado de trabalho e, consequentemente, mais poder. Esse capital simbólico, porém, forma-se a partir de condições materiais previamente determinadas e que dão o tom da discrepância de poder. Tal conceito de poder mediado por meio do agir comunicativo não permitiria, por exemplo, uma ação de *empowerment*, pois ele dependeria somente do sujeito para realização da mediação do poder. Como ele estará sempre em desvantagem, estará sempre sob influência do poder.

Nesse sentido, Foucault diz que "o" poder é algo que encontraremos em todos os lugares e que ele faz parte de uma estratégia dentro da sociedade:

> O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E "o" poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 2018, p. 101)

Para Foucault, o poder não é materializado nas instituições, mas nas pessoas. Ele se propaga entre as relações pessoais, razão pela qual os sujeitos envolvidos elaboram estratégias complexas para lidar com os diferentes poderes. Dessa forma, podemos entender que o poder passa a ser uma substância fluida que permeia toda sociedade, e terá mais dessa substância aquele que tiver a melhor estratégia. Porém, mesmo nessa concepção foucaultiana de poder, não são levadas em consideração as condições iniciais dessas táticas, ou seja, as condições materiais em que cada um desenvolve sua estratégia para poder navegar na complexidade social.

Foucault também tece críticas a uma forma de poder "Soberano-Lei" que possa governar e dominar o pensamento político.

> É nesse campo das correlações de forças que se deve tentar analisar os mecanismos de poder. Com isso será possível escapar ao sistema Soberano-Lei que por tanto tempo fascinou o pensamento político. E se é verdade que Maquiavel foi um dos poucos — e nisso estava certamente o escândalo do seu "cinismo"— a pensar o poder do Príncipe em termos de correlações de forças,

> talvez seja necessário dar um passo a mais, deixar de lado a personagem do Príncipe e decifrar os mecanismos do poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de forças. (FOUCAULT, 2018, p. 105)

Podemos entender essa "correlação de forças" a que Foucault se refere como a dialética *power-powerlessness* (poder-impotência) que descrevemos anteriormente.

Outro entendimento acerca do conceito de poder encontramos em Mannheim (1972, p. 63-105). Com forte tendência weberiana, o autor procura elaborar uma teoria democrática do poder e, para tanto, seu argumento passa necessariamente pelas instituições e sua burocracia.

> O poder não significa a simples violência, o emprego da força pública pela polícia ou pelo exército. Tampouco desejamos restringir nosso conceito de poder ao poder político. Referimo-nos ao poder econômico e administrativo, bem como ao poder de persuasão que se manifesta através da religião, da educação, dos meios de comunicação de massa, tais como a imprensa, o cinema, e a radiodifusão. O poder se faz presente sempre que a **pressão social** opera sobre o indivíduo para induzi-lo a seguir determinado comportamento. (MANNHEIM, 1972, p. 67. Grifo nosso)

A pressão social a que se refere Mannheim é a manifestação do poder, seja individual ou de grupo (incluindo as corporações), que faz com que o indivíduo ceda a determinado comportamento. Segundo Mannheim, nenhuma sociedade está livre de meios de controle (1972, p. 69). Para isso, da mesma forma que Weber, Mannheim categoriza três formas básica de poder: livre desafogo, destruição organizada e poder canalizado.

No "livre desafogo", há uma espécie de pulsão em que os sujeitos deixam fluir livremente suas paixões e perdem o controle de seus atos, apesar da plena consciência de sua realização. Mannheim irá exemplificar essa forma de poder por meio dos pogroms e linchamentos (1972, p. 70), mas podemos incluir, como fato social, os arrastões nas praias da cidade do Rio de Janeiro[14]. Essa forma de poder é anárquica e não pode ser controlada. A "destruição organizada" é basicamente constituída por guerras e revoluções nas quais a violência é legitimada para garantia de determinada ordem. Provavelmente a forma de poder "destruição organizada" serve para conter a primeira forma que é do tipo anárquica. O "poder

[14] "Os arrastões são praticados por jovens que se deslocam, em sua maioria, de bairros da zona norte, pouco atendidos pelo poder público, para a orla da zona sul, a região mais turística e valorizada da cidade. Indignados com o cenário de insegurança, moradores da zona sul se reuniram neste fim de semana para reagir por conta própria, agredindo os adolescentes, reeditando ações dos chamados "pitboys" que eram comuns na década retrasada." Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/22/arrastao-panico-e-revolta-como-a-praia-de-domingo-virou-pesadelo-no-rio.htm?cmpid=copiaecola. Acessado em: 19 de set. de 2019.

canalizado" é formado pelas instituições e tem sua legitimação nas regras e nas leis, sendo esta a forma de poder que está em foco na teoria democrática do poder de Mannheim.

Porém, para os fins de nosso objeto, é interessante observar que Mannheim é efetivamente o único dentre os autores pesquisados que, além de se preocupar com uma conceituação de poder, também se preocupa com os **abusos do poder**[15] e com a forma de evitá-los. Essa abordagem interessa-nos, porque ele trata da questão da "insegurança latente" (MANNHEIM, 1972, p. 93). A insegurança latente a que ele se refere é a utilização da "arma do medo" em detrimento das relações pessoais ou de grupos, sendo que o controle desse "medo" garante uma maior parcela de poder, pois a insegurança latente faz com que o sujeito seja altamente sugestionável. Para exemplificar, podemos utilizar a realidade nacional hodierna na eleição presidencial de 2018. A insegurança latente criou grupos antagônicos, sendo que um deles desenvolveu um ódio pelo PT, enquanto o outro passou a cultivar um medo de Bolsonaro[16]. Para Mannheim, em nosso entendimento, o uso ou o controle da "insegurança latente" para exercer poder é um abuso.

Mannheim está à procura de um poder que possa ser exercido de forma comunal em uma democracia que o regule para que ele não sofra abusos. Assim, sua intenção é obter uma teoria que possa pacificar as diferenças dentro de uma sociedade planificada.

Para Foucault, o poder está em cada indivíduo e vai de sua estratégia individual para o seu exercício sobre os outros com estratégias mais débeis. Mannheim pensa o poder comunitário e, para isso, imagina que a democracia seria o processo político que limitaria o poder, impedindo seu abuso. Acreditamos, porém, que tanto a abordagem de Foucault quanto a de Mannheim não levam em consideração uma disputa pelo poder no sentido das lutas de classes que encontramos no Manifesto Comunista, e não há como não se levar em conta esta distinção.

---

**15** O abuso de poder está diretamente ligado ao abuso de direito. Planiol (PLANIOL, Marcel. *Traité Élémentaire de Droit Civil*. 9. éd. Tome II. Paris: Librairie Générale de Droit, 1923. p. 287) irá cunhar a famosa frase "o direito termina onde começa o abuso". Ou seja, se há previsão legal para o exercício de um ato, quando eu exerço esse ato, não há abuso. O abuso manifesta-se quando o ato excede as regras contidas na lei. José de Oliveira Ascensão (ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Civil. v. 3. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. p. 217) utiliza a expressão 'exercício inadmissível de posições jurídicas' para afastar a ideia de um abuso do direito e também como algo que seja um limitador do exercício de direitos subjetivos. Atualmente, passamos pela discussão acerca da lei de abuso de autoridade em que o atual governo federal procura vetar posições chaves dessa limitação da ação dos agentes do Estado.

16 "Brasil vai às urnas guiado pelo ódio ao PT e o medo de Bolsonaro" . Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538871859_656049.html. Acessado em: 19 de set. de 2019.

A dialética poder-impotência, como a temos descrito, não prescinde da luta de classes. Há uma tensão clara de interesses sob o "vulto demoníaco do poder"[17]. Domesticar os dominados[18], para que eles permaneçam no estado de impotência frente à classe que exerce esse poder. A simples contestação não é mais suficiente para tornar o impotente apto a fazer frente às diferenças materiais de quem exerce o poder, pois ele carece de um *empowerment*, isto é, de um processo que o ajude a conquistar sua equidade de poder. Poulantzas, dessa forma, elabora uma teoria do poder que leva em consideração a luta de classes.

Para Poulantzas, uma teoria do poder que considera as estruturas de classes é de suma importância já que nem Marx, Engels, Lênin e Gramsci produziram sistematicamente uma teoria do poder (POULANTZAS, 1982, p. 99). Poulantzas, dessa forma, tem a preocupação de relacionar o poder com as classes sociais:

> *It points to the effects of the structure on the relations of conflict between the practices of various classes in 'struggle'*. In other words, *power* is not located in the levels of structures, but is an effect of the ensemble of these levels, while at the same time characterizing each of the levels of the class struggle. The concept of *power* cannot thus be applied to one level of the structure. (POULANTZAS, 1982, p. 99-100)

Se olharmos superficialmente para essa preocupação de Poulantzas, vemos uma semelhança com a posição de Foucault, no sentido de que o poder perpassa os diversos níveis de estrutura social. Podemos, porém, observar que Foucault não relaciona essa distribuição de poder que está em vários níveis da sociedade com relações de produção. Assim, parece que, para o autor, tal poder flui entre os níveis somente devido à legitimidade do poder na sociedade. Poulantzas faz justamente essa crítica, denunciando que o poder não é um caso especial das relações de poder:

> If we tried to answer that *power* relations and class relations are a special case of relations of production, what would that mean? It mean that relations of production are the exclusive foundations of social classes, and that the other levels of class struggle, e.g. political or ideological *power*, are simply the phenomenon of economic level; and that *power* relations are apparently based, in a relation of phenomenon to essence, on relations of production *considered directly* as *power* relations. (POULANTZAS, 1982, p. 101)

---

[17] BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 131.

[18] Max Weber falava de "domesticação dos dominados": uma parte do trabalho do Estado está orientada para essas classes perigosas que é preciso domar, que é preciso fazer entrar no jogo. Ao mesmo tempo, também é possível dizer que se trata de assistir os dominados, arrancá-los do estado insuportável de miséria em que estão. BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: companhia das Letras, 2014. p 466.

Segundo Poulantzas, as relações de poder, em todos os níveis, são relações de classes, e as relações de classes são também relações de poder, isto é, são relações de classes em conflito. Destarte, a definição de poder, para Poulantzas, é a capacidade da classe social de realizar seus interesses e objetivos específicos (POULANTZAS, 1982, p. 104). Tal definição difere da de Weber, ainda segundo Poulantzas, pois Weber coloca o poder em termos de probabilidade com que uma ordem de conteúdo específico é obedecida por um dado grupo de pessoas, e isso ocorreria por conta da autoridade de quem dá a ordem. A relação de dominação e subordinação da classe é exatamente o que caracteriza a relação de poder (POULANTZAS, 1982, p. 105).

Nesse sentido, essa relação de dominação e subordinação pode explicar nossa dialética entre poder-impotência. A diferença que aparece agora é que tal relação é dependente de uma relação de produção, ou seja, ela deixa o campo das relações pessoais e passa a integrar uma luta de classes na qual o poder é determinado não por estratégias pessoais ou por uma distribuição democrática. Ele passa a ter um caráter material, que é justamente o que vem a definir os campos do poder. Sua polaridade, assim, baseia-se nos interesses da classe que detém os meios de produção, e tal relação é que mantém a impotência da classe trabalhadora frente ao empresariado que domina os meios materiais de produção.

A visão de poder de Poulantzas ajuda-nos a entender melhor a relação entre poder e impotência de um ponto de vista das relações materiais, mas ela ainda não ajuda a explicar o *empowerment* como processo de saída do estado de impotência em que o sujeito ou, no caso de Poulantzas, a classe encontra-se. Deve haver, portanto, algo mais do que o entendimento desta relação estrutural, como explica Poulantzas. Assim, estamos ainda em busca de um entendimento de como o Estado, por meio daqueles que detêm o poder de classe, faz com que aqueles indivíduos que não detêm essa parcela de poder sejam domesticados.

Para avançarmos nesta busca, iremos analisar também a proposta teórica desenvolvida por Bourdieu para conceituar a ideia de poder. O autor inaugura uma alternativa de pensar o social quando categoriza os comportamentos em campos e *habitus*, ambos associados a símbolos. Já vimos a forma de ação do *habitus*, passemos ao símbolo e depois ao campo. É importante salientar que, para Bourdieu, as relações sociais são mediadas por símbolos e são eles que dão sentido e forma ao real:

> Os símbolos são os instrumentos por excelência da "integração social": enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem

> social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”. (BOURDIEU, 2016, p. 6)

Essa instrumentalização da realidade por meio de símbolos irá proporcionar a ideia de um poder simbólico que seja responsável pelo estabelecimento de uma dada ordem social. O poder simbólico, destarte, é um poder invisível, que só pode ser exercido por quem detém o capital simbólico necessário para tal, e quem exerce o poder simbólico não quer ser percebido, isto é, trata-se de um sujeito que altera as estruturas sociais, mas não quer ser associado a essa transformação. Assim, observamos que o poder simbólico só pode ser exercido em sociedades complexas, historicamente singulares e com uma clara divisão do trabalho (HEY, 2017, p. 293).

Este poder simbólico também precisa ser legitimado, precisa de uma validade e de uma aceitação, e, para que isso aconteça, um discurso sobre direito precisa ser consolidado:

> Si, aussi bien chez Marx que chez Durkheim et chez Weber, la confrontation avec le droit est capitale, c’est que **le discours juridique sur le monde social a une forme de validité**. D’une certain façon, la sociologie conservatrice, celle qui, croyant dire le monde tel qu’il est, ou tel que la représentation dominante dit qu’il est – c’est presque du droit -, a une forme de fondement; c’est pour cela qu’elle est si difficile à combattre, ele a em quelque sorte toute la réalité sociale pour elle. (BOUDIEU, 2015, p. 112. Grifo nosso)

A sociologia conservadora a que se refere Bourdieu fia-se ao discurso jurídico e acaba ditando a realidade de acordo com seus preceitos, pois é detentora de suficiente capital simbólico para exercer poder. Um exemplo pode ajudar a ilustrar essa função do discurso jurídico: o“ combate à corrupção” apela a um senso de justiça que não é real, mas aplica esse discurso jurídico e determina, por meio do poder simbólico exercido pelo judiciário – ele detém o capital simbólico para fazê-lo –, quem é corrupto e quem não é. Aqueles que possuem pouco poder simbólico e/ou pouco capital simbólico para poderem dissipar o discurso cedem à dominação e permanecem em estado de “medo latente”, como definiu Mannheim:

> O poder simbólico como poder de se constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; **poder quase mágico** que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, **ignorado como arbitrário**. (BOURDIEU, 2015, p.11. grifo nosso)

Esse poder quase mágico a que se refere Bourdieu é o que ilude e mantém o sujeito em estado de impotência e em constante “medo latente”, dessa forma, suas ações de transformação do mundo para suas necessidades passam despercebidos ou são ignoradas por aqueles que não exercem o poder simbólico. Assim, esse conceito de poder parece alinhar-se com o que temos proposto sobre a dialética poder-impotência e o processo de *empowerment* como mecanismo de rompimento deste ciclo de dominação.

### 1.1.2 Conscientização em Paulo Freire

Buscamos, no campo da Pedagogia, uma abordagem teórica que possa facilitar a discussão sobre o conceito de *empowerment* e sobre o despertar do indivíduo à sua condição social, razão pela qual optamos por trabalhar com a obra de Paulo Freire, autor consagrado na literatura sobre o tema. Nesse sentido, é importante questionar qual a percepção de Paulo Freire com relação ao poder. Sabemos que sua pedagogia é baseada na autonomia e na autodeterminação, mas como esse processo pode ser observado em sua teoria?

Gadotti (2017, p. 317) informa que esse processo de mudança para a transformação do mundo ocorre sobretudo por meio de relações pedagógicas que, por sua vez, são sempre relações de poder. Essa ligação entre as relações de poder e as relações pedagógicas remete-nos a Gramsci, que é uma síntese da hegemonia. Outro viés da visão freiriana de poder pode ser também encontrado em Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2016), obra cujo título traz como referência a relação senhor/escravo de Hegel. Freire, porém, afasta-se da relação hegeliana, pois, para o autor brasileiro, o escravo não se liberta eliminando o senhor, mas libertando o senhor (GADOTTI, 2017, p. 317).

A dialética opressor/oprimido de Freire, no entanto, não é isenta de críticas. Freire é criticado quanto à sua definição do que vem a ser opressão, bem como por supor que as pessoas querem, de fato, libertar-se do que essa pedagogia chama de opressão (KOHAN, 2019, p. 211). Acreditamos que a crítica tem fundamento por um lado, mas que também apresenta fragilidades. Não se trata apenas da preocupação com uma definição para opressão ou de verificar se os sujeitos estão ou não propensos a deixar tal estado, mas de apresentar ao indivíduo sua condição de impotência frente ao poder que descrevemos acima, pois é apenas em momento posterior a essa etapa que ele poderá escolher ficar em sua condição de impotência ou encontrar outra saídas.

O processo de apresentar ao sujeito sua condição e de fazer com que ele possa comprometer-se com a realidade é o que Freire irá conceber como conscientização. O autor,

porém, não é o inventor desse termo, que, segundo Gadotti (FREIRE, 2018, p. 15) e Freitas (2017, p. 88), surgiu no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)[19]. Ocorre, no entanto, que Freire logo percebeu a importância do seu significado e o incorporou em sua teoria pedagógica:

> Quando ouvi pela primeira vez o termo conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, pois estava absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade. (FREIRE, 2018, p. 55)

Ainda segundo Gadotti (FREIRE, 2018, p. 15), há uma diferença entre conscientização e tomada de consciência. **A conscientização implica ação, enquanto a tomada de consciência não**. Essa distinção interessa-nos, pois ela irá indicar a grande proximidade entre o conceito de conscientização e *empowerment*, discussão importante nesta tese.

Nas palavras de Freire:

> Essa tomada de consciência ainda não é a conscientização – esta constitui o desenvolvimento crítico daquela. Logo, a conscientização implica que se passe da esfera espontânea de apreensão da realidade para uma esfera crítica, na qual a realidade se oferece como objeto cognoscível e na qual o homem assume um posicionamento epistemológico. (FREIRE, 2018, p. 56)

Marx (2015, p. 348) diz que o pensar e o ser são entidades diferentes, mas simultaneamente foram uma unidade. O que rompe esta unicidade é a crítica desta condição. Somente na Ideologia Alemã (MARX e ELGELS, 2007) a consciência (o equivalente freiriano de tomada de consciência) será substituído pelo indivíduo real, o trabalhador oprimido em uma conscientização nos moldes em que Freire apresenta seu argumento. Destarte, podemos observar que a conscientização requer o exercício da criticidade. Não há como termos um processo de conscientização sem um posicionamento crítico da realidade que cerca o indivíduo. A tomada de consciência apenas apresenta a realizada e faz com que o sujeito se habitue a ela, de modo que ele continua num estado de impotência, pois quem exerce o poder se utiliza do *habitus* para manter o indivíduo em estado de letargia.

---

[19] "Instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Desapareceu em 1964." Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb. Acessado em: 2 de maio de 2020.

Sem fazer a crítica da realidade ao seu redor, não há como falar em uma autonomia para tomada de decisões acerca das condições que determinam a existência do sujeito. A tomada de consciência apenas mostra o mundo, mas não permite que ele seja transformado. Para Freire (2018, p. 57), essa conscientização requer o engajamento histórico do sujeito. Trata-se de uma consciência histórica, a qual exige que os homens deixem de ser passivos e passem a exercer o papel de agentes da transformação social. Ela exige dos homens, portanto, um posicionamento crítico sobre seu estado, bem como que estes criem sua própria condição de existência material: "A conscientização, que se apresenta como um processo que se dá num momento determinado, deve continuar, enquanto processo, no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada revela um novo perfil." (FREIRE, 2018, p. 58).

Nesse sentido, podemos afirma que ao processo de conscientização é idêntico ao de *empowerment* que descrevemos anteriormente. Ambos pretendem apresentar a realizada ao sujeito histórico e, ao mesmo tempo, fazer com que ele possa decidir de forma autônoma e independente se deseja permanecer em estado de impotência ou se pretende engajar-se na transformação da sua realidade. Quando esse sujeito decide-se por si mesmo, isto é, pelo processo de engajamento, temos então a conscientização ou o *empowerment*. **A conscientização produz a desmistificação** (FREIRE, 2018, p. 60. Grifo nosso), sendo que, quando isso não ocorre, há apenas a tomada de consciência/*powerlessness*. Destarte, após essa breve explanação, nossa hipótese de que o termo empoderamento é eivado de vícios e não corresponde ao *empowerment* fica assim demonstrada.

Acreditamos que, se os movimentos sociais se empenhassem em entender melhor as nuances do termo empoderamento e tomassem contato com a teoria freiriana de conscientização, eles não usariam a precária tradução *empowerment*/empoderamento para legitimar suas lutas sociais. O termo empoderamento, como vem sendo usado, não passa de mito acerca de uma luta social pela transformação da vida material do indivíduo. Assim, empoderamento nada mais é do que uma generosidade nociva que mantém o indivíduo em estado de impotência e, dessa forma, pode realizar a transformação social, não segundo as necessidades dos impotências, mas de acordo com a necessidade daqueles que exercem o poder simbólico.

Em sua alienação, os oprimidos querem, a qualquer preço, assemelhar-se ao opressor, bem como imitá-lo e segui-lo. Esse fenômeno é comum principalmente entre os oprimidos da classe média, que aspiram a ser iguais aos homens 'importantes" da classe superior (FREIRE, 2018, p. 106).

O uso genérico do termo empoderamento significa apenas estar em "silêncio fazendo barulho", de modo que não há o engajamento social necessário para uma transformação da realidade, motivo pelo qual surge a necessidade de substituir o uso corrente do termo empoderamento pelo de conscientização, pois a primeira expressão só é possível de ser utilizada da maneira como Freire a entende, isto é, no sentido de agente de crítica da realidade social. Então, a avaliação de que a concepção freiriana é controversa, porque não deixa claro o que vem a ser opressão e não discute sobre o desejo de o oprimido deixar sua condição, não se sustenta, pois o poder simbólico acaba, necessariamente, excluindo muitos sujeitos do seu "processo civilizatório", no qual não há opção de não ser excluído. Trata-se, assim, de um processo impessoal, independentemente de qual determinação seja classificada como opressora. Freire exemplifica a questão com a seguinte observação[20]:

> Na realidade, é difícil aceitar que 40% da população brasileira, quase 90% da haitiana, 60% da boliviana, aproximadamente 40% da peruana, mais de 30% das populações mexicana e venezuelana, e aproximadamente 70% da guatemalteca tenham feito a "escolha" trágica de sua própria marginalização enquanto população de analfabetos. Portanto, se a marginalização não é uma escolha, o homem marginalizado foi rejeitado e é mantido fora do sistema social, tornando-se objeto de violência. (FREIRE, 2018, p. 124)

### 1.1.2 Ideologia

Tratar do tema ideologia não é fácil. O assunto possui algumas conotações que além do aspecto filosófico também envolve questões de ordem política e social. Apesar da polêmica é possível fazer um levantamento de aspectos importantes da construção do conceito de seu uso. Vários são os autores que tratam da temática, mas alguns são de suma importância para uma visão mais ampla do tema, são eles: Marx, Weber, Mannheim, Althusser, Habermas e Geertz. A sugestão para estudar estes autores em particular vem de Paul Ricoeur em um curso ministrado no ano de 1975 na Universidade de Chicago.

[20] Os dados citados por Freire são de meados da década de 70. No entanto, ao invés de usar percentuais de analfabetismo usarmos os atuais dados de desemprego nestes países que estão entre 7% e 18% (entre 23 e 28% na Venezuela) o sentido é o mesmo. Fonte: CIA World Factbook - A menos que indicado de outra maneira, toda a informação en esta página es correta até Janeiro 1, 2018. Taxa de desemprego - América do Sul. Disponível em: https://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=74&r=sa&l=pt. Acessado em: 23 de set. de 2019.

Para os fins desta tese nos deteremos no pensamento de Marx para a construção do conceito de Ideologia. Bobbio dividia o estudo do conceito de ideologia em duas partes: a fraca e a forte. Para ele a parte fraca no estudo da ideologia diz respeito a forma como o termo é empregado e entendido em política para descrever, ou designar, um certo programa partidário ou uma linha de conduta política. A parte forte é que teve seu início com os estudos de Marx sobre o tema e definem o caráter de uso social que se faz do conceito como expressão para falsear a realidade.

É comum quando se estuda o conceito de ideologia fazer referência quase que exclusiva à obra de Marx e Engels "A Ideologia Alemã" por ser a obra de Marx que efetivamente faz uso da palavra ideologia pela primeira vez (RICOUER, p.37). Para justificar nossa hipótese de que o neoliberalismo faz uso ideológico de conceitos como empreendedor e empoderamento precisamos verificar como se deu a evolução do pensamento de Marx com relação ao conceito de ideologia. O que buscamos é a conexão entre a tensão *power*/*powerlessness* (poder/impotência) que descreveremos no capítulo 2. Buscamos um papel da ideologia que torna possível a autonomia política necessária para que o empreendedor seja empoderado.

O primeiro passo é verificar os elementos descrito por Marx na "Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel". Este texto foi publicado nos "Anais Franco-Alemães" em 1844. O texto completo desta crítica só veio a ser conhecido depois da morte de Marx em 1922 e efetivamente publicado em 1927.

Marx inicia o texto com a famosa frase "Na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda crítica." (MARX, 2013, p. 151). Este é o ponto de partida (RICOEUR,p. 39) para o desenvolvimento do conceito de ideologia em Marx. A crítica tecida por Feuerbach a religião serve de pano de fundo a Marx para usar esta forma de crítica específica agora para o cenário de toda a crítica, ou seja, tudo está passível de ser criticamente questionado.

Sobre a crítica da realidade posta Marx vai afirmar que há uma consciência invertida do mundo e a essência humana está apartada da verdadeira realidade.

> "Mas o homem não é um ser abstrato, acocorado fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa

> sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido" (MARX, 2013, p. 151)

Ainda sobre o aspecto da religião Marx observa:

> "Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira." (MARX, 2013, p. 151)

E finaliza sua crítica, neste ponto, afirmando que a religião é o ópio do povo (MARX, 2013, p. 151).

O que nos importa nesta passagem é a afirmação de que a religião inverte a consciência humana. A religião como realização fantástica faz com que o homem se curve a esta realidade fantástica, uma realidade invertida. O homem não é mero espectador dos acontecimentos é ele que faz os acontecimentos e por isso não pode ficar alheio ao meio que pertence a ele. Este ópio faz com que a consciência do homem fique entorpecida e perca sua essência e se perca num mundo apenas de ideais.

Note que tanto o termo consciência e ser humano aqui apresentado ainda são abstrações em Marx que somente na Ideologia Alemã Marx e Engels irão colocar estas mesmas categorias como sendo ideológicas (RICOUER, p. 41). Por hora esta crítica antropocêntrica de Marx se presta a colocar o homem no lugar central das transformações sociais.

Apesar do aspecto abstrato das categorias consciência e homem utilizados por Marx a utilização desta categorias para se fazer a crítica de todas as esferas da sociedade e não somente a religiosa.

> "Portanto, a *tarefa da história*, depois de desaparecido o *além da verdade*, é estabelecer a *verdade do aquém*. A *tarefa* imediata *da filosofia*, que está a serviço da história, é depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas *formas não sagradas*. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*." (MARX, 2013, p. 152).

Marx ainda pensa de forma universal e fala de interesses universais da sociedade, mas que somente uma classe pode reivindicar este domínio universal. Mesmo que abstrato neste momento é assim que Marx, podemos afirmar, constrói o conceito de proletariado.

> "Só em nome dos interesses universais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar o domínio universal. Para alcançar essa posição emancipatória e, com isso, a exploração política de todas as esferas da sociedade no interesse de sua própria esfera, não bastam energia revolucionária e autossentimento [*Selbstgefühl*] espiritual." (MARX, 2013, p.160)

Marx ainda vai falar em "autolibertação universal" (MARX, 2013, p. 160) o que nos faz pensar que há categorias abstratas em Marx, mas a formulação de uma crítica da realidade invertida e de que esta inversão faz com que a consciência do homem se perca em justificações fantásticas, não só no âmbito religioso, mas também no da vida material. O texto ainda não faz uso da palavra ideologia, mas já deixa claro a necessidade de se fazer uma crítica da realidade tal como ela se apresenta ao ser humano para que sua consciência não seja "deturpada" por esta realidade invertida.

> "A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radial. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. A prova evidente do radicalismo da teoria alemã, portanto, de sua energia prática, é o fato de ela partir da superação *positiva* da religião. A crítica da religião tem seu fim com a doutrina de que *o homem é o ser supremo para o homem*, portanto, com o *imperativo categórico de subverter todas as relações* em que o homem é um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível. Relações que não podem ser mais bem retratadas do que pela exclamação de um francês acerca de um projeto de impostos sobre cães: "Pobres cães! Querem vos tratar como homens!"" (MARX, 2013, 157-158)

O que Marx argumenta neste texto de 1844 é que o homem é o centro da realidade social e que cabe a ele tornar esta condição uma condição radical. É importante que a crítica seja feita para que o homem se liberte do mundo fantástico que lhe apresentam como sendo verdadeiro. É necessário subverter as relações que tornam o homem um ser humilhado e escravizado em crenças que não descrevem sua realidade social. Isso é argumento para afirmarmos que transformar o indivíduo desempregado e sem renda em um empreendedor e fazer com que ele creia que agora é responsável por sua renda e atividade laboral, é apresentar uma realidade fantástica que desconecta este indivíduo de sua realidade social e faz com que perca sua consciência. Embora o termo ainda não apareça, esta inversão da realidade é a ideologia.

Nos chamados “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”, Marx (2015) irá tratar de dois temas que achamos relevantes para construção do conceito de ideologia: alienação e propriedade privada. Marx expõe como a divisão social do trabalho e como a propriedade privada torna-se capital. Desta forma ele verifica como algo produzido pelo ser humano, se inverte e torna-se algo mágico, misterioso e totalmente exterior ao ser humano que o produziu. Da mesma forma que na “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel”, nos “Manuscritos” também não encontraremos a palavra ideologia. Mas estes manuscritos fornecem várias indicações de seu uso.

Marx credita aos economistas ingleses a análise da produção de bens quando estes estabelecem que a riqueza não é estabelecida pela fertilidade da terra, como queriam os fisiocratas, mas pelo trabalho do homem. Nas palavras de Ricoeur (2017, p. 56) “A propriedade só tem valor por sua capacidade de ser trocada por capital.”

Se o trabalho gera riqueza, por que o homem que trabalha é cada vez mais pobre? Marx faz esta crítica usando o seguinte argumento encontrado nos “Manuscritos”:

> “O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadoria em geral.” (MARX, 2015, p. 304)

O trabalhador não percebe que gera a riqueza porque à medida que ele transforma seu trabalho em mercadoria ele deixa de se identificar com ela. Não estamos mais falando do modo de produção medieval em que as associações de mestres detinham todo o conhecimento para a fabricação de determinado bem. No capitalismo a divisão do trabalho fez com que o trabalhador apenas olhasse para parte deste processo de fabricação e justamente por causa disso não consegue se identificar, ou não consegue verificar, que no produto acabado tem seu trabalho. Isso se perdeu ao longo do processo de fabricação. Esta alienação é a inversão da realidade em que a coisa criada ficou mais importante que o criador.

> “Todas essas consequências repousam na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto alienado. O que é claro deste pressuposto: quanto mais o trabalhador se

> esforça (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se tornam ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui. Na religião é igualmente assim. Quanto mais o homem põe em deus com tanto menos fica em si próprio." (MARX, 2015, p. 305-306)

Quanto mais o homem se dedica ao ato de realizar trabalho injetando este trabalho na mercadoria , mais ele fica sem se identificar com esta mercadoria. Esta transferência de vida, de trabalho humano para o objeto criado, mais o objeto fica imbuído desta força, força esta que não pertence mais ao trabalhador e sim ao objeto criado. Quanto mais o trabalhador executa esta operação mais sem o objeto criado o trabalhador fica. Este é o processo de alienação. A falta de identificação do trabalhador com aquilo que ele criou. Mais ainda, esta transferência de vida, de trabalho vital, para o objeto é o que o torna valioso, mas este já não pertence mais ao trabalhador.

> "A *exteriorização* do trabalhador no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência *exterior*, mas também de que ele existe *fora dele*, independente e *alienado* a ele, e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado." (MARX, 2015, p. 306)

Esta crítica de Marx é importante porque ela coloca em xeque a ideia de que o trabalhador é responsável por gerar sua própria renda e emprego quando magicamente é designado como um empreendedor. Veremos que pela definição de Schumpeter (discutida no capítulo 3) o empreendedor precisa necessariamente, para poder ser categorizado como um empreendedor do tipo schumpeteriano, desequilibrar o ciclo econômico através de algum tipo de inovação. O empreendedor do tipo neoliberal é apenas um trabalhador que sem acesso ao trabalho formal, busca recursos financeiros para gerar renda para si próprio. Mas este tipo de ação é exterior a ele, como argumenta Marx, isso porque o trabalho que ele deposita em determinado tipo de atividade para criar um objeto (ou mesmo na prestação de serviços ou no comércio), logo este processo não depende somente dele tendo em vista que ele não domina todos os aspectos dessa produção. Este tipo de empreendedor neoliberal é apenas o trabalhador exterior ao que produz.

> "O trabalhador não pode criar nada sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é o material no qual o seu trabalho se realiza, no qual este é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz." (MARX, 2015, p. 306)

Sendo assim é possível identificarmos o uso do conceito de empreendedor no neoliberalismo como uma ideologia. Um ofuscamento da realidade de que o trabalhador sozinho, por si só, não é mais capaz de produzir renda sem depender da atividade mercadológica que irá determinar as supostas necessidades sociais.

Desta forma o trabalho produz obras maravilhosas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador (MARX,2015,p. 307). Para Marx o trabalho alienado transforma a própria vida do trabalhador em um meio de vida. Esta inversão que o trabalho alienado proporciona é o que retira do trabalhador sua essência fazendo com ele apenas seja um indivíduo que busca que subsistência. Essa subsistência é a consequência imediata, segundo Marx (2015, p. 318) para a existência de salários e o trabalho alienado a causa imediata da propriedade privada.

No que tange a construção do conceito de ideologia em Marx, o mesmo nos fornece a resposta de que é a condição de alienação e de propriedade privada fora do homem, esta condição é característica da ideologia que procura inverter e ofuscar a realidade social. Mantendo na obscuridade as relações e as lutas entre as classes sociais que culmina naquilo que chamaremos de tenção *power*/*powerlessness* (poder/impotência). Manter esta relação é fundamental para política neoliberal.

Esta característica ideológica é determinada por Marx, em nosso entendimento, quando este afirma que:

> "O não trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si próprio, mas não faz contra si próprio o que faz contra o trabalhador." (MARX, 2015, p. 321)

Esta condição só se perpetua através da ideologia, mesmo que Marx não tenha feito uso do termo nos "Manuscritos".

Finalmente encontraremos a utilização do termo ideologia na obra conjunta com Engels "A Ideologia Alemã". Nela Marx e Engels farão críticas aos hegelianos de esquerda e desenvolverão um vocabulário que a partir deste texto fará parte das argumentações de Marx ao longo de sua obra. Neste sentido Ricoeur (2017, p. 113) afirma que o conceito de divisão do trabalho ocupa o mesmo lugar de importância que alienação nos "Manuscritos".

Marx e Engels vão dizer que não há uma história da ideologia, mas que ela aparece na história dos homens e por isso precisam ser encaradas pois a ideologia é a compreensão invertida da história dos homens (MARX e ENGELS, 2007, p. 39).

Na "Ideologia Alemã" Marx passa a discorrer sobre as condições materiais da vida humana.

> "Pode-se diferenciar os homens dos animais através da consciência, através da religião, através do que quiser. Eles mesmos começam a se diferenciar dos animais quando começam a produzir seus víveres, um passo que é condicionado pela sua organização corporal. Ao passo que produzem seus víveres (*Lebensmittel*), os homens também produzem indiretamente sua vida material (*materielles Leben*)." (MARX e ENGELS, 2007, p. 42)

Na "Ideologia Alemã" vamos encontrar com mais frequência termos típicos do marxismo e segundo Althusser (RICOEUR, 2017,p. 91) o corte epistemológico entre os textos de juventude de Marx e os textos definitivamente marxistas. O que podemos perceber na leitura da "Ideologia Alemã" é a crítica de entidades abstratas como consciência. Isso é particularmente importante para esta tese. Anteriormente neste capítulo apresentamos o conceito de conscientização em Paulo Freire. A crítica da entidade consciência na "Ideologia Alemã" não pode ser aplicada, por analogia, ao conceito de Freire.

Como apresentamos existem dois momentos em Paulo Freire, o da tomada de consciência e a conscientização. A crítica que Marx e Engels fazem na "Ideologia Alemã", e nosso entendimento, diz respeito ao conceito de "tomada de consciência" de Freire. Ou seja, não entendemos que a conscientização como descrita por Freire tenha a conotação ideológica criticada por Marx e Engels na "Ideologia Alemã".

> "A consciência é, em princípio, naturalmente, consciência do mundo imediato e sensível que nos rodeia, e consciência dos nexos limitados com outras pessoas e coisas, fora do indivíduo consciente de si mesmo; e é, ao mesmo tempo, consciência da natureza, que no princípio se confronta com o homem como um poder absolutamente estranho, onipotente e inexpugnável, diante do qual a atitude dos homens é puramente animal e ao qual se submetem como gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural)." (MARX e ENGELS, 2007, p. 53)

Neste sentido os homens fazem uns aos outros, mas não fazem a si mesmos (MARX e ENGELS, 2007, p. 61). Esta afirmação vem a desqualificar a argumentação espiritualista de Feuerbach e passa a apresentar uma concepção materialista da história. Para "A ideologia Alemã" o materialismo histórico – apesar de Marx e Engels não fazerem uso do termo na obra – é a descrição das condições de vida material do homem ao longo da história. O que determina a vida não é a consciência do homem, mas as condições materiais de sua atividade. Neste sentido Ricoeur (2017, p. 104) comenta que os homens ainda são uma referência para Marx, mas agora são os homens em condições históricas dadas.

Partindo desta concepção materialista da história Marx e Engels passam a uma crítica da percepção que as classes sociais têm de si em cada época e de como esta inversão da realidade se expressa numa ideologia, ou seja, uma falseabilidade da história.

> "Se, na concepção do processo histórico, as ideias da classe dominante são separadas desta mesma classe, se as transforma em algo à aparte e independente, se nos limitamos a afirmar que em uma época dominou este ou aquele pensamento, sem nos preocuparmos o mínimo que seja com as condições de produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, deixamos de lado os indivíduos e as situações universais que servem de base aos pensamentos, podemos afirmar, por exemplo, que na época em que dominou a aristocracia imperaram as ideias da honra, da lealdade etc., enquanto que a dominação burguesa representou o império das ideias da liberdade, da igualdade etc. [[Riscado no manuscrito: Esses "conceitos dominantes" terão uma forma tanto mais geral e abrangente, quanto mais a classe dominante se vir obrigada a estipular seu interesse como sendo o interesse de todos os membros da sociedade. A classe dominante em si mesma tem, via de regra, a noção de que esses seus conceitos foram os que dominaram e só os diferencia das noções dominantes em épocas anteriores por estipulá-los como sendo verdade eternas.]] Via de regra, a própria classe dominante assim o imagina. Essa concepção da história, que prevalece entre todos os historiadores desde o século XVIII, obrigatoriamente se deparará com o fenômeno de que são cada vez mais abstratas as ideias que imperam, quer dizer, que se revestem cada vez mais da forma universal. Cada nova classe que passa a ocupar o posto daquela que dominou antes dela se vê obrigada, para poder encaminhar os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse geral de todos os membros da sociedade – quer dizer, expressando o mesmo em termos ideiais -, a imprimir a suas ideias a forma da universalidade, a apresentar essas ideias como as únicas racionais e válidas universalmente." (MARX e ENGELS, 2007, p. 72)

A explicação dada acima por Marx e Engels é a que buscamos para justificar o uso ideológico dos conceitos de empreendedor e empoderamento. Esta forma de

apropriação dos conceitos e tornando-os universais mascara a real intenção do neoliberalismo que não é a libertação do indivíduo, mas manter a tenção *power*/*powerlessness* (poder/impotência) a seu favor. Pelo exposto acreditamos que fica bem estabelecido o conceito de ideologia que utilizamos nesta tese.

## 1.2 Meritocracia

Meritocracia é a chave para legitimação da ideologia neoliberal, que cria uma expectativa de promessa de oportunidade quando, na verdade, esconde a divisão da sociedade em classes.

A meritocracia envolve uma forma de sociedade em que o sucesso educacional e social é o conjunto de esforço individual e de inteligência, que leva ao merecido sucesso. A capacidade individual é um dos fatores determinantes para a meritocracia, pois, independentemente de sua condição social, o indivíduo tem a possibilidade de superar os obstáculos apresentados ao seu sucesso por meio de sua própria vontade e capacidade. O artigo 6 da Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão de 1789 é um exemplo de motivação para essa superação:

> **Art. 6º.** A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, **segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos**.[21]

Pode-se afirmar, então, que a meritocracia baseia-se em uma sociedade igualitária, mas, ainda que todos partam do mesmo ponto de igualdade (social, intelectual etc.), o ponto de chegada pode ser desigual, e tal desigualdade é justificada pela falta de recursos a serem distribuídos para todos. Sendo assim, a dedicação, os talentos e as virtudes de cada indivíduo passam a ser fatores limitantes para alcançar esse recuso. Desde 1789, não é negada legalmente a nenhum cidadão a possibilidade de concorrer a esses escassos recursos, mas somente aqueles que desenvolvem suas plenas capacidades é que conseguiram ter acesso a eles, razão da desigualdade social em questão.

---

[21] Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789. Disponível em http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html. Acessado em: 30 de abr. de 2020. Grifo nosso.

É aqui que a concepção de Marx e Engels acerca da ideologia tece uma crítica avassaladora à meritocracia. Somente uma sociedade desprovida de falseabilidade da realidade pode proporcionar o acesso de todos aos recursos necessários à sua vida plena. Marx resgata a famosa frase cunhada por Louis Blac, em 1839, e a utiliza em um trecho de crítica ao Programa de Gotha:

> […] quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades!".(MARX, 2016, p.32)

Marx, então, explicita que, enquanto houver antagonismos de classes, é impossível que o sujeito possa, de fato, partir de um ponto original igualitário em relação aos outros indivíduos da sociedade, de modo que existe uma relação de competição acirrada pelas melhores oportunidades sociais que ocorrem somente dentro da própria classe. Dessa forma, quem está em uma determina classe social que possa oferecer os meios materiais para uma dedicação exclusiva no desenvolvimento de seus talentos, virtualmente falando, parte do mesmo ponto de outro indivíduo pertencente à mesma classe. No entanto, se o mesmo indivíduo estiver em concorrência pelo mesmo recurso com outro que não dispõe de iguais possibilidades materiais para o pleno desenvolvimento de suas habilidades, não há como admitir que os dois partem do mesmo ponto. É justamente nesse sentido, o da superação e da dedicação do indivíduos em mais desvantagem, que a ideologia da meritocracia ganha força.

Fazendo uso da concepção marxista de ideologia como um falseamento da realidade, Marx (s/d, vol.1 p.377) explica a luta entre o trabalho e o capital, afirmando que esta, apesar de poder obter resultados importantes para o trabalho, recai sobre os efeitos do problema e não sobre as causas. A meritocracia mascara essa luta entre as classes apresentando um portfólio de oportunidades que, segundo sua lógica, pode ser alcançado por aqueles que o mereçam, desconsiderando a questão de luta de classes. Para a meritocracia, esse embate simplesmente deixa de existir, de modo que passa a operar um modo de concorrência por recursos e oportunidades de forma única a toda a sociedade. Portanto, o preceito de que a meritocracia promove uma espécie de "justiça social" é desmascarado pela luta de classes.

A empresa, com a implementação de cargos e salários por competência (BITENCOURT, 2010, p. 175-195), é um terreno fértil para a meritocracia, fazendo com que o empregado seja motivado ao individualismo na busca pelas escassas oportunidades de ascensão dentro da organização empresarial. Essa abordagem por competências é uma excelente justificativa para meritocracia empresarial.

Outro terreno almejado pela ideologia de meritocracia é o da escola[22]. Diferentemente da empresa, em que os indivíduos sujeitos à influência da meritocracia são adultos, nas escolas, o acesso aos jovens possibilita a inserção em forma de doutrina e conduta de vida da ideologia de meritocracia desde tenra idade. As competições e/ou maratonas de conhecimento estabelecem uma prerrogativa para o esforço individual em que se premia somente aqueles que alcançam determinados resultados, restando aos outros o conformismo ou até a motivação para se superarem da próxima vez. O sistema educacional traz, então, a falsa ideia de que o "diploma" é o grande diferencial para se alcançar o sucesso pessoal e material.

No Brasil, atualmente, cursos ditos elitizados são os mais concorridos para as vagas em instituições de ensino superior público[23], o que fomenta, novamente, a justificativa de que os indivíduos que tiveram acesso à melhor escolaridade possuem mérito, pois se esforçaram mais que outros pelo ingresso no escasso recurso das vagas. Esse movimento, porém, só serve para demonstrar a assimetria dessa concorrência, o que caracteriza a promessa da meritocracia de mobilidade social àqueles que estejam dispostos a se dedicarem à preparação intensa para ter acesso a esse recurso, com a ilusão de que, mais tarde, receberão o prêmio, caracterizado por status social ou altos salários, como, por exemplo, no caso dos concursos públicos do poder judiciário, particularmente para juízes e procuradores.

### 1.2.1 O modelo de Bénabou

Uma descrição formal-quantitativa da meritocracia é descrita por Bénabou (2000, p. 317-335), que fornece uma ideia do desequilíbrio meritocrático. Ele parte do pressuposto de que existem duas dimensões para medida da meritocracia: igualdade de oportunidades e

[22] Vide *Escritos de Educação*, de Pierre Bourdieu. 16° edição. Petrópolis: Vozes, 2015; *A Reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Pierre Bourdieu. 7° edição. Petrópolis: Vozes, 2014; *Vigiar e Punir*. Michel Foucault. 42° edição. Petrópolis:Vozes, 2017; *A Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Louis Althusser. Lisboa:Editorial Presença, sd.

[23] "Como de costume, Medicina ainda lidera o ranking dos cursos mais procurados. Um dos principais motivos para que esse curso e o de Direito sejam ainda os cursos com mais inscritos, se deve ao valor de mercado. O salários desses profissionais pode influenciar bastante na escolha final do curso". Disponível em https://enade.inf.br/cursos-mais-concorridos-sisu-2020/. Acessado em: 30 de abr. de 2020.

desigualdade de resultados. Bénabou define a igualdade de oportunidades como sendo uma extensão do talento do indivíduo e não a sua origem familiar, por exemplo. Dessa forma, a igualdade de oportunidades depende apenas do indivíduo e da extensão dos talentos inerentes a ele. Já a desigualdade que resulta é uma extensão do talento e da habilidade do indivíduo, que é afetada pelo mercado e afeta diretamente as recompensas pelo esforço do sujeito em questão. Esses dois fatores geram dois tipos de meritocracia ($M_{opotunidade}$, $M_{resultado\ desigual}$). A relativa importância de cada um desses atributos pode ser representada pela função $M = W(M_{oportunidade}, M_{resultadodesigual})$. Quando $M_{opotunidade}$, $M_{resultado\ desigual}$ crescem $W > 0$[24]. Quando $W = 0$ significa que ou $M_{opotunidade} = 0$ ou $M_{resultado\ desigual} = 0$. Esse resultado leva, segundo Bénabou, a duas situações limite:

1. Quando $M_{opotunidade} \rightarrow 0$ (tende a zero), o resultado desigual é maximizado, ou seja, todos os fatores geradores de renda são passados de pais para filhos.
2. Quando $M_{resultado\ desigual} \rightarrow 0$ (tende a zero), o talento não é recompensado, ou seja, é irrelevante para determinação da renda.

Graficamente temos:

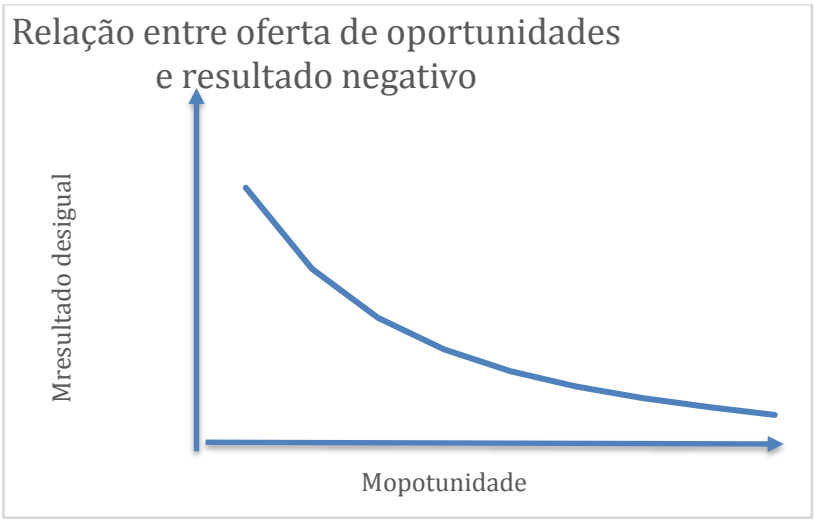


Figura 1. Elaborada pelo autor a partir de Bénabou (2000).

Essa abordagem formal tem como intuito endossar a vertente marxista de que, numa sociedade sem classes, a meritocracia deixa de existir, pois a ideologia que surge em virtude dos antagonismos de classe desaparece. Por outro lado, também demonstra que, quando as oportunidades são cada vez menores (tendem a zero), a concorrência gera cada vez mais desigualdade, pois não há recursos para todos os interessados, o que reforça o caráter meritório

[24] Esse dado significa que esta função é quase côncava devido às características de distribuição entre as variáveis.

de quem consegue o acesso privilegiado. De outro lado, quando os resultados negativos tendem a zero, isso significa que as oportunidades estão mais de acordo com a distribuição entre os interessados pelo recurso, que, dessa vez, não é tão escasso. Intentamos, com essa demonstração, explicitar que a meritocracia, para ser justificada e aceita, precisa possuir seu caráter ideológico.

Este capítulo teve como intuito principal balizar conceitos importantes nesta tese e apresentar nosso entendimento sobre eles. Ademais, essa discussão faz com que possamos ter as balizas necessárias para desenvolver os conceitos-chave de nossa hipótese, qual seja a de que o microcrédito não cumpre sua função social e de que o conceito de empreendedor e de empoderamento apenas emprestam uma roupagem puramente ideológica para fazer valer a dominação de classe. Destarte, passamos a apresentar no capítulo 2, a conceituação de pobreza, função social e microcrédito com uma breve análise crítica de autores nacionais que apresentam elementos positivos do acesso ao microcrédito como ferramenta no combate ao desemprego e na tentativa de geração de renda.

## 2 *EMPOWERMENT, POWER, POWERLESSNESS* E EMPODERAMENTO

O conceito de empreendedor[25] geralmente é associado ao de empoderamento, pois o indivíduo que se torna empreendedor está empoderado e torna-se, consequentemente, responsável pela geração de sua renda. Além disso, o empoderamento em questão é reforçado por meio do acesso ao microcrédito. Nesse sentido, demostraremos mais adiante que tal conceituação não condiz, de fato, com a ideia de empoderamento e desmascara o uso ideológico do conceito associado a uma política neoliberal de geração de renda que transfere a responsabilidade exclusivamente para o indivíduo através de acesso ínfimo a empréstimos bancários[26]. Assim, faz-se necessário apresentar os argumentos que demonstram o uso ideológico do termo empoderamento. O empreendedor precisa sentir-se empoderado, na lógica neoliberal, para que possa tomar as rédeas de seu próprio destino financeiro sem a dependência de políticas sociais que o protejam e que o impeçam de gerar sua própria renda. Sobre esse tema, passaremos, então, a apresentar nosso argumento a fim de justificar a tese de que o empoderamento é uma falácia ideológica para manter a tensão poder *versus* impotência, sempre apoiando o lado do poder.

Atualmente, há um grande movimento por apresentar o lado otimista das condições sociais dos menos favorecidos materialmente e uma forma de dominação velada, que envolve o sujeito numa bruma de responsabilidade que não pode ser atribuída a ele exclusivamente. Nesse sentido, é importante compreender que não é por falta de vontade, incapacidade ou determinação que um desempregado continua em situação de penúria. Não é exclusivamente por falta de dedicação e esforço que milhares de jovens ficam fora dos cursos universitários com maior capacidade de rendimento material nas universidades públicas e privadas. O trabalhador não consegue melhores condições de vida material pura e simplesmente porque ele não se aperfeiçoou ou estudou como os demais para angariar uma posição de destaque na empresa, numa clara falta de acumulação de capital simbólico.

Todas essas condições mencionadas são diretamente afetadas pelo modo como que se desenvolve a ordem da economia e pelo abandono das políticas sociais. Tanto o poder público como o setor privado usam de campanhas que pregam a necessidade de um empreendedor e de empoderamento das pessoas para que elas, por si só, possam alcançar os benefícios de uma vida material confortável e com acesso ao consumo. Sem tal dedicação por parte do indivíduo, torna-

[25] Discutiremos mais detidamente este conceito no capítulo 3.
[26] Santander concede mais crédito sob coronavírus e lucro cresce 10,5% no 1º trimestre. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/santander-concede-mais-credito-sob-coronavirus-e-lucro-cresce-105-no-1o-trimestre.shtml. Acessado em: 28 de abr. de 2020.

se impraticável uma política pública social, na ideologia dominante do poder público. Sem um sujeito capaz de superar, por si só, as dificuldades materiais, é difícil ser recrutado pelo setor privado, que precisa de sujeitos capazes, dizem as campanhas de diversas empresas privadas.

O curioso em tal abordagem é que, tanto por parte do poder público quanto do privado, não se explicita à população como se faz esse movimento, tampouco se discute sobre que condições ele ocorre, de modo que se fala apenas da ideologia da meritocracia. Essa lógica acredita que se determinado sujeito encontra-se em uma condição material específica (seja no público, seja no privado), é porque ele mereceu. Ninguém questiona as condições iniciais para essa "autopromoção" do sujeito. A ideologia do *empowerment* e do empoderamento funcionam como mecanismo de justificação para uma ideia abstrata de meritocracia, de maneira que sujeitos, mesmo partindo de pontos distintos e em condições diversas, são magicamente colocados em igualdade na conquista de melhores condições de vida material e de consumo.

Para que se possa vislumbrar maneiras de sair desse ciclo vicioso fomentado pelo marketing capitalista com a máxima de que "todos podem se dar bem", bastando para isso merecer, discutiremos em detalhes a construção de pilares para uma verdadeira emancipação (liberdade?) social. As condições materiais dos sujeitos não ocorrem apenas devido a fatores que cabem a ele mesmo realizar, pois, na maior parte das vezes, ele é totalmente impedido de superar estas condições e ainda é iludido com a explicação de que não se dedicou o suficiente para realizar sua melhor condição material.

## 2.1 Construção do conceito de *Empowerment*

O *empowerment* é um fenômeno cultural norte-americano (SOLOMON; BAQUERO, 2012, p. 174)[27], fruto de um processo histórico que está diretamente ligado aos movimentos

[27] Baquero (2012, p. 175), apesar de descrever o *empowerment* a partir dos movimentos negros na segunda metade do século XX, acaba por afirmar que o conceito tem efetiva origem na Reforma Protestante. Apesar da argumentação, não concordamos com a associação. Não há uma correlação, em nosso entendimento, entre o

negros dos anos 60. Veremos, nesse sentido, que é impossível fazer uma transliteração fiel de seu significado sem levar em consideração a condição histórica desses sujeitos.

Essa complexidade faz com que o conceito de *empowerment* seja mistificado e simplificado para melhor ser entendido nas teorias contemporâneas. Essa simplificação, porém, acaba tornando o conceito vazio e distorcido. Assim, ainda que de fácil absorção, ele é interpretado erroneamente. Por exemplo, é comum, no meio empresarial, falar no "*empowerment* do colaborador". Chiavenato (2017, p. 196-197) explica que o *empowerment* deve estar na maneira como nos relacionamos com os funcionários da empresa e que esse relacionamento deve ser baseado em cinco pilares: delegação de responsabilidades, liberdade de escolha, atividade em grupo, participação da equipe em decisões e autoavaliação do desempenho. Para que tais pilares possam se sustentar, o autor lista o que ele chama de quatro alavancadores do *empowerment*, a saber: autoridade, informação, recompensas e competências.

Se observarmos atentamente esses cinco pilares com os quatro alavancadores mencionados, perceberemos que se trata de uma forma de controle velado dentro da empresa, pois é uma maneira de fazer com que o funcionário possa realizar suas tarefas (aquelas para as quais ele fora contratado) com maestria, sentindo-se, ao mesmo tempo, satisfeito e valorizado por essa realização. Com isso, não estamos dizendo que o sujeito não pode ter satisfação em seu trabalho, o que estamos evidenciando é que ele não sabe que está submetido a uma forma de dominação simbólica, de modo que o ambiente de trabalho, por mais "amistoso" que seja, acaba, em verdade, sendo um ambiente de coerção.

---

*empowerment* oriundo dos movimentos negros dos anos 60 nos EUA e a Reforma Protestante na Alemanha do século XVI. Para Baquero (2012), o fato do movimento reformista promover o acesso à Bíblia em traduções alemãs é uma característica do *empowerment*. Segundo ela: "O resultado desse movimento religioso precisa, no entanto, ser entendido no contexto do efeito multiplicador iniciado pela invenção da imprensa por Gutemberg: a Bíblia, traduzida nas línguas e dialetos locais, tornar-se acessível a cada um. Anteriormente ao século XVI, a Bíblia era um manuscrito em latim – língua dominada por uma minoria – do qual havia poucas cópias, que se encontravam fechadas nos conventos e nas Igrejas, lidas por uma elite eclesiástica (p. 175)." Essa argumentação não é suficiente para associar a Reforma ao *empowerment*. Primeiro, porque a reforma tem um profundo caráter político-religioso. Segundo porque, mesmo em alemão, uma Bíblia continuava sendo um artigo de luxo. Terceiro, porque o povo não sabia ler nem escrever, em sua maioria, para poder compreender uma Bíblia, mesmo sendo em alemão. Outro ponto a se destacar é que Lutero foi veementemente contra a "Guerra Camponesa" de 1524, iniciada por Thomás Müntzer antes protestante de linha luterana, mas depois se volta contra Lutero e escreve vários artigos contrários a ele – ver por exemplo, *Thomas Müntzer teólogo de la Revolución*, de Ernst Bloch, e *As Guerras Camponesas na Alemanha*, de Friedrich Engels. 2 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Particularmente o capítulo II. A Reforma, neste sentido, está mais ligada ao conceito de *power* que descrevemos anteriormente do que ao *empowerment* que descrevemos agora. No entanto, há de registrar que Bert (2018, p. 23) corrobora essa visão equivocada: "Baquero nos dá um importante caminho para a compreensão histórica da Teoria do Empoderamento, bem como uma de suas principais dimensões, a da informação como instrumento de libertação."

Muitas vezes, o *empowerment* é utilizado de forma descontextualizada[28] nos chamados movimentos feministas. Alguns desses movimentos preconizam a igualdade de gênero, sem fazer a discussão sobre as condições históricas que levaram a esta desigualdade. Explicam o efeito, mas não tratam a causa. Nesse sentido, o movimento acredita que, aplicando, de alguma forma, a expressão *empowerment,* haverá um fortalecimento das mulheres no meio social. O que esse tipo de vertente não leva em consideração é que há uma grande diferença em reconhecimento social para uma mulher de baixa renda e sem educação formal e para uma mulher com grande poder de barganha material e inserida num meio cultural erudito. Ambas buscam um reconhecimento de gênero, mas não participam das mesmas condições sociais que possibilitem atingir o objetivo em questão, pois uma estará presa ao baixo nível social em que se encontra e a outra estará em um limbo de submissão amparada por momentos de liberdade social.

O movimento negro, no Brasil, também faz uso do termo para legitimar suas lutas e reivindicações, promovendo o *empowerment* como ferramenta político-social para aumentar a visibilidade dos negros diante do restante da sociedade. Ocorre, porém, que, por haver uma compreensão superficial do *empowerment* em alguns movimentos, estes limitam seu alcance de luta. Nesse sentido, Marx dá mostra dessa compreensão superficial acerca das lutas salariais pelo movimento operário, no qual identificamos semelhança com a compreensão superficial do *empowement:*

> Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não faze-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a ferida. (MARX, s/d, p.377)

Partindo do pressuposto de que essas críticas são pertinentes, resta, então, a pergunta: o que é *empowerment*? Para responder a esta questão, partiremos para o método de investigação etiológico[29] a fim de que possamos compreender a origem e real significado do *empowerment,* pois é necessário afastar o polimorfismo que geralmente acompanha o conceito. Ademais, para esse fim, será necessário ainda entendermos dois outros conceitos: *power* e *powerlessness*.

---

[28] Ver a seção sobre o Empoderamento de Marketing, na qual apresentamos os conceitos de *femvertising* e "feminismo de mercadoria".

[29] Este método também é utilizado por Berth (2018), Baquero (2012) e León (1997), porém nossa análise difere essencialmente nas fontes utilizadas por elas e no desdobramento do entendimento do *empowerment* .

### 2.1.1 *Power*

O volume XII do grande dicionário Oxford[30] da língua inglesa lista 15 definições para *power* (p. 259-261). A primeira definição listada pelo dicionário é com relação à qualidade ou propriedade: "Ability to do or effect something or anything, or to act upon a person or thing" (OXFORD, vol. XII, p. 259). Habilidade para fazer ou efetuar algo ou ainda a habilidade de agir sobre uma pessoa ou algo. É importante observar que essa definição não possui qualquer caráter negativo ou positivo para a habilidade de realizar alguma coisa, seja ela qual for. Esse *power* pode tanto causar um efeito benéfico sobre alguém como também pode provocar um efeito contrário.

Já a segunda definição que o dicionário Oxford relata é: "Ability to act or effect something strongly" (OXFORD, vol. XII, p. 259). Nesse caso, há a possibilidade de exercer a força para realizar a habilidade de fazer ou agir sobre uma coisa ou pessoa, de modo que é possível traduzir essa força como coerção. Então, podemos concluir que o conceito *power* que procuramos definir é uma habilidade que, através da coerção, age sobre pessoas e coisas.

Em se tratando do Estado, esse *power* concretiza-se em diversos aspectos da sociedade, seja através do próprio aparelho repressor do Estado, no caso, a polícia, ou mesmo da família, como reprodutora da ideologia do Estado. Por fim, *power* também assume uma conotação religiosa quando o termo é associado ao grego εξουσία[31] ou ao latim potestas[32].

---

[30] Optamos por usar como fonte primária *The Oxford English Dictionary* em 20 volumes, por ser baseado em fontes históricas e por cobrir o vocabulário da língua inglesa desde 1150 e apresentar o desenvolvimento histórico e de significado de cada palavra.

[31] O Greek-English Lexicon of the New Testament and other Early Christian Literature de Walter Bauer e revisado por Frederick Danker trás diversas definições para εξουσία. 1. A state of control over something; 2. Potential or resource to command, control, or govern; 3. The right to control or command; 4. *Power* exercised by rules or others in high position by virtue or their office. (BAUER, Walter. *The Greek-English Lexicon of the New Testament and other Early Christian Literature*. Chicago: The Univercity of Chicago Press, 2000. p. 352-353). O dicionário também traz várias citações no Novo Testamento, nas quais o conceito é traduzido como o direito que alguém tem de exercer controle ou comando sobre outras pessoas ou coisas.

[32] Propriedade, faculdade particular de uma substância ou um ser (*Dicionário de Latim-Português*. 3ª edição. Porto: Editora Porto, 2008, p. 513).

"Omnis anima potestatibus sublimioribus subdita sit. Non est enim **potestas** nisi a Deo; quae autem sunt, a Deo ordinatae sunt." Ad Romanos, 13:1. *Biblia Sacra Vulgata*. Brasil: Sociedade Biblica Brasileira, 2011. p.1765. Grifo nosso.

"Cada um se submeta às autoridades constituídas, pois não existe **autoridade** que não venha de Deus, e as autoridades que existem, foram estabelecidas por Deus." *Bíblia Sagrada*. Tradução Oficial da CNBB. 2ª edição. Brasília: Edições CNBB, 2019, p. 1556. Grifo nosso.

Poder-se-ia discorrer sobre a questão dessa habilidade de exercer autoridade sobre outros ou sobre coisas que vêm atribuídas de Deus, segundo o apóstolo Paulo, mas não é o objetivo desta tese. Queremos apenas observar que, também no âmbito religioso, o exercício da coerção (como temos discutido acima) é justificado através das escrituras. Essa é a base para legitimar o poder terreno dos líderes das Igrejas ao longo dos séculos. Submeter-se às autoridades constituídas, pois elas foram estabelecidas por Deus e só ele pode revogar tal *power*.

Feitas essas definições, podemos inferir que o *power* é uma característica humana de relação entre os indivíduos e as coisas.[33]

Solomon (1976) define *power* nos seguintes termos:

> *Power* is a concept which is present in almost any discussion of human relationship – whether from a psychological, sociological, economic, political, or philosophical point of view. Thus, it can be an integrative concept in the effort to obtain an understanding of the various forces which serve to determine relationships in a social system. It can also be utilized as a basis for problem-solving when it is conceived as the necessary element required to obtain adequate solutions to social and psychological problems (SOLOMON, p. 28).

Destarte, inferimos que *power* é a capacidade que um ser humano tem de determinar a conduta ou de exercer o controle, de alguma forma, sobre outro ser humano. Aqui *power* não pode ser entendido como a mesma capacidade de exercer controle sobre a natureza. Não se trata da capacidade de transformar a natureza, mas sim de alterar o equilíbrio das relações humanas: "Inteso in senso specificamente sociale, e cioè in rapporto ala vita dell'uomo in società, il potere si precisa e diventa, da genérica capacità di operare, **capacità dell'uomo di determinare la condotta dell'uomo: potere dell'uomo sull'uomo"** (BOBBIO, 2004, p.740. grifo nosso).

Destarte, *power* é uma correlação de fatores que faz com que um ser humano aja, positiva ou negativamente, sobre outro ser humano, e essa relação social acaba por desenvolver um ciclo de dependência que promove a submissão de um sobre o outro. Hegel descreve tal relação na alegoria entre o senhor e o escravo (HEGEL, 2016, p 142-151).

Retirando o idealismo de Hegel em sua abordagem do termo da dominação, Marx explica que o que determina a sujeição de um homem sobre outro será a detenção dos meios privados de produção. A propriedade privada seria, então, o fator determinante, para que o *power*, da forma como o apresentamos, possa ser exercido: "A tua força e a tua particularidade são, antes, o *vínculo* que te torna dependente de mim porque te tornam dependente do meu produto. Longe de ser o *meio* capaz de te dar *poder* sobre minha produção, elas são o meio de me dar um poder sobre ti." (MARX, 2015, p.218).

Assim, do ponto de vista de Marx, é a detenção dos meios de produção de mercadorias que faz com que um homem exerça *power* sobre outro, mas essa relação de sujeição é mascarada através do pagamento de salários e da livre vontade. Logo o *power* é uma forma de

[33] As coisas só possuem *power* sobre os homens quando esta é fetiche, conforme demonstra o caso clássico do fetiche da mercadoria descrito por Marx, no volume 1 de *O Capital*.

retirar do sujeito sua capacidade ou habilidade de exercer controle ou influência sobre outro. O exercício deste *power* pode ser observado em vários níveis da vida em sociedade, como, por exemplo, na esfera pública, na família, nas escolas e nas empresas, razão de seu caráter de controle ideológico, ou seja, falsear a realidade dos fatos como descrevemos no capítulo 1. Dessa forma, podemos observar que não se trata apenas de uma relação binária entre homens, mas de uma relação ternária, na qual há aquele que exerce *power*, aquele que está desprovido dessa habilidade e o meio onde ocorre essa relação de controle e submissão. Depende da espera de poder (BOOBIO, 2004, p. 741).

Podemos, então, entender que é nessa esfera particular que ocorre o exercício do *power*. Pode ser na escola, entre o professor e o aluno. Poder ser na família patriarcal, entre pais e filhos. Pode ser na empresa, entre o patrão e o empregado. Em todas estas esferas de poder, há uma relação de *power* na qual um exerce o controle sobre o outro. O professor pelo conhecimento, o pai pelo pátrio poder, o patrão pela oferta de trabalho, etc.

Marx, no Manifesto Comunista, descreverá essa espera de poder, na qual o *power* acontece, como luta de classes: "A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, **novas condições de opressão**, novas formas de luta em lugar das que existiam no passado." (MARX *et* ENGELS, 2018, p.40. Grifo nosso).

Essas condições de opressão ocorrem dentro da esfera de poder, sendo que o *power* pode ser exercido de diversas maneiras. Para exemplificar essa questão, discorreremos brevemente sobre o preconceito linguístico[34] como forma de *power:*

> Por seu turno, uma verdadeira **sociologia da linguagem**, como próprio nome indica, tem de ser antes de tudo um estudo da *sociedade* com foco nas relações que seus membros mantêm entre si por meio da *linguagem*. Aqui o que está em jogo é a língua como *instituição*, como instrumento de *controle social* de uma parcela da sociedade sobre as demais, como *arma* empregada para o exercício da *violência simbólica* de uns cidadãos contra os outros, como palco de disputas de poder e de conflitos entre grupos sociais, como elemento constitutivo da identidade de indivíduos e de coletividades, como moeda e mercadoria na economia das trocas linguísticas delineadas por Bourdieu... etc. (BAGNO, 2011, p. 63).

Dentre os vários aspectos da dominação social, um merece destaque nesta tese, por suas

[34] Em trabalho apresentado em 2017 para o *VII Seminário Nacional de Sociologia e Política*, tivemos a oportunidade tratar o tema a partir dos conceitos de *habitus* e capital simbólico de Bourdieu de forma mais completa. Disponível em: http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/pdf/GT09-27.pdf. Acessado em: 22 abr. 2020.

consequências de estratificação social, qual seja o ato da fala. A fala é o primeiro instrumento de comunicação humana e seu exercício pode ser utilizado para exercer dominação sobre os outros. Para Bourdieu, a língua é feita para exercer o poder de comunicação e deve ser compreendida e não cifrada, já que a ação social é um ato de comunicação e, consequentemente, de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2016).

Esse exemplo de aplicação do *power* como forma de opressão àqueles que não dominam os cânones formais da língua promove uma sujeição (BUTLER, 2017, p.10) do indivíduo que não se identifica mais consigo mesmo e passa a aspirar à imagem de quem exerce o *power* como a imagem ideal a ser seguida. Esse desgaste ou subtração do *power* do sujeito dominado leva-nos a descrever outro importante conceito: *powerlessness*.

### 2.1.2 *Powerlessness*

Para entendermos o *empowerment* como um processo, foi necessário trazer a definição do que vem a ser o *power:* a capacidade de um homem exercer seu controle e dominação sobre o outro. Este *power* pode se manifestar de várias maneiras: no Estado, nas relações familiares, na educação, dentre outros relacionamentos em sociedade. A forma pode variar, mas a esfera de poder é onde ocorre o *power*. Como vimos anteriormente, o *power* é um instrumento de subjugar o outro, exercer a dominação e fazer com que o outro aceite ser dominado.

Butler (2017) irá descrever este aceite do dominado[35] ou influenciado por aquele que exerce o *power* como um processo de sujeição no qual, na verdade, o indivíduo que não possui *power* procura entender essa dependência, mas, ao mesmo tempo, a aceita[36].

Nesse sentindo, se compreendemos que o *power* é uma capacidade e/ou habilidade de exercer o controle e/ou a dominação sobre o outro que está desprovido desta capacidade, aquele que sofre o *power* seria o que dentro desse sistema? Pata buscar uma resposta para tal questão, recorremos novamente ao dicionário da língua inglesa (OXFORD, volume XII, p. 265) e encontramos a palavra *powerlessness* cujo significado é: "*whithout power or hability; devoid of power*"[37]. *Devoid of power* é a perda de *power* ou a perda da capacidade ou habilidade de exercer o *power* sobre outra pessoa: "*Powerlessness* is defined here as the inability to manage

[35] Para Weber, seria aceitação do poder considerado.
[36] Discutiremos mais atentamente esta questão mais adiante, quando falarmos sobre a conscientização no capítulo 4.
[37] Para os fins desta tese, adotaremos a definição de *powerlessness* como "devoid of *power*". Preferimos a palavra *devoid* a *whithout*, pois *devoid* expressa a idéia de algo que foi removido, enquanto *whithout* a idéia de ausência e perda. (**The American Heritage Dictionary of English Language**. 5ª Edition. New Yourk: Houghton Mifflin Harcourt, 2018).

emotions, skills, knowledge, and/or material resources in a way that effective performance of valued social roles will lead to personal gratification" (SOLOMON, 1976, p. 16).

Solomon (1976) acrescenta, na definição de *powerlessness*, a incapacidade de gerenciar as emoções para poder exercer uma efetiva participação no meio social. Podemos afirmar, para corroborar esta afirmação, que o estresse, as psicoses e as neuroses também são fatores que ajudam no *devoid of power*[38]. Dessa forma, o *powerlessness* é uma espécie de impotência do sujeito frente a diversos aspectos da vida em sociedade. Esse indivíduo, portanto, não consegue resolver ou alavancar, por si só, seus objetivos individuais, e o mesmo raciocínio pode também ser aplicado a comunidades inteiras.

Aqueles que exercem o *power* aproveitam-se da fragilidade de outros indivíduos e institucionalizam uma descriminação (SOLOMON, 1976, p. 21), criando um estereótipo desses sujeitos ou grupos. É o caso, por exemplo, de pessoas que moram em condições de risco e/ou os moradores sem teto. Como esses grupos, normalmente, não exercem *power*, eles passam, em razão de sua condição material e psicológica, por pessoas que não estão aptas a desfrutarem da vida em comum da sociedade:

> […] the stigmas of living in a slum neighborhood, parents so devastated by the impoverishment of their own lives that cannot provide emotional gratification to a child, sporadic and irrational brutalization from police and other **social control agents**, insensitivity of the educational system, etc. (SOLOMON,1976, p. 22. Grifo nosso).

O *powerlessness* facilita a estigmatização, aumentando a fragilidade de pessoas e comunidades que não podem se adequar às regras sociais sem apoio. Esse é o caso que discutiremos mais à frente acerca do micro empreendedor individual (MEI), pois são pessoas que ficam estigmatizadas como "empreendedoras", mas que não têm apoio do Governo para realizar suas atividades, o que acaba por causar um desequilíbrio emocional, tendo em vista que a sociedade atribui o fracasso do empreendimento à falta de determinação e "garra" do microempreendedor[39].

O *powerlessness,* portanto, deixa o indivíduo em condições psíquicas muito frágeis e faz com ele se torne suscetível à dominação por parte de quem exerce o *power*. O *powerlessness,* no entanto, não se configura como um processo, mas como uma ação pontual que subjuga o outro. Uma vez em *powerlessness,* o sujeito não é mais capaz de seguir com seus

[38] Desprovido de poder, em livre tradução.
[39] No capítulo 4, discutiremos a aplicação dos conceitos apresentados até o momento para discutirmos a questão social do micro empreendedor individual.

objetivos e precisa do apoio de outra pessoa para que possa sair do estado em que se encontra. Nas classes mais baixas e desprovidas de recursos materiais, essa tarefa é mais complicada, pois geralmente os pais, amigos e parentes, de uma forma ou de outra, também estão em algum grau de *powerlessness* e precisariam de apoio para sair dessa situação de dominação.

Nos termos de Bourdieu, pode-se afirmar que o sujeito em *powerlessness* é acometido de forma mais aguda pela violência simbólica pelo fato de não estar em condições emocionais para, por exemplo, revidar ou questionar. O *habitus* também fará com que o sujeito fique paralisado em determinada condição, no caso em determinada condição de aceitação social de sua própria existência, como se ele fosse o culpado por sua situação social frente a própria sociedade.

Se o *power* é exercido pelo Estado, o *powerlessness* é a forma ideológica de dominação (realizada por meio de uma violência simbólica) que mantém as classes menos favorecidas materialmente em uma constante condição de submissão, a qual, através do *powerlessness*, torna mais fácil o controle social. Nesse sentido, a manutenção de políticas públicas, como o Bolsa Família[40], por exemplo, é uma forma de melhorar a condição material das pessoas, mas não as faz sair dessa condição, pois as mantém na dependência do Programa sem uma estratégia que possa fazer com que o *powerlessness* desapareça, apenas amenizando-o.

A permanência do sujeito em estado de *powerlessness* é essência para uma ideologia de dominação por meio da violência simbólica, tendo em vista que, sem ela, a classe dominante não pode manter sua política de dominação realizada por meio do *power*, de modo que manter o *powerlessness* é essencial para a dominação ideológica, razão pela qual cultuvar discursos de meritocracia é importante. Nessa lógica, o sujeito que não merece não está apto para o real convívio em sociedade e não pode querer almejar fatias melhores do quinhão social, afinal ele não tem méritos para participar dessa riqueza.

Nessa esteira, observamos que a associação do *powerlessness* à ideologia da meritocracia é pertinente como ferramenta de dominação dentro do discurso neoliberal, mas apresenta uma contradição no que tange ao sistema e ao discurso. Como atingir o mérito se não há as condições para sua superação e se o *powerlessness* faz com o que sujeito fique preso à ideia de que não possui as condições necessárias para mudar de vida? Nessa lógica neoliberal, o esforço do sujeito parece não surtir o efeito desejado, pois ele verifica que existem alguns que

[40] Para uma discussão sobre o programa Bolsa Família, remetemos o leitor aos livros:
REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 2014; THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 201; e WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

pouco trabalham e vivem em abundância e que ele próprio, que muito trabalha, vive na miséria. O *powerlessness* faz com que ele creia na legitimidade da sua situação. Esta total inversão da realidade é que irá criar as contradições sociais. No capítulo 1 discutimos a concepção freiriana de conscientização que rompe com o ciclo do powerlessness.

Se a condição de *powerlessness* é uma forma de dominação, no sentido que demos a ela até o momento, como fazer para que seus efeitos sejam combatidos e o sujeito passe de uma condição de passividade para uma de agente atuante a fim de que a transforme? Como fazer com que o sujeito supere a relação senhor *versus* escravo de Hegel e passe a uma ação revolucionária como a predita por Marx e Engels no Manifesto de 1848?

Este processo complexo e longo que anula a ação do *power* sobre o *powerlessness* é o *empowerment.* A seguir, procuraremos descrever como ocorre esse processo e demostrar como ele nada tem a ver com a ideia de delegar poder a funcionários, tendo em vista que ele é usualmente entendido dessa forma na administração gerencial. O *empowerment* deverá ser entendido como um processo de libertação (FREIRE, 2003). O *empowerment* é um processo social, não apenas educacional, por isso procuraremos resgatá-lo do âmbito puramente educacional para tratar da conscientização das classes em menor condição material.

### 2.1.3 *Empowerment*

Anteriormente, verificamos que *power* e *powerlessness* são dois estados distintos, mas isso não significa que um anula o outro. O *power* exerce seu controle para que o *powerlessness* permaneça em sua condição. Com isso, o sujeito que exerce o *power* não anula o outro, mas faz com que ele seja subjugado à sua vontade. A manipulação midiática em Cingapura, por exemplo, faz com que o governo tenha alto grau de aceitação mesmo que as pessoas não possuam liberdade:

> Apesar desse controle, a satisfação popular com o governo é alta, e as desigualdades sociais são mínimas, em comparação com muitos outros países. Embora Cingapura possa ter carência de liberdades democráticas, o tipo de autoritarismo do país é diferente daquele de regimes mais ditatoriais, levando o autor William Gibson a descrever a ilha como “Disneylândia com pena de morte” (GIDDENS, 2012, p.702-703).

Assim, observamos que o exercício do *power*, em Cingapura, faz, por sua vez, com que a população aceite os termos de melhores condições sociais apesar de permanecerem em contínuo estado de *powerlessness*.

A palavra *empowerment* é formada pelo prefixo *em* + *power* + sufixo *ment*, que, segundo o dicionário Oxford[41] (2000, Vol. V. p. 192), significa *the action of empowering; state of being empowered*. Destarte, fica claro que a expressão *empowerment* deriva da conjugação do verbo *empower*.

O verbo *empower*, segundo o mesmo dicionário Oxford, possui dois significados:

1. *To invest legally or formally with power or authority; to authorize, license.*
2. *To impart or bestow power to an end or for a purpose; to enable, permit.*

Ambas as definições têm origem no século XVII. O primeiro significado era utilizado em petições ou permissões emitidas por alguma autoridade. O segundo significado, por sua vez, tem cunho religioso e literário, no sentido de que alguma força sobrenatural[42] atribui "poderes" a pessoas ou objetos. Para os fins desta tese e na tentativa de atribuir um cunho sociológico ao verbo *empower*, trabalharemos com a segunda definição e com seus desdobramentos.

*Empower* significa, então, a capacidade que o sujeuto tem de doar ou de entregar a outro o *power*. Destarte, *empowerment* é o processo em que ocorre essa transmissão de *power* àquele que se encontra em *powerlessness*. Em termos sociológicos, *empowerment* não é uma "delegação de poder" ou uma confiança para que um funcionário possa ter certo grau de liberdade na empresa, apesar de ser este o entendimento geral por parte da administração gerencial. *Empowerment* é um processo de capacitação do sujeito em estado de *powerlessness*, isto é, trata-se daquele que não consegue realizar seus objetivos por si só por estar em constante processo de controle ideológico.

> When considered as a process, *empowerment* refers to the development of an effective support system for those who have been *blocked* from achieving individual or collective goals because of the severity or complexity of the discrimination they have suffered. (SOMOLON, p. 22)

Solomon (1976) também entende que o *empowerment* não é um estado, mas um processo que tem como função fazer a transição entre o *powerlessness* e o *power*. O *empowerment*, portanto, age como um catalizador para que os indivíduos ou grupos que sofrem

[41] No Cambridge Dictionary, dicionário da Universidade de Cambridge, a palavra *empowerment* tem o seguinte significado: "o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você."(BERTH, 2018, p. 19).

[42] Some have doubted whether the Devil em*power*ed to take up any human shape. De Foe, System magic. 1727. OXFORD, volume V. p. 192.

pela ação do *power* possam assumir um outro entendimento sobre sua situação. Não significa apenas retirar o indivíduo de um estado de vulnerabilidade[43], mas de dar as efetivas condições para que ele deixe seu estado e não retorne mais a ele, ou seja, o *empowerment* aponta sempre para direção da emancipação do indivíduo ou de grupos.

O processo de *empowerment* identifica as fraquezas e as deficiências de indivíduos e/ou grupos e faz com que essas pessoas tenham um entendimento sobre sua situação, ajudando-as a superá-la. Não se trata, porém, de assistencialismo, mas de um processo de emancipação e conscientização[44] do estado de *powerlessness*, ou seja, ele não é simples e caracteriza-se por vários estágios. É um conjunto complexo de circunstancias:

> This fact places into focus the goal of *empowerment*, which is not to reinforce the stereotyping os a total group on the basis of characteristics of only some of its members, but to perceive clearly the risk encountered by the group and utilize this perception in the various stages of the problem-solving process. (SOLOMON, p. 21)

Então, o *empowerment* é um processo com vários estágios que procura conectar o indivíduo ou grupo ao processo de solução do problema. Trata-se de uma espécie de contramedida para as ações negativas do *power* sobre o sujeito ou sobre o grupo (SOLOMON, p.25).

Feito este esclarecimento do *empowerment* do ponto de vista etiológico e sua apresentação enquanto processo transformador de indivíduos e/ou grupos que estão sob o controle negativo do *power*, iremos apresentar o *empowerment* a partir da reflexões teóricas realizadas por Paulo Freire. Nesse sentido, é importante mencionar que a *Pedagogia do oprimido* está entre os cem primeiros livros mais consultados no banco de dados *The Open Syllabus Project*, que inclui mais de um milhão de programas de universidades de língua inglesa dos últimos dez anos. Uma pesquisa recente no *Google Scholar*, realizada por Elliot Green, mostra ainda que *A pedagogia do oprimido* é, no mundo inteiro, a terceira obra mais citada no campo das ciências sociais (KOHAN, p. 16). É curioso constatar, porém, que a obra mais

[43] O foco desta tese não é discutir como o direito privado acolhe os vulneráveis e os hipossuficientes. O *empowerment* não é uma questão legal, isto é, uma questão de atribuir direitos ou licenças aos indivíduos ou grupos. Para uma discussão sobre o tema da vulnerabilidade, remetemos o leitor para obra: **O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis**. MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2012. O item 2.2.1, "Desigualdade e discriminação no direito privado: da conquista a efetivação de direitos", trata particularmente do tema.
Vê-se por este item que o direito entente que atribuindo direitos o cidadão se torna emancipado ou protegido. Esta conquista e efetivação de direitos nada tem a ver com a sociologia do *empowerment*.

[44] Discutiremos mais à frente o conceito de conscientização.

divulgada de Paulo Freire não faz qualquer menção à palavra *empowerment*[45]. O texto que efetivamente fará uso do termo é *Medo e Ousadia* (FREIRE e SHOR, 2003), de modo que é essa a obra que passaremos a apresentar na tentativa de descobrirmos o que o educador brasileiro entende por *empowerment*.

Freire e Shor discutem, neste livro, sobre a relação da palavra *empowerment* com a passividade dos alunos (norte-americanos) frente ao professor. Freire cita um exemplo de um professor de física que incentivou os alunos a questionarem seus familiares e amigos sobre o que eles entendem sobre o mundo e sobre qual a sua visão cosmológica a respeito dele (FREIRE e SHOR, 2003, p. 132). A discussão começa quando Shor pergunta a Freire se o método do professor de física "aumenta o poder dos alunos" (FREIRE e SHOR, 2003, p. 133). Freire então lhe responde:

> Sim. Apesar de que acho curioso como as pessoas nos EUA estão tão preocupadas em usar a palavra e o conceito do *empowerment*. Existe alguma razão para isso, algum sentido. Meu medo de usar a expressão *empowerment* é que algumas pessoas acham que essa prática ativa a potencialidade criativa dos alunos, e então está tudo terminado, nosso trabalho está arruinado, liquidado! Gostaria de poder expressar melhor meu profundo sentimento sobre esse desejo de usar a palavra *empowerment* (FREIRE *et* SHOR, 2003, p. 133).

Freire, portanto, expressa sua preocupação com o uso indiscriminado do ter termo. Ele também entende que o *empowerment* é um processo e não um estado em que a pessoa se encontra, isto é, não se "ativa" um *empowerment* em uma pessoa. *Empowerment* não é algo que se entrega de uma única vez ou que se explica como fazer, não há uma espécie de manual técnico de como se livrar do *powerlessness*, pois, como demonstra entender Freire, o *empowerment* é um processo social complexo e demorado.

A autonomia a que pretende Freire é completa e não apenas feita de concessões pontuais. Trata-se de uma espécie de **autonomia racionada** que faz parte da estratégia do *power* para continuar exercendo seu controle sobre os outros, tendo em vista que manter as pessoas em constante *powerlessness* é benéfico para a classe que detém *power*. O *Empowerment*, nessa perspectiva, não é uma qualidade que se dá e depois tira, pois, uma vez livre do *powerlessness* por meio do processo de *empowerment*, o sujeito não aceita mais a sua condição de submissão e passa a ser um questionador do sistema social em que se encontra: "O que quero dizer é que

[45] A edição em inglês de 1993 da *The Continuum International Publishing Group Ltd* lista 97 vezes a palavra *power* e 1 vez a palavra *empower*, sendo que esta última não faz parte do texto de Freire, mas do prefácio de Donaldo Macedo.

esse nível de autonomia não é suficiente para torná-los aptos a efetuar as transformações políticas radicais necessárias à sociedade brasileira." (FREIRE e SHOR, 2003, p. 134).

Para Freire, o *empowerment,* na educação, é para quem não concorda com o autoritarismo e vê a autonomia do sujeito como algo benéfico para a construção de uma democracia sólida e atuante (FREIRE e SHOR, 2003, p. 135). O autor ainda irá afirmar que não acredita numa autolibertação do sujeito, pois esse processo de libertação, segundo ele, é um ato social (FREIRE e SHOR, 2003, p. 135). Destarte, não há como alguém atribuir *empowerment* a si próprio, tendo em vista que se trata de um processo social que depende de ação de outros sujeitos. Esse processo pode acontecer por meio da família, por exemplo, ou mesmo de políticas públicas que façam com que as pessoas alcancem sua autonomia e possam se realizar enquanto cidadãos na sociedade.

Resta, porém, as questões: 1) por que o *empowerment* seguiu uma ideia de individualismo, isto é, de algo que o sujeito pode ou deve fazer por si mesmo? 2) Como o *empowerment* acaba se confundindo com a ideologia do meritocracia?

Shor (FREIRE e SHOR, 2003, p. 136) explica que a sociedade norte-americana foi cooptada pelas noções de progressos individuais. A cultura americana é a cultura do *self made man*, ou seja, de homens e mulheres que fazem por si mesmos. Eis a porta de entrada para o *power*, mais uma vez, distorcer conceitos e aplicar sua ideologia de controle. A ideologia das classes dominantes, na era neoliberal, corrompe o *empowerment* e transforma-o em meritocracia: a capacidade de o sujeito realizar as ações por si só. A ideologia do empreendedorismo, portanto, assume exatamente a forma contrária ao *empowerment*.

É importante observarmos que o *empowerment,* para Freire, não se reduz somente à questão de classes sociais. Ele, inclusive, tece críticas aos "marxistas estreitos" (FREIRE e SHOR, 2003, p. 137) que procuram reduzir as ideias de Marx e Engels ao campo econômico ou ao campo da luta de classes[46]. Que a luta de classes existe, é um fato, mas ela certamente possui desdobramentos e complexidades que estão além do reducionismo abstrato de luta de classes:

[46] "Quando mais eu li Marx, tanto mais eu encontrei uma certa fundamentação objetiva para continuar camarada de Cristo", afirma Paulo Freire. (KOHAN, Walter. **Paulo Freire mais que nunca**. Belo Horizonte:Vestígio, 2019. P. 78-79). Em conversa com Myles Horton, Freire afirmou: "I got the conviction that the people were sending me to Marx.The people never did say, "Paulo,please why do you not go to read Marx?" No. The people never said that,but their reality said that to me. (...) Of couse, I had my academic experiences. I had my readings and I continued to have my readings.I learned a lot from Marx, but I never accept being taught by Marx without asking sérios questions also. Critical tinking is required. Thinking cannot be closed, put inside of something. It cannot be immobilized; to do so would be tremendously contractory to what I tink and do." In "We make te road by walking conversations on educations and social change". (HORTN, M; FREIRE, P. Philadelphia: Temple University Press, 1990. P. 245-247.

> A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isso faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (FREIRE e SHOR, 2003, p. 138).

Podemos verificar que *empowerment*, para Freire, é um processo histórico e que não se caracteriza por ações individuais. Trata-se sobretudo de um conjunto de ações que coloca em xeque o *powerlessness* das classes dominadas. Para ele, o *empowerment* não pode ser confundido com uma ação espontânea do indivíduo em querer transformar, por si só, sua realidade, pois, se não houver a transformação do todo, não haverá a transformação individual.

Shor (FREIRE e SHOR, 2003, p. 133) afirma que, nos anos 60, nos EUA, o *empowerment* estava lidado à questão da transformação social[47], mas que, ao longo dos anos, acabou aderindo à ideologia do *self made man* que tudo pode, desde que esteja motivado para tal e que se esforce o suficiente para isso. Sendo assim, o *empowerment*, no neoliberalismo, fica corrompido e transmutado para a meritocracia, ou seja, esse processo passa a existir quando o indivíduo "ganha poder" e autonomia para tomar suas próprias decisões no intuito de fazer algo a si mesmo. O problema é que essa construção de uma realidade social fetichista e consumista nada mais faz do que manter o indivíduo em seu estado de *powerlessness*.

Desta forma, as classes dominantes encontram uma nova dimensão do *power*. Uma forma que permite exercer sua dominação ao mesmo tempo em que os dominados aceitam o *powerlessness*, acreditando que ele é um estado passageiro. Mais tarde, no capítulo 4, veremos como essa ideologia do *empowerment* age sobre os microempresários individuais e os faz crer que seus pequenos empreendimentos são a resposta para as mazelas sociais e que o Estado não precisa intervir para garantir o bem estar social de todos.

Destarte, elucidamos os significados de *power*, *powerlessness* e *empowerment* no intuito de demonstrar como a ideologia neoliberal faz uso de seu *power* para manter as classes com menos recursos materiais em um constante estado de *powerlessness* e como ela corrompe o processo de *empowerment* a partir de uma simples retórica do *self made man*. Discutiremos, a seguir, o caso particular do Brasil, onde o processo de *empowerment* transformou-se em empoderamento, e refletiremos sobre como esse conceito adere à ideologia neoliberal de que

[47] Vide: BLOOM, J. B; MARTIN, W. **Black Against Empire.** California: University of California Press, 2016. SHAMES, S; SEALE, B. **Power to the People the World of the Black Panthers**. New York: Abrams, 2016.

empoderar-se é uma questão individual e não social, ou seja, um *status quo* que permite ao indivíduo (ou grupo) ser reconhecido em determinado meio social.

## 2.2 Construção do conceito de Empoderamento

Depois de termos elucidado sinteticamente o conceito de *empowerment*, procuraremos apresentar o conceito de empoderamento, que tem sido o termo mais utilizado em mídias e discussões nos últimos anos. O capítulo 1 trouxe a lume o conceito de conscientização de Paulo Freire que, em nossa visão, é o termo que melhor descreve o *empowerment* apresentado anteriormente.

Empoderamento é daquelas "palavras da moda" que ninguém sabe muito bem de onde veio, tampouco sabe como utilizar com precisão[48]. Nas ciências sociais, o termo tem notório *status* e faz parte das discussões sobre inclusão social e direitos humanos.

O que significa, porém, essa palavra que não se encontra nos dicionários de língua portuguesa modernos?[49] Qual o alcance do uso desse conceito? Ele realmente possui algum significado ou é um daqueles conceitos que podem ser utilizados em quase todas as situações, porque ninguém sabe ao certo o que significa, de modo que os grupos acabam por criar, *in loco*, sua própria definição e entendimento?

Da mesma forma que há um esvaziamento do significado de *empowerment*, o conceito de empoderamento também reflete um vazio teórico muito grande. Há diversas "facções" intelectuais que reivindicam o uso do conceito de empoderamento criando sua própria definição para o termo, o que acaba dificultando um entendimento mais apurado sobre seu significado. Neste capítulo, procuraremos apresentar como tese os efeitos da desnecessária utilização do

---

[48] Seu uso tem se popularizado tanto que, segundo pesquisa da Editora Positivo, a palavra "empoderamento" foi a mais buscada no Dicionário Aurélio no ano de 2016 pelos dois milhões de estudantes que utilizam o método da editora. Disponível em: https://www.pco.org.br/mulheres/empoderamento-o-ouro-de-tolo-do-movimento-feminista/. Acessado em: 18 ago 2019. Ademais, uma rápida pesquisa no Google apresenta cerca de 5.200.000 ocorrências da palavra em sites e vídeos.

[49] **Novo Dicionário Aurélio**. 4ª edição. Curitiba: Editora Positivo, 2009; **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. É de notar que a versão em espanhol do Dicionário Paulo Freire apresenta o termo ***empoderamiento*** (**Diccionario Paulo Freire**. STRECK, Danilo (coordenador). Lima: CEAAL, 2015. p. 186), mas o mesmo não é encontrado no **Diccionario de la lengua espanhola** editado pela Real Academia Española (**Diccionario de la lengua española**. Madrid: Real Academia Española, 2006). No entanto, Magdalena León afirma que: Los términos *empowerment* y empoderamento no son creaciones de los últimos años. […]. El dicionário de María Moliner reconoce el registro antiguo de la palavra empoderamento y otras obras similares también lo hacen. Esto es importante de ressaltar puesto que hay quienes se estremecen y consideran su uso como um anglicismo o como uma afrenta al buen uso del castellano (LEÓN, Magdalena. **Empoderamiento**: relaciones de las mujeres con el poder. Bogotá: Tercer Mundo, 1997). Ainda segundo Baquero (2012) "O neologismo empoderamento está, no entanto, consignado no Dicionário de Língua Portuguesa Contmporânea das Ciências de Lisboa e registrado no Mordebe – Base de Dados Morfológica do Português.

termo empoderamento, e não pelo fato de ele ser um neologismo erroneamente atribuído a Paulo Freire, mas porque seu conceito é mais bem representado por outro muito mais significativo: conscientização.

A inexistência do termo empoderamento em dicionários brasileiros recentes e a diversidade de sentidos atribuídos à expressão indicam o seu caráter polissêmico (BAQUERO; BARRETO; GOHN; BRONZO; HOROCHOVSKI *et* MEIRELLES; HAMLIN *et* PETERS), mas, neste trabalho, não compartilhamos dessa opinião. O termo, na verdade, se torna polissêmico apenas porque a ideologia individualista neoliberal/conservadora apropria-se dele para fazer valer suas diversas formas de dominação. Neste caso, o termo acaba se tornando amorfo e sem conteúdo justamente por conta de seus vários significados.

Pretendemos, nesta seção, demostrar que o empoderamento apresenta uma solução individual e não coletiva, não se constituindo, assim, como uma solução de classe. A ideologia do empoderamento, seja de qual movimento for, é idealista e individual. Promete a libertação social sem tocar na base material do problema, usando apenas o poder do pensamento positivo.[50]

A classe dominante faz uso do *power*, como definimos acima, para gerar um controle ideológico sobre as classes inferiores a fim de que estas persistam na ilusão de que seu esforço isolado pode render benefícios. É a ideologia do *self made man* através de uma justificação teórica de empoderamento. Empoderamento este que não possui forma e nem conteúdo. É vazio na sua formulação teórica porque é idelogicamente manipulado para fazer com que as classes desprovidas de condições materiais permaneçam em constante estado de *powerlessness*.

O empoderamento não liberta. Pelo contrário, ele cria obstáculos para a libertação das pessoas da impotência frente às relações sociais no capitalismo. Fala-se em empoderamento da mulher, do negro, do LGBT, do funcionário, mas nenhuma empresa ou governo liberal promove o "empoderamento do trabalhador", isto é, o empoderamento de classe, notadamente das classes desprovidas de *power* e mantidas em constante *powerlessness*, porque esse tipo de empoderamento não atende às necessidades de controle por parte das classes dominantes. Promover o "empoderamento do trabalhador" significa que não uma pessoa, mas milhões possam almejar melhores condições de vida, daí o caráter ideológico e individual do empoderamento.

[50] **Empoderamento**: o ouro de tolo do movimento feminista. Disponível em: https://www.pco.org.br/mulheres/empoderamento-o-ouro-de-tolo-do-movimento-feminista/. Acessado em: 19 ago. 2019.

O temo funciona bem para pessoas pertencentes a uma classe mais abastada (classe média) cujos problemas da vida real podem ser facilmente resolvidos por meio da compra de bens e serviços, de modo que esses sujeitos ficam "livres" para reivindicar um tratamento igualitário e conquistar uma espécie de reconhecimento, isto é, promover uma busca por reconhecimento (HONNETH, 2009). Não existe relação entre empoderamento e *empowerment* enquanto processo para sair do estado de *powerlessness*.

Assim, as classes apartadas da vida material minimamente digna precisam se organizar enquanto força social e não individual para fazer com que a sociedade seja, de fato, transformada em suas bases. É por temer a organização das classes subalternas que a classe que detém o *power* usa o empoderamento como ferramenta democrática de inclusão social, ou seja, trata-se de uma forma de manter as classes subalternas sob controle.

Destarte, são vários os significados de empoderamento. Existe o **empoderamento individual,** que se aproxima da ideia de "autoajuda". Há o **empoderamento coletivo,** que funciona como um orientador de condutas, no caso, sobre saneamento básico a comunidades onde não há esse sistema. Há o **empoderamento de marketing**, que vemos diariamente em campanhas publicitárias, em séries de TV ou mesmo em novelas que apresentam o "lado positivo da vida" e pessoas que se superam numa espécie de empoderamento individual (*self made man*). Existe também o mais emblemático **empoderamento: o feminista**. Aquele que pretende dar poder às mulheres, mas as segrega entre brancas e negras, ricas e pobres, instruídas e sem escolaridade etc. Há, por fim, o **empoderamento empresarial**, que é aquele que pretende manter o controle e a produtividade dos funcionários de uma empresa. Todos esses movimentos procuram desenvolver sua própria definição do conceito, razão pela qual se torna tão complexa a explicação do termo. É o que tentaremos abordar deste ponto em diante.

### 2.2.1 Empoderamento individual: psicologia

O empoderamento individual é aquele fortemente influenciado por fatores psicológicos (BAQUERO, 2012). Este empoderamento encoraja as pessoas a dominarem seus temperamentos e a criar uma ideia de autoestima. Numa análise individual, o sujeito é responsável por seu próprio sucesso social, de modo que, se consegue controlar as regras de relacionamentos dominando seu temperamento e elevando sua autoestima, então terá mais chances de ter sucesso na sociedade.

Um exemplo pode ser visto, por exemplo, no fato de que, atualmente, é esperado de alguns trabalhadores que eles saibam uma língua estrangeira, notadamente o inglês. Vende-se, assim, nos cursos de idiomas, a ideia de que, dominando a língua inglesa, o indivíduo tem mais chances de conseguir uma melhor condição de trabalho e melhor remuneração. Assim, o sujeito busca aprender o idioma não porque ela é uma ferramenta para ajudá-lo, de fato, a sair do estado de *powerlessness,* mas porque é uma possibilidade de atingir melhor rendimento. O ato de aprender uma língua é uma possibilidade individual, de modo que depende apenas dele o domínio desse conhecimento. Nessa esteira, aquele sujeito desprovido de melhores condições materiais acredita realmente que alguém que fale inglês é um indivíduo qualificado e merecedor de melhores condições de trabalho, pois está empoderado através do conhecimento de um idioma. Ocorre, porém, que a realidade do mercado é bem diferente da perspectiva do empoderamento individual, pois o conhecimento do idioma inglês é apenas a base para uma gama de conhecimentos mais complexos, já que de nada serviria a uma recepcionista de escritório, por exemplo, esse "diferencial" se ela não pudesse aplicá-lo à sua vida profissional.

Esse individualismo é a pedra de toque do neoliberalismo. Acredita-se, nessa lógica, que o Estado não deve mais "sustentar" aqueles desprovidos de condições, pois, se eles estão em dificuldade, é porque assim o desejaram, já que o mercado é um mar de oportunidades e está aberto a todos que querem explorá-lo. Essa ideologia neoliberal do *self made man* faz, portanto, com que o sujeito fique alheio à sua real condição de excluído permanente e passe a crer na possibilidade de aceitação e sucesso social através de seu esforço. Tal raciocínio nada diz sobre as condições iniciais de cada um para realizar esta façanha, pois mascara a situação daqueles que já saíram na frente por já terem melhores condições materiais para realizar seus objetivos e assim manter os que estão atrás cada vez mais afastados.

O individualismo como ideologia neoliberal promove, então, a falsa ideia de superação ou da possibilidade de ultrapassar os obstáculos da vida material. Um exemplo é a promoção do empreendedorismo, que se mostra uma forma de solução para o desemprego e para o alcance de melhores condições materiais de vida. O problema é que não há qualquer tipo de incentivo real para que este indivíduo possa prosperar enquanto empreendedor.

Nesse sentido, vimos, no capítulo anterior, que ser empreendedor é um estado momentâneo e não uma situação permanente, por isso, segundo Schumpeter, o empreendedor não se constitui enquanto classe. E é exatamente essa condição de empreendedor que serve de estribilho para o neoliberalismo associá-lo a um empoderamento. O indivíduo que empreende pode ser empoderado, poder se autorrealizar sem depender de outros ou do auxílio do Estado,

tendo em vista que o verdadeiro empreendedor, na concepção neoliberal, é aquele que possui "garra" e força de vontade inabalável para poder ter sucesso e, consequentemente, empoderar-se.

Observamos, portanto, que o empoderamento individual prima pelo aspecto psicológico, pois coloca a autoestima como mais importante do que o autovalor[51]. A autoestima é como a pessoa vê a si mesmo, mas essa imagem, seja positiva ou negativa, afeta somente ela própria. No autovalor, em contrapartida, a pessoa toma consciência de sua importância para os outros, porque se trata do valor que ela cria para que os demais ao seu redor possam se beneficiar dele. Tal valor, sem dúvidas, também pode ser carregado de aspectos que não engrandeçam ou melhorem as condições de vida de outros, mas, mesmo assim, é um valor que atinge àqueles ao redor do sujeito.

Podemos, com isso, afirmar que a autoestima é um aspecto individual, enquanto o autovalor é coletivo, pois, seja para o bem, seja para o mal, ele atinge outras pessoas. Observamos, assim, que mais uma vez a ideologia neoliberal absorve o conceito de autoestima e o carrega de significado e importância por meio da noção de empoderamento individual, mantendo a pessoa em estado de *powerlessness* contínuo. Em síntese, podemos dizer que, para Freire (2003), empoderamento individual é um ato pequeno em relação à transformação social efetiva, assim, somente através do *empowerment* de classe, as minorias que estão em constante *powerlessness* caminharão em direção efetiva à emancipação.

### 2.2.2 Empoderamento comunitário

O empoderamento coletivo caracteriza-se como um processo no qual os sujeitos de uma determinada comunidade participam de forma conjunta na superação de estado de *powerlessness*. Baquero (2012) coloca o empoderamento comunitário como um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses em busca

[51] "Com efeito, é fácil demostrar que, no reino dos valores, há reservas individuais, ou seja, valores cuja realização pode e até deve levar-se a cabo além e independentemente de toda e qualquer comunidade humana. Nomeadamente, sempre que se trata do que nós classificamos como valores vivenciais, nenhuma validade pode reclamar o padrão útil para a comunidade. A plenitude de valores que se oferecem ao indivíduo que, mesmo em soledade, vive uma experiência artística ou experimenta vivências da natureza é fundamental e essencialmente independente do proveito que a comunidade porventura disso possa auferir, num caso concreto – o que, de resto, dificilmente se pode imaginar. Contudo, não nos passa despercebido que também há uma série de valores vivenciais que estão reservados necessária e essencialmente à vivência comunitária: quer se trate de uma base comunitária mais ampla, como sucede na camaradagem, na solidariedade, etc.; quer dessa outra que é própria da comunidade amorosa, apenas entre duas pessoas." (FRANKL, Viktor. **Psicoterapia e Sentido da Vida**. 6ª edição. São Paulo: Editora Quadrante. p 177-178). Para uma discussão acerca de valor psicológico e estima, remetemos o leitor às obras do psicanalista Viktor Frankl, particularmente à obra *Psicoterapia e Sentido da Vida*.

da conquista plena dos direitos de cidadania, da defesa de seus interesses e da influência em ações do Estado. Destarte, essa forma de empoderamento está diretamente ligada aos movimentos sociais[52].

Observamos, então, que esse tipo de empoderamento, segundo Barreto e Paula (2014), seria o que mais se aproxima da concepção de *empowerment* de Freire (2003), pois privilegia a práxis coletiva a individual. A colaboração entre os sujeitos, segundo esse processo, permite ao sujeito deslocar-se na escala de precariedade existencial (material e psíquica) de forma positiva, mas é preciso admitir que mesmo esse empoderamento tem alcance limitado, pois se restringe aos grupos ou a entidades organizadas e não à sociedade como um todo.

Para Roso e Romanini (2014), também há uso do empoderamento coletivo em saúde coletiva. Essa utilização, segundo os autores, visa orientar os indivíduos e grupos para que possam ter certo controle sobre os determinantes de saúde coletiva. Nesse processo, os técnicos de saúde assumem um papel de orientação para que pessoas e comunidades possam buscar suas próprias estratégias para encontrar soluções aos problemas que envolvam a saúde coletiva, como, por exemplo, em situações nas quais os agentes do Estado treinam e capacitam as comunidades no combate ao mosquito da dengue[53]. Esse movimento delega a responsabilidade pela erradicação da doença aos cidadãos, empoderando-os por meio de treinamentos e informações para evitar a proliferação do vetor transmissor da doença.

Com isso, temos o "fortalecimento" da esfera privada em alinhamento com a visão neoliberal/neoconservadora, que delega para a sociedade civil a resolução de seus problemas (BARRETO *et* PAULA, 2014, p. 114). Essa forma de empoderamento coletivo sob a égide da política neoliberal não tira as comunidades do seu estado de *powerlessness*, mas apenas transfere a elas a responsabilidade de saírem deste estado por seus próprios meios, como se isso fosse possível, já que, sem a realização material mínima, não se pode ter a saúde psicológica necessária. Conclui-se, assim, que essa abordagem do empoderamento que delega à sociedade responsabilidades não leva em consideração as assimetrias do *power,* sendo que é justamente tal assimetria que garante o *powerlessness*.

Portanto, no âmbito das políticas públicas, a assistência social é o mecanismo para manter os grupos em *powerlessness* ao invés de ser um canal para dar-lhes direitos efetivos que

---

[52] Para uma discussão sobre movimentos sócias remetemos o leitor ao livro *Sociologia dos Movimentos Sociais* e *Estado, Classe e Movimento Social*. (GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais.** 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 201; MONTAÑO, Calros; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

[53] **Campanha de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti**. Disponível em: http://www.saude.gov.br/campanhas/44683-mosquito. Acessado em: 26 ago. 2019.

garantam a independência do *power* através do *empowerment*. Sendo assim, o empoderamento coletivo também é aderente a uma política neoliberal/neoconservadora e não privilegia a efetiva emancipação de grupos dominados e/ou excluídos

.

### 2.2.3 Empoderamento no marketing

O marketing é uma estratégia de vendas que permeia toda nossa vida cotidiana, sem a qual é difícil sabermos de novos produtos no mercado e de suas funcionalidades. Kotler (2010) classifica o marketing em 4 estágios. O primeiro, *marketing 1.0,* é aquele que inicialmente se limitava apenas a apresentar os produtos e suas vantagens, sendo que os lucros eram obtidos através da venda massiva desses produtos. Em seguida, aparece *o marketing 2.0,* no qual a estratégia era apresentar o produto com vantagem para o consumo criando, dessa forma, necessidades cotidianas até então inexistentes. Mais recentemente, chegamos ao estágio do *marketing 3.0,* aquele que privilegia o consumidor e não o produto, de modo que a estratégia procura valorizar o consumir, colocando-o como ponto central, em detrimento do produto em questão, isto é, o foco está nas pessoas que compram e não no produto propriamente dito, e é neste tipo de marketing que se desenvolve a ideia de sustentabilidade. Por fim, chegamos, no momento histórico do capitalismo, ao que o especialista norte-americano classificou de *marketing 4.0:* aquele que usa as redes sociais para atingir diretamente um tipo de consumidor específico e pretende atender às suas necessidades específicas. O ponto fundamental é que, com esta abordagem, o marketing também acaba por se apoderar ou utilizar de forma própria o empoderamento.

De uma perspectiva do mercado, contudo, o *femvertising*[54] tem se mostrado estratégia eficiente. Uma enquete sobre o fenômeno, realizada com 628 mulheres pela revista *SheKnows*, revelou que 92% das respondentes se lembravam de pelo menos uma marca "pro-mulheres"; 52% compraram um produto porque gostaram da forma como as mulheres eram representadas nos seus anúncios; e 46% seguiram uma marca em mídias sociais devido à mensagem de empoderamento por ela veiculada (STAMPLES *apud* HAMLIN e PETERS, 2018).

Esse tipo de marketing procura divulgar a ideia neoliberal de vida plena, conquistas e superações. Também denuncia abusos e diferenças, mas, ao mesmo tempo, coloca essas

[54] Literalmente publicidade feminina. O termo também está ligado à chamada "quarta onda feminista", definida como o uso intensivo das redes sociais para contestar a misoginia e a desigualdade de gênero.(KOLLER, Lisa-Marie. **Femvertising and *Empowerment***: Can Advertising Ever Facilitate the *Empowerment* of Women. Independently Published , 2019.

questões sociais como uma forma de superação individual, que depende apenas de cada um fazer aquilo que lhe cabe. Para Hamlin e Peters (2018), esse percurso do empoderamento feminino sai da ideia coletiva  para uma versão individualizada relativa à dinâmica neoliberal e ampla do capitalismo tardio. Com isso, ainda segundo os pesquisadores citados, há um estranho casamento entre o movimento feminista e a publicidade, que eles chamam de "feminismo da mercadoria"[55].

> Portanto, a ideia de feminismo de mercadoria serve como um contrabalanço crítico às visões que sustentam, sem maiores ressalvas, que a publicidade contemporânea estaria se "tornando" feminista ou "refletindo" o impacto do feminismo na sociedade. (HAMLIN e PETERS, 2018)

O neoliberalismo associado a essa falsa consciência e empoderamento desenvolve uma extraordinária capacidade de explorar comercialmente manifestações e reivindicações contra o sistema, amenizando, assim, sua importância e tratando estas manifestações como algo benéfico ao processo democrático desde que não perverta a ordem. Eis o papel fundamental do empoderamento de marketing em manter esses movimentos em constante *powerlessness*, mas como momentos catárticos para, logo em seguida, desaparecerem e surgirem em outras campanhas publicitárias.

Apesar dessa crítica, não há como dissociar completamente o "feminismo de mercadoria" do próprio movimento feminista. A comercialização do movimento feminista, de certa forma, inverte a pirâmide do pensamento social com base em sua dominação masculina, que ocorre em bases históricas, culturais e antropológicas. O estilo de vida patriarcal, amparado pela dominação masculina, é questionado pelo *femvertising* e atua como catalisador das mudanças de *habitus* bourdiano. Mas, mesmo assim, este *femvertising* não promove a emancipação do *status quo* da dominação masculina, apenas o coloca em evidência.

A empresa nacional O Boticário e a multinacional Unilever possuem várias campanhas publicitárias que exemplificam esse tipo empoderamento por meio do consumo de seus produtos. O grupo O Boticário exemplifica da seguinte forma seu processo de *femvertising*:

> Qual o papel de uma empresa que se propõe a transformar o mundo em um lugar mais belo? Entre tantos que o Grupo Boticário desempenha, tem

[55] O termo é uma alusão ao fetiche da mercadoria desenvolvido por Marx. O "feminismo da mercadoria" são as formas com as quais o mercado se apropria de símbolos feministas e os transformam em interesses meramente comerciais. Em nosso entendimento, o "feminismo da mercadoria" apropria-se do empoderamento para transformar lutas de emancipação da mulher em algo simples e óbvio. Dentro da lógica *power – powerlessness* que apresentamos anteriormente, o "feminismo da mercadoria" é uma forma ideológica de amenizar as lutas de emancipação, mantendo as mulheres em estado de *powerlessness* contínuo com vislumbres catárticos de emancipação.

> destaque o empoderamento das mulheres. A nossa trajetória empreendedora, que valoriza diferenças e oportunidades, nos mostrou que esse é um dos caminhos para a equidade de gêneros.[56]

Já a Unilever divulga o empoderamento da seguinte maneira:

> Cada vez que você se ensaboa com Dove ou lava os cabelos com Seda, está apoiando o empoderamento feminino ao ajudar meninas e mulheres a atingir seu incrível potencial. Mas criar uma sociedade realmente igualitária e inclusiva também requer a eliminação de normas e estereótipos antiquados de gênero. É por isso que, em 2017, unimos forças com o grupo ONU Mulheres para lançar a Aliança sem Estereótipo, cujo objetivo é erradicar estereótipos prejudiciais baseados em gênero através do uso da propaganda como uma força para o bem.[57]

Ambos discursos empresariais se pautam pela equidade de gênero e o fim dos estereótipos, e para isso bastando tornar o mundo mais belo e ajudar mulheres e meninas a realizarem seu potencial. Não há como não aprovar um discurso desses, porém esta forma de empoderamento não explica como se dá efetivamente a concretização e erradicação destas diferenças. Vemos aqui o *femvertising* aliado ao movimento de emancipação das mulheres para um fim puramente comercial:

> Em particular, importa enfatizar que, à medida que o conceito de empoderamento foi apropriado por organizações e governos, terminou por legitimar práticas que, de uma perspectiva feminista, estão longe de empoderar mulheres (SARDENBERG *apud* HAMLIN *et* PETERS, 2018, p. 182).

Destarte, empoderamento e escolha têm sido apresentados pelo *femvertising* como uma espécie de substituto a políticas de direitos universais e a políticas públicas para a real transformação e emancipação da mulher na sociedade. A ideia de que o capitalismo é capaz de se apropriar de lutas e contestações contra o sistema e transformá-lo em aliado para promover sua aceitação faz sentido quando nos deparamos com esse tipo de "feminismo de mercadoria".

Não se trata de desarticular o *femvertising*, mas de torná-lo uma ferramenta efetiva de emancipação pelas mulheres, pois, enquanto instrumento de denúncia das diferenças de gênero,

---

[56] **Empoderamento das mulheres: um caminho para a equidade de gêneros**. Disponível em: http://www.grupoboticario.com.br/en/it-happens-around-here/Pages/Empoderamento-das-mulheres.aspx. Acessado em: 1 set. 2019.

[57] Trabalhando duro para incentivar o empoderamento feminino no nosso negócio. Disponível em: https://www.unilever.com.br/about/cada-u-faz- https://www.unilever.com.br/about/cada-u-faz-o-bem/cada-u-ajuda-a-empoderar-mulheres-e-meninas/ o-bem/cada-u-ajuda-a-empoderar-mulheres-e-meninas/. Acessado em 1 set 2019.

o *femvertising* é útil, mas, como ferramenta puramente de "feminismo de mercadoria", ela apenas serve para manter as mulheres em estado de *powerlessness*.

A flexibilização do capitalismo das bandeiras de luta das classes destituídas de condições materiais adequadas faz com que haja mais acirramento entre as desigualdades socioeconômicas mundo afora. Não é apenas alertando para tais diferenças socioeconômicas que o marketing, através de uma falsa conscientização, fará com que mulheres de todos os cantos possam realizar sua autonomia em relação à dominação masculina. Neste sentido, não se trata simplesmente de uma luta por reconhecimento como Axel Honneth (2009) propõe, mas a efetivação deste reconhecimento.

Essa tendência faz com que políticas neoliberais substituam macroprogramas governamentais de combate à pobreza e a desigualdade social por "incentivos" fiscais e estratégias de microcréditos para mulheres pobres para que abram salões de beleza e possam realizar o *self made man*, transferindo a elas a responsabilidade, pura e simplesmente, de darem certo na vida:

> Não por acaso, a beleza, que foi frequentemente denunciada como um mecanismo de sujeição feminina pelo feminismo de segunda onda, tem sido ressignificado como "direito" das mulheres (e.g., no título de um dos livros do cirurgião plástico Ivo Pitangy, Direito à beleza); em termos meritocráticos ("porque eu mereço", diz a propaganda da Elseve, da L'Oréal); como sustentáculo da autoconfiança ("tudo pode acabar, menos sua autoconfiança", ensina a campanha "Acredite na beleza, de O Boticário). Não se trata, portanto, de mera estetização de *motifs* feministas, como afirma Goldman (1992), mas da introdução de valores relativos a um *ethos* neoliberal que, dentre outros elementos, fundamenta-se em uma concepção de sujeito em termos de autogoverno, autonomia, empreendedorismo e performance (cf. Ehrenberg, 2010). **É nesse sentido que a "individualização" das pautas do movimento feminista promove a transformação de objetivos sociopolíticos em escolhas individuais de estilo de vida, desarmando parte importante de seu aspecto político** (HAMLIN e PETERS, 2018, p. 186. grifo nosso).

O caminho da emancipação das mulheres deve passar necessariamente por um processo de conscientização de sua condição para que elas possam, por si mesmas, alcançar sua autonomia. Trata-se de um processo demorado e árduo e não pode ser cooptado por políticas e formas de propaganda que apenas privilegiem o comércio de suas bandeiras de lutas. Portanto, concluímos que o *femvertising* pode ajudar nesse embate desde que não seja instrumentalizado pelo "feminismo de mercadoria".

### 2.2.4 Empoderamento feminista negro[58]

O movimento feminista tem relação direta com a questão do *power*. Suas lutas e tensões através das últimas décadas do pós Segunda Guerra colocam a mulher como centro de embates sociais pelo mundo, e para destacarmos a questão do empoderamento nesse processo histórico de lutas, daremos ênfase ao movimento feminista negro.[59]

Collins (2019) tem uma clara preocupação com o entendimento do termo empoderamento e de sua indissociável relação com o poder: "[…] se o pensamento feminista negro estadunidense quiser chegar a seu potencial máximo, especialmente contribuindo para um 'movimento intercontinental de tomada de consciência das mulheres negras', então ele deve redefinir o que entende por **poder** e **empoderamento**". (COLLINS, 2019, p. 434. grifo nosso).

Tais observações corroboram a hipótese aqui elencada de que o *power* não é dissociado do *empowerment*. Pode ser uma tarefa difícil, porque definir o significado de poder não é simples, mas não é possível desenvolver uma política de empoderamento sem entender de que modo o poder se organiza e funciona (COLLINS, 2019, p. 434).

Ainda com foco no movimento feminista negro, Berth (2018) expõe sua concepção de empoderamento como uma verdadeira emancipação política e social não dependendo de ações paternalistas de instituições privadas ou do próprio Estado:

> Essa é a síntese do poder a ser desenvolvido no processo de *empoderamento* ressignificado pelas diversas teorias do Feminismo Negro e Interseccional. Diferentemente do que propuseram muitos de seus teóricos, o conceito de *empoderamento* é instrumento de emancipação política e social e não se propõe a "viciar" ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre os indivíduos, tampouco traçar regras *homo*gêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários. (BERTH, 2018, p.14)

[58] O escopo desta tese não é debater as diversas nuances do movimento feminista no Brasil e no mundo, pois esse é um terreno complexo que merece maiores cuidados. Nosso intuito aqui é apenas apresentar o uso do termo empoderamento por este movimento, sem pretender explorar toda a literatura sobre o tema, que é bastante vasta.

[59] Não temos dados empíricos para isso, apenas o levantamento bibliográfico, tanto nacional quanto estrangeiro, que lista mais autoras negras falando sobre feminismo do que autoras brancas. E este pode ser um divisor de águas na luta feminista, pois nos parece que há um claro desentendimento entre as bandeiras de lutas das mulheres negras e das mulheres brancas. Enquanto as mulheres negras buscam melhores condições de vida, saúde e educação para os filhos (Angela Davis, Patricia Hill Collins, Bell hooks, Joice Berth e Djamila Ribeiro), as mulheres brancas lutam por emancipação da dominação masculina, emancipação econômica e por reconhecimento (Judith Butler, Nancy Fraser, Carol Gilligan, Seyla Benhabib, Cinzia Arruzza e Heloisa Buarque de Hollanda). Quando se juntam essas duas pautas de reivindicações, a nosso ver, temos o grande movimento feminista.

No caso particular de Berth (2018), a autora defende uma "teoria do empoderamento", mas entende que este, por si só, não é o suficiente para realizar o projeto do movimento feminista negro, que almeja a total autonomia e os direitos igualitários[60]. Nesse sentido, Solomon (1976) desenvolve uma aplicação da teoria do *empowerment* para o caso dos negros americanos, bem como uma estratégia para sua autonomia através do *empowerment*.

O que salientamos aqui é que, diferente de outros usos de empoderamento que descrevemos até o momento, o movimento feminista negro parece ter uma clara ideia da necessidade de compreensão do empoderamento, mas esse entendimento deve vir, sempre, atrelado a lutas concretas do movimento. É a mesma direção que sugere Freire (2018) quando trata da questão da conscientização ou mesmo quando faz uso do termo *empowerment* (FREIRE e SHOR, 2003); ou seja, trata-se de um empoderamento que proporciona às mulheres negras novos conhecimentos sobre suas próprias realidades e necessidades.

Sem o entendimento de como se dá a relação de *power* por parte de quem o detém, não é possível ter uma clara noção (conscientização?) do seu estado de *powerlessness* e, dessa forma, obter uma certa equidade de *power* através do *empowerment,* e essa relação é fundamental para uma verdadeira teoria do empoderamento.

Várias autoras do movimento feminista negro (DAVIS, COLLIS, BERTH e SOLOMON) também entendem o empoderamento como um processo, isto é, algo que deve ser mantido constantemente na práxis do movimento feminista nego. Collins (2019), por exemplo, irá defender a liderança das mulheres negras no processo de transformação institucional através da política (COLLINS, 2019, p. 353-359), que, por sua vez, também tem suas implicações na disputa pelo poder. O problema é que, sem entender como se dá esta disputa, dificilmente as mulheres negras conseguirão espaço nesta esfera de poder. E mesmo nos casos em que isso ocorre, tal movimento é brutalmente extirpado, como foi o caso da vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco.[61]

---

[60] Há uma discussão de que esses movimentos de direitos igualitários estejam influenciados pela comissão trilateral criada em 1973 por iniciativa de David Rockefeller. Vide "The Carter Administration: Myth and Reality" de Noam Chomsky. Disponível em https://chomsky.info/priorities01/. Acessado: em 1 maio 2020.; "The Crisis of Democracy. Report on the Governability of democracies to the Trilateral Commission" de Michael J. Crozier, Samuel P. Huntington e Joji Watanuki. Disponível em: https://trilateral.org/download/doc/crisis_of_democracy.pdf. Acessado em: 1 maio 2020.

[61] Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml. Acessado em: 3 set. 2019.

A disputa política pelo poder para as classes menos favorecidas é complexa, mas a mesma disputa pelo poder por mulheres negras torna-se um desafio ainda maior, que implica, inclusive, risco de morte nos casos em que se adere a uma práxis que possa catalisar a autonomia de comunidades carentes e de mulheres negras. Portanto, mais uma vez, podemos observar a tensão entre o *power*, o *powerlessness* e a realização do processo de *empowerment*.

Há de observar que o empoderamento, tal qual é concebido pelas mulheres negras (DAVIS, COLLIS, BERTH e SOLOMON), não descarta a questão do chamado empoderamento individual, como descrevemos acima, mas elas sabem que apenas ele não é capaz de gerar a transformação social que o indivíduo e a coletividade feminista negra aufere:

> Vale dizer que há a importância de se *empoderar* no âmbito individual, porém é preciso que também haja um processo conjunto no âmbito coletivo. Quando falamos em empoderamento, estamos falando de um trabalho essencialmente político, ainda que perpasse todas as áreas da formação de um indivíduo e todas as nuances que envolvem a coletividade. Do mesmo modo, quando questionamos o modelo de poder que envolve esses processos, entendemos que não é possível *empoderar* alguém. *Empoderamos* a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo. (BERTH, 2018, p. 130)

No discurso citado acima, mais uma vez, então, identificamos a importância do poder e suas relações com empoderamento, que não será um processo de transformação social se estiver restrito apenas a esfera individual. Ele pode ser individual para que se componha com outros indivíduos e não se mantenha isolado no processo de disputa pelo poder político. O sujeito que acredita estar empoderado, mas se mantém alheio à práxis coletiva, permanece no estado de *powerlessness*. Destarte, o movimento feminista negro parece estar mais alinhado com nossa percepção do *power/powerlessness* e com o processo de *empowerment*, tal qual descrito nesta tese.

### 2.2.5 Empoderamento empresarial

Cada vez mais, as empresas vêm buscando formas de aumentar sua produtividade, reduzir custos e manter (ou aumentar) lucros; isso vem acontecendo desde o fordismo/taylorismo até mais recentemente com o Toyotismo. Porém, além de aperfeiçoar

máquinas e técnicas gerenciais, as empresas têm se preocupado em manter o controle de seus empregados. O grande capital promove estratégias de controle de seu capital humano para alcançar objetivos empresariais e destacar-se no mercado através da concorrência.

Esse controle empresarial sobre os empregados também evoluiu com o tempo: passou do antigo "departamento de pessoal" para o de "recursos humanos" e, mais recentemente, para o "centro de serviços". Com o departamento de pessoal, a empresa fazia o controle de contratação e demissão, pagamentos e vales e emissão de documentos e controle de ponto. Já com os recursos humanos, a empresa passa a encarar o empregado como um ser que precisa ser orientado para as atividades dentro da corporação. Com isso, o departamento refina técnicas de recrutamento e seleção e orienta os empregados em suas atividades (SANTOS, 2018). Ademais, cria o plano de cargos e carreiras para estimular o empregado a permanecer na empresa e angariar novas posições, desde que este seja aderente às regras da corporação. Finalmente, o centro de serviços aparece como um setor dentro da grande corporação que serve para atender a uma série de demandas dos empregados, como licença maternidade, férias, bônus, reclamações, sugestões e orientação vocacional, funcionando com uma repartição onde o empregado pode obter uma série de serviços e informações.

Essa forma de controle, no entanto, não pode sufocar o empregado, pois ele não pode se sentir preso, vigiado ou mesmo coagido a fazer seu trabalho; ele precisa acreditar que quer estar na firma e que gosta do que está fazendo. A empresa parece ignorar que o empregado trabalha por uma necessidade material. Ele está ali porque precisa trabalhar para sobreviver e não porque gosta de estar ali. Bergamini (2018), estudando a motivação nas organizações, argumenta que as pessoas trabalham para serem felizes em outro lugar. Mas a lógica organizacional inverte essa motivação fazendo com que as pessoas se sintam "felizes" onde trabalham.

A complexidade dessa forma de dominação perpassa a lógica do *power – powerlessness*, por isso as organizações também se apoderam do processo de *empowerment* (no caso empoderamento) para garantir sua dominação sobre o empregado. O *empowerment* enquanto processo emancipatório acaba tornando-se, portanto, um tipo de empoderamento que apenas promove o autodesenvolvimento do sujeito dentro da corporação, de modo que passa a ser mais uma ferramenta ideológica dentro das organizações (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 496).

O empoderamento empresarial delega responsabilidades ao empregado no intuito de que ele se torne participativo no processo decisório da empresa. Não se trata das "comissões de

fábrica" e, muito menos, de envolver todos os empregados na gestão da empresa, mas, ao contrário, esse empoderamento destina-se apenas a alguns cargos, particularmente os gerenciais, de supervisão ou liderança, para que sejam corresponsáveis pelo processo de produção. Com isso, pode-se ganhar a fidelidade do empregado e sua confiança, pois ele se sente valorizado e motivado a dedicar-se à empresa. Observamos, assim, que esse controle por meio do empoderamento empresarial não retira o status de *powerlessness* do empregado, apenas lhe dá certa ilusão de capacidade de decisão e aumenta temporariamente suas responsabilidades até que esse prove ser digno de recebê-las permanentemente. O também viés ideológico desse tipo de empoderamento mostra-se claro no processo de demissão. Se o trabalhador não atende mais às necessidade de produção da organização, ele é simplesmente descartado, de modo que a dedicação e a fidelização, no ato da demissão, não significam nada do ponto de vista da corporação.

Destarte, o empoderamento empresarial não deixa de ser uma forma ideológica de dominação dos empregados para que eles tenham a ilusão de pertencimento aos processos decisórios da organização, pois, sentindo-se valorizado, o funcionário eleva sua autoestima e acaba por produzir cada vez mais a fim de angariar maiores responsabilidades. Há, nesse sentido, uma completa entrega do sujeito à organização, ainda que este acredite que faz parte do círculo de *power* da empresa.

O verdadeiro empoderamento empresarial deve passar por todos os empregados e não apenas por alguns selecionados. Todos os trabalhadores deveriam ter a responsabilidade sobre o processo de produção, não apenas no discurso, pois isso as empresas já fazem, mas também em sua prática cotidiana. O modelo que mais poderia se aproximar desse tipo ideal de empoderamento empresarial é a cooperativa, na qual, teoricamente, todos estão empoderados e possuem igual peso na tomada de decisões [62]. Porém, mesmo esse modelo foi corrompido, tendo em vista que as grandes cooperativas acabam sendo controladas por uma casta burocrática que mantém o restante dos membros da cooperativa em *powerlessness*. Nesse caso, somente os diretores administrativos possuem *power* para a tomada de decisões, exatamente como em uma empresa privada tradicional.

Neste capítulo, procuramos apresentar os argumentos que colocam o conceito de *empowerment* sobre suas próprias bases e discorremos sobre os vários usos do termo empoderamento. Essa exposição foi necessária para nos ajudar na construção de uma

[62] Paul Singer deixou um grande legado de estudo sobre cooperativismo em *Uma utopia militante***,** particularmente na parte III (1999). Ademais, é importante ver também a obra: *Capital and the Debt Trap*, de Claudia Sanchez Bajo e Bruno Roelants, particularmente os capítulos 4 e 8 (2013).

justificação de nossa hipótese: a de que o conceito de empoderamento associado ao de empreendedor assume uma forma ideológica que mantém os pobres em constante impotência frente às classes que detém o poder econômico.

# PARTE II

# 3 MUNDO DO TRABALHO E OS CONCEITOS DE EMPREENDEDOR

O empreendedor é uma figura histórica cujo papel e cuja participação no modo de produção capitalista merecem definições, a fim de que possamos nos apropriar do conceito de forma um pouco clara, sem o perigo de confundir e descaracterizar sua importância. Neste capítulo, procuraremos dissipar a bruma de ideologia que envolve o termo e adotaremos, com o fim de justificar nossa hipótese do uso ideológico dessa expressão, a definição de Schumpeter para empreendedor, mas não sem antes apresentar outras abordagens diversas.

## 3.1 Mundo do Trabalho

O século XXI inicia-se de forma paradoxal. Além dos diversos conflitos armados e das revoluções ao redor do mundo, um dos paradoxos é o direito ao trabalho formal. São bilhões de seres humanos com capacidade produtiva e não muitas oportunidades de trabalho formal ao redor do globo. Não bastasse a escassez dessas vagas, as que estão disponíveis nem sempre contemplam condições adequadas para seu exercício, situação que coloca à margem milhões de pessoas, que não encontram condições dignas para exercerem sua capacidade laboral.

Nessa seara, passam, então, ocorrer os abusos de direito contra todos aqueles que não conseguem fazer valer suas prerrogativas de direitos fundamentais e dignidade humana no exercício de uma atividade laborativa. Uma destas manifestações é a ideológica de que a figura do empreendedor pode ser a tábua de salvação para o desemprego. Nesse sentido, resta saber como se faz a exploração da capacidade laborativa de milhares de indivíduos, pois é necessário entender os mecanismos de dominação que fazem com que o sujeito se submeta a condições de trabalho precárias (ANTUNES, 2018) ou abra mão, mesmo que tacitamente, de seu direito ao não-trabalho[63] e ao desligamento de suas atividades laborativas.

[63] Quando nos referimos a direito ao não-trabalho, estamos fazendo referência àqueles trabalhadores empregados formalmente que acabam se submetendo a horas de trabalho fora do expediente, estando conectado ao serviço mesmo em horários de descanso e repouso, o que com que fiquem sempre disponíveis. Esse tema também está relacionado ao ócio, para tanto, remetemos o leitor às obras: O *Elogio ao Ócio* de Bertrand Russell e *O Direito ao Ócio* de Paul Lafargue (2001).

Destarte, uma questão a ser decidida, no paradoxo do direito ao trabalho[64], é se o indivíduo a que se pretende empregar como força de trabalho é do tipo *homo faber* ou *homo sacer* (ARENDT, 2017)[65]. Essa diferença é crucial até para entender em que tipo de sociedade se está inserido.

Veremos que as observações de Arendt (2017) sobre o tema em questão são pertinentes, mas não desprovidas de críticas. Há que se lembrar de que quem dispõe de sua capacidade produtiva nem sempre pode optar em ser um *homo faber* ou um *homo sacer*. Na maioria das vezes, são impelidos a serem meros objetos do processo produtivo moderno, sem a menor chance de sairem deste processo que esmigalha seus ossos e quebranteia a alma. Nesse contexto, tais trabalhadores são absorvidos por promessas de emprego e renda através do acesso ao microcrédito para tornarem-se empreendedores. Essa inversão de responsabilidade é essencial para o caráter ideológico do emprego do conceito de empreendedor.

Essa escolha (ou sua possibilidade) é a mesma que faz com que o trabalhador seja subjugado por uma espécie de dominação simbólica na qual crê estar em conformidade com as condições que lhe foram impostas. O sujeito, então, acredita que a possibilidade de exercer uma atividade laborativa pode lhe proporcionar o sustento e a satisfação de exercer uma atividade da qual "ele goste" ou na qual se "sinta satisfeito", afinal foi uma escolha pessoal, pois a decisão de tornar-se empreendedor e de buscar financiamento para isso foi exclusivamente sua.

O processo de dominação simbólica, portanto, exclui todo o aspecto histórico-social das condições em que o sujeito foi impelido a tomar a decisão e acreditar na real possibilidade de ganhos através de um programa de financiamento do sonho de ser seu próprio patrão, ou seja, um empreendedor. Nesse sentido, surgem algumas questões: há possibilidade de reverter os quadros de condições precárias do *homo faber*? O *homo sacer* é realmente livre para fazer suas escolhas e desenvolver suas paixões? O trabalho é uma necessidade humana e uma honra, mas não é por isso que precisa causar sofrimento e falta de dignidade humana. O aspecto ideológico do conceito de empreendedor transforma em esperança o sonho de conduzir sua própria atividade laboral.

Hodiernamente, observamos uma luta por reconhecimento de direitos fundamentais em todo planeta. Tal reivindicação impõe-se devido à nova forma da sociedade industrial pautada

---

[64] Direito **ao** trabalho se diferencia de Direito **do** trabalho. O primeiro é uma prerrogativa de direito fundamental de todo indivíduo em idade laboral de exigir uma ação positiva do Estado para que tenha acesso a postos de trabalho. O segundo versa sobre direitos adquiridos no desenvolvimento de uma atividade laborativa que, em algum momento ou por algum motivo, deixaram de ser cumpridos.

[65] Para uma crítica a Arendt, remetemos o leitor a *Hannah Arendt e Karl Marx o mundo do trabalho*, de Eugênia Sales Wagner. 3° edição. Cotia: Ateliê Editorial, 2018; e *Trabalho produtivo em Karl Marx*, de Vera Cotrim. São Paulo: Alameda, 2012.

em tecnologias que "prendem" o sujeito, mantendo-o permanentemente conectado a situações de trabalho e impedindo-o de realizar o direito de ir e vir ou mesmo o direito ao não-trabalho. O *homo faber* descrito por Arendt (2018)[66] sofre, então, uma transmutação para um homem cada vez mais escravo da tecnologia[67], e, nesse sentido, o empreendedor sofre ainda mais, pois, como está desprovido das proteções legais[68] contra os abusos do empregador – sendo ele mesmo seu próprio empregador –, entrega-se a condições de trabalho estressantes e que, muitas vezes, levam ao fracasso pessoal.[69]

Sobre a questão da jornada de trabalho, é importante observamos o que Marx descreve sobre a necessidade de "desconexão" do trabalho justamente por questões físicas e sociais. Pedimos licença ao leitor para o longo, mas importante trecho em Marx:

> Embora a jornada de trabalho não seja uma grandeza fixa, mas fluída, ela só pode variar dentro de certos limites. Seu limite mínimo é, no entanto, indeterminável. É verdade que, se igualarmos a zero a linha b__c, ou o mais-trabalho, obtemos um limite mínimo, isto é, a parte do dia que o trabalhador tem necessariamente de trabalhar para sua autoconservação. Porém, com base no modo de produção capitalista, o trabalho necessário só pode constituir uma parte de sua jornada de trabalho, de modo que esta jamais pode ser reduzida a este mínimo. Por outro lado, a jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em Primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras

[66] ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 13° edição. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2017.

[67] Uma excelente crítica a esta dependência da tecnologia e ao isolamento do "humano" é o filme "Her" de 2013. Theodore (Joaquin Phoenix) é um escritor solitário, que acaba de comprar um novo sistema operacional para seu computador chamada Samantha (Scarlett Johansson). Para a sua surpresa, ele acaba se apaixonando pela personalidade do programa informático, tendo início a uma relação amorosa entre ambos. Essa história de amor incomum explora a relação entre o homem contemporâneo e a tecnologia, mostrando a necessidade de "busca por sentido" nos termos do psicanalista Viktor Frankl. Ricardo Antunes, em "O privilégio da servidão", desenvolve a ideia de servidão de um novo proletariado que vive na era digital.

[68] A reforma trabalhista de 2017 corrobora está afirmação. Vide: *Comentários à Reforma Trabalhista*, de Vólia Bomfim Cassar e Leonardo Dias Borges. 2° edição.Rio de Janeiro: Forense, 2018.,Particularmente o capítulo 3.

[69] Recomendamos a leitura do artigo "The Psychological Price of Entrepreurship", de Jessica Bruder, no qual são descritos os problemas psicológicos que assolam os empreendedores americanos. Hoje nossa cultura, através da dominação simbólica, apregoa que o sucesso está mais próximo do que se imagina, e se o empreendimento não dá certo, não é porque as condições sócio-econômicas não permitiram a alavancagem do empreendimento, é porque o empreendedor não "lutou" o bastante para realizar seu sonho. Toby Thomas, CEO da EnSite Solutions (na posição 188 do rank das 500 mais) explica essa situação usando a analogia "um homen cavalgando um leão": "People look at him and think, This guy's really got it together! He's brave!".
O medico francês Christophe Dejours, em seu livro "A Loucura do Trabalho", alerta que os diversos fatores que causam a psicopatologia do trabalho. No Brasil, o trabalho de Edith Seligmann-Silva "Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo" descreve os processos de saúde do trabalhador no Brasil e na América Latina. São dois os casos: estamos ficando doentes por causa das condições de trabalho e ficamos doentes por conta da falta de trabalho. Se trabalhamos, as condições não são adequadas. Se não trabalhamos, deixamos de ser pobres para sermos miseráveis. Daí o empreendedorismo surge como uma tábua de salvação onde realmente muito poucos conseguem se segurar.

> necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. **O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época**. A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações. Desse modo, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações. (MARX, 2013, p. 306. grifo nosso)

Vimos, então, que Marx percebe a necessidade de limites mínimos (interesse do empregador) e máximos (interesse do empregado) para determinada jornada de trabalho a fim de que o empregado possa repor sua força vital. Porém, o que percebemos ainda no século XXI é a transgressão desses limites, que se manifesta, por exemplo, no pagamento condicionado à produção como ainda ocorre com os cortadores de cana no interior de São Paulo[70].

Se a Lei é o caminho que a sociedade emprega para tecer limites nas relações de dominação entre empregado e empregador, há algo que a lei em si não pode explicar, tampouco evitar. Trata-se do simbolismo que essa dominação exerce sobre o indivíduo. Bourdieu, ao falar de dominação, comenta as formas de reprodução da sociedade. Porém, não se trata de formas elementares ou simples, pois elas são um complexo de fatos que transcendem a mera questão econômica. A dominação simbólica, a dimensão simbólica de outras formas de dominação e as relações de dominação em si constituem a originalidade de Bourdieu, ao situá-las no plano estrutural, como instrumento de poder que atua na ordenação da realidade a ser percebida e vivenciada[71].

Verifica-se que a dominação simbólica é um instrumento de poder, mas não simplesmente um poder econômico ou psicológico, é um *habitus*[72] que é construído ao longo

---

[70] Nesse sistema antigo, que já era criticado no final do século 18 por ser perverso e desumano, os trabalhadores recebem conforme produzem, tendo a responsabilidade pelo ritmo do seu trabalho. Ganham mais conforme a produção. Como trabalham pela subsistência, submetem-se a esse ritmo cada vez mais intenso para melhorar suas condições de vida. **Cortadores de cana adoecem e morrem por conta de pagamento por produção**. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/cortadores-de-cana-adoecem-e-morrem-por-conta-de-pagamento-por-producao/. Acessado em: 18 maio 2018.
Escalada para desfilar em um evento de moda em Xangai, na China, a modelo russa Vlada Dzyuba, de 14 anos, foi submetida a 13 horas intensas de trabalho e teve um colapso. De acordo com o jornal britânico Daily Mail, ela entrou em coma e morreu dois dias depois. **Modelo de 14 anos morre após colapso por exaustão**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/10/28/interna_internacional,912405/modelo-de-14-anos-morre-apos-colapso-por-exaustao.shtml. Acessado em: 18 maio 2018.

[71] HEY, Ana Paula. **Dominação**. *In:* Vocabulário Boudieu. Afrânio Mendes Catani e outros (organizadores). Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017. p. 152.

[72] *Habitus* é uma noção filosófica antiga, originária do pensamento de Aristóteles e da Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois dos anos 1960 por Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agente, sem, com isso,

do tempo. Os sujeitos seguem-no porque sempre foi assim, mas não conseguem explicar a razão pela qual sofrem tal dominação. Ela é simbólica, pois não é exercida através da coerção, mas da passividade do sujeito frente ao fato.

Essa dominação simbólica praticada através do *habitus* faz com que o empregado veja no empregador um sujeito superior e detentor de direitos[73] e prerrogativas que ele não pode questionar. Essa forma de dominação que não emprega a coerção não deixa de exercer uma violência simbólica, que, no mundo do trabalho, corresponde àquela que Marx já criticou: trata-se da alienação do trabalho humano, isto é, a falta de reconhecimento, por parte de quem trabalha, de que ali fora empregada uma força vital própria e intransferível, o trabalho vivo. Marx define o trabalho como atividade útil para a apropriação das matérias naturais sob uma ou outra forma. Esta é uma condição orgânica do homem, é esta condição que faz com que ele seja provedor do trabalho vivo. A violência simbólica com que o **aluguel**[74] do trabalho vivo é exercido faz com o sujeito seja alienado do processo produtivo. Nesse sentido, Souto Maior discorre sobre novas tecnologias "que tem escravizado o homem ao trabalho"[75].

O teletrabalho utiliza uma forma ideológica do chamado empoderamento[76]. O empregado crê que está no comando de seu tempo e de sua produtividade e acredita que pode realizar as tarefas em casa ou no escritório ou mesmo durante as férias, mas, na verdade, o empregado fica à disposição do empregador, pois este fornece telefone, computador e outros meios para que o empregado possa acessar a empresa sempre que necessário, independentemente de sua disponibilidade. Essa estratégia do teletrabalho, que aliena o empregado através do empoderamento empresarial, exerce uma violência simbólica sobre ele.

---

retroceder ao intelectualismo cartesiano que enviesa as abordagens subjetivistas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico, passando pela teoria da ação racional. A noção tem um papel central no esforço levado a cabo durante uma vida inteira por Bourdieu para construir uma "economia das práticas generalizada" capaz de subsumir a economia, historizando e, por aí, pluralizando as categorias que esta última toma como invariantes (tais como interesse, capital, mercado e racionalidade) e especificando quer as condições sociais da emergência dos atores econômicos e sistemas de troca, quer o modo concreto como estes se encontram, se propulsionam ou se contrariam uns aos outros. Loïc Wacquant verbete *Habitus In*: *Vocabulário Bourdieu*, p. 213.

[73] Não se trata aqui de questionar a legitimidade ou não da detenção dos meios de produção. A propriedade privada é garantida por lei no capitalismo para justamente poder fazer jus ao que se chama de livre iniciativa. O que discutimos é o fato da relação empregado/empregador ser de total submissão. Da mesma forma que se criou culturalmente a legitimidade da escravidão (ainda hoje na Mauritânia pessoas não conseguem se desvencilhar desta relação de submissão, mesmo a Lei tendo dito que não é mais permitido no país uma relação senhor/servo). O empregado geralmente não questiona sua lealdade ao empregador e tal submissão não é forçada e nem obrigada por Lei, mas se faz presente.

[74] Não se trata, de forma alguma, de venda, pois, se assim fosse, o empregador teria posse do sujeito, o que caracteriza uma relação de escravidão no sentido que já definimos anteriormente.

[75] MAIOR, Jorge Luiz Souto. Do Direito à Desconexão do Trabalho. p. 1. Disponível em: https://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/do_direito_%C3%A0_desconex%C3%A3o_do_trabalho..pdf. Acessado em: 2 de abr. de 2018.

[76] Ver BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

A violência aqui é a usurpação velada do seu direito ao não-trabalho[77].

Um empregador, quando contrata um empregado, seja ele de confiança, diretor ou gerente, não tem posse da sua força de trabalho, pois o empregado não pode ficar disponível 24h por dia em decorrência de uma prerrogativa do cargo ser de "confiança" ou "gerencial". Essa tentativa de dominação simbólica geralmente aparece na relação contratual de trabalho como sobreaviso. Ou seja, o empregado fica dispensado de estar no ambiente de trabalho, mas deve ficar à disposição quando for solicitado.

Não é mais uma questão de "sair de férias" e estar de sobreaviso, mas se trata de ficar na impossibilidade de exercer o direito de ir e vir em sua vida privada em decorrência do sobreaviso. Isso ocorre em momentos quando o empregado não consegue se desligar do trabalho e exercer seu direito de não-trabalho defino por Souto Maior. Atualmente, assistimos a milhões de trabalhadores em fábricas, lavouras e shoppings centers realizarem tarefas que não fazem jus a um trabalho descente, pois não respeitam minimamente a dignidade do homem.

Vimos que não se trata apenas de uma oportunidade de exercer sua atividade seja *faber* seja *sacer*. O trabalho, no século XXI, deve privilegiar o humano e tratá-lo com dignidade. O direito à desconexão deve ser respeitado. Existe um entendimento geral, em parte expresso pela legislação, de que abuso do poder econômico deva ser banido das relações de trabalho. Da mesma forma, o empreendedor não precisa ficar sem direitos trabalhistas porque deixou de estar vinculado ao trabalho formal.

Vivemos em um mar de conjunturas e sempre nos deparamos com condições extremadas que levam milhões de indivíduos socialmente vulneráveis de todos os tipos às mais deploráveis condições de trabalho, seja em relação à sua capacidade de gerar valor, seja em relação à venda do seu próprio corpo, última fronteira de domínio que se quebra sobre o julgo da necessidade de sobrevivência em meio ao caos do atual processo produtivo. O direito do trabalho deve transmudar-se em direito ao trabalho, mas nem isso basta, pois ele deve atender à dignidade humana do sujeito trabalhador, o que inclui, necessariamente, o empreendedor. Parafraseando Georges Friedmann[78]: devemos reavaliar o futuro do trabalho humano para que esse mesmo trabalho não se transforme em migalhas.

O empreendedor não pode ser alijado dos direitos de dignidade humana e nem

---

[77] Esclareça-se que o não-trabalho aqui referido não é visto no sentido de não trabalhar completamente e sim no sentido de trabalhar menos, até o nível necessário à preservação da vida privada e da saúde, considerando-se essencial essa preocupação (de se desligar, concretamente do trabalho) exatamente por conta das características desse mundo do trabalho marcado pela evolução tecnológica, pela deificação do Mercado e pelo atendimento, em primeiro plano, das exigências do consumo. (MAIOR, Souto *opus cit*. p. 3).

[78] FRIEDMANN, Georges. *O Trabalho em Migalhas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

trabalhistas por ter optado pelo auto-emprego. Isso não significa que a responsabilidade por sua geração de renda deva ser uma atribuição exclusiva sua. Deixado de lado, o empreendedor percebe que a estratégia neoliberal não atende aos seus interessem quando o Estado o deixa à margem de políticas sociais que fomentem o ato de empreender. Esse processo de marginalização, no Brasil, data de 2005, com a promulgação da Lei Complementar 11.110[79].

### 3.2 O pêndulo petista

Para compreendermos a trajetória neoliberal no Brasil, é importante analisar alguns fatos históricos que contribuíram para o processo de neoliberalização no país e levaram a utilização do conceito de empreendedor como uma estratégia viável para a geração de emprego e renda através de políticas públicas voltadas à criação de MEIs e de acesso a microcrédito.

O ano de 1989, foi o grande divisor de águas neste processo, pois, neste momento, se polarizaram os interesses de classes representados pelo Partido dos Trabalhadores na figura de Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, do então Partido da Renovação Nacional. Tal polarização, no entanto, só se deu no segundo turno das eleições, no qual Collor havia alcançado 30,47% (20.611.011 dos votos válidos) e Lula ficara com 17,18% (11.622.673 dos votos válidos)[80]. É importante salientar que o então candidato do PDT Leonel Brizola representou 16,51% (11.168.228 dos votos válidos), uma diferença de 0,67% com relação a Lula (em número de votos a diferença foi de 454.445 votos entre os dois candidatos).

Nosso foco não é a análise do processo neoliberal desde 1989[81], mas apenas balizar como se construiu o caminho neoliberal no Brasil a partir de 1989, culminando, em 2005, no PNMPO. Essa baliza mostra um PT de propostas sociais que visa à qualidade de vida do trabalhador e amplia garantias sociais. No outro prumo, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) oficialmente representa os interesses de um novo sistema de hegemonia global pautado no livre mercado e na desregulamentação do capital financeiro. Esses dois polos opostos

[79] Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

[80] Eleição presidencial no Brasil em 1989. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_1989. Acessado em: 11 mar. 2019.

[81] Para isso remetemos o leitor às obras *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)* de Ricardo Antunes; *Reforma e crise política no Brasil*, de Armando Boito Jr. (particularmente a parte I.; Ademais a coletânea *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*, organizada por Armando Boito Jr e Andréia Galvão, fornece uma ampla visão dos fatos históricos e políticos que abrangem o período a que fazemos mensão.

rompem de vez com o segundo ciclo de processo desenvolvimentista que o Brasil vinha adotando[82].

A polarização de classes ocorre efetivamente no segundo turno das eleições no qual o candidato do PT aparece como o representante dos trabalhadores e com propostas que visam a garantir as conquistas trabalhistas e o candidato do PRN Fernando Collor é "vendido" pela mídia ao eleitorado como uma pessoa que traz propostas que irão ajudar o Brasil a entrar de vez no primeiro mundo e deixar de lado o estigma de "país subdesenvolvido".

Essa visão de "primeiro mundo" que fora vendida na campanha de 1989 tinha sua razão de ser, pois, desde as *Diretas Já*, o país vinha sofrendo com a alta inflação e o aumento de preços. A candidatura de Collor encontrava-se na oposição à política de Sarney, uma vez que visava romper o modelo que ainda apresentava traços desenvolvimentistas e que era executado por aquele e tencionava colocar em seu lugar a política neoliberal (MARTUSCELLI, 2012, p. 25).

Estruturando seu programa político na tese do Estado mínimo e na difamação dos serviços públicos, Collor angariou a simpatia da classe média que via nessas propostas a possibilidade de melhorar seus rendimentos e de ter acessos a bens e serviços que até então estavam reservados apenas aos de classes mais altas com maior poder de compra. Essa visão de melhora econômica foi endossada pela FEBRABAN e pela FIESP como sendo a única alternativa viável e pacífica para o crescimento do país. Por outro lado, os movimentos sindicais que ganharam força e representatividade durante os anos 80, juntamente com o movimento dos trabalhadores sem terra (MST) e outros movimentos, tinham claramente uma proposta de oposição às contra-reformas neoliberais apresentadas por Collor.

---

[82] Os anos 1980 foram marcados por uma profunda crise econômica e pelo fim da ditadura (1964-85). A volta da democracia possibilitou uma reorganização do movimento social, num patamar inédito até então. Mas uma questão subsiste: aquela foi uma "década perdida" ou não? Longe de ser uma discussão acadêmica, ela é vital para que se examinem os projetos de país em disputa na atualidade. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acessado em: 22 abr. 2020. Para uma discussão sobre os ciclos desenvolvimentistas brasileiros sugerimos a leitura da tese de doutorado de Leandro Ribeiro da Silva "Os ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo", orientada pelo prof. Dr. Veleriano Mendes Ferreira Costa pela UNICAMP em 2013, particularmente o capítulo 3, que descreve o fim do segundo ciclo desenvolvimentista, a chamada "década" perdida e o começo do que o autor chamou de início do terceiro ciclo desenvolvimentista. Sobre o novo desenvolvimentismo, sugerimos a coletânea organizada por João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renault Micel "Novo-Desenvolvimentismo um projeto nacional de crescimento com equidade social". Barueri: Manole, 2005, Particularmente o capítulo 12 que trata de microcrédito e geração de emprego e renda. Também sobre o tema Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo e Socialismo de Claudio Katz. São Paulo: Expressão Popular, 2016. "Reforma e crise política no Brasil" de Armando Boito Jr. Campinas: Editora da Unicapm, 2018. Particularmente os capítulos 3, 5, 6, 7 e 10.

A acumulação da experiência de luta sindical bem como os embates políticos (Luiza Erundina fora eleita prefeita de São Paulo em 1988[83]) ainda fazia o pêndulo petista pender para as ações sociais e propostas que se orientavam pela defesa de um Estado de bem-estar social, procurando, dessa forma, aumentar a participação do Estado na vida dos cidadãos e não diminuí-los. Sob essa perspectiva, o Partido dos Trabalhadores tinha a clara impressão de conseguir chegar ao poder executivo federal, afinal, no contexto das eleições de 1988, o Partido dos Trabalhadores havia elegido vários prefeitos pelo país, inclusive de capitais como São Paulo, Porto Alegre e Vitória, e, no que tange aos vereadores, houve um aumento de mais de 400% em sua representatividade nas câmaras municipais do país (SECCO, 2011, p. 129).

A propaganda neoliberal deu a vitória a Collor e abriu o caminho para uma nova política de mercado neoliberal (ANTUNES, 2005). A burguesia nacional estava esperançosa de poder aproveitar as benesses do livre mercado e da desregulamentação do sistema financeiro e de trabalhado, mas não foi isso o que logrou o irresponsável governo Collor logo em seu primeiro ano de mandato. Seu apressado modelo econômico, com a abertura do mercado de forma ampla e geral, como queriam alguns setores da burguesia nacional e seu intervencionismo no mercado financeiro, frustou e desfocou o interesse das classes dominantes. Na prática, as tensões que surgiram entre o governo e as frações burguesas estavam localizadas no campo da ação corporativa, pois eram justificadas quase sempre por interesses específicos de cada setor da burguesia.

O desastre da aplicação imediata e irrestrita do neoliberalismo no país acarretou uma crise política que acabou em *impeachment* do presidente Collor. Essa abertura irresponsável do mercado e a sua forma drástica e excêntrica de governar acabou beneficiando alguns setores da burguesia, mas destruiu o parque industrial do país.

> Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. (ANTUNES, 2005, p. 17)

A burguesia industrial, acreditando na abertura do mercado e no relaxamento das taxas de importação, foi surpreendida quando o que se importava para o país eram milhares de itens manufaturados que já eram fabricados no Brasil, mas com preços bem menores, pois era

[83] "Em novembro de 1988 o Exército assassinou cinco operários da CNS em Volta Redonda. O fato ajudou a eleger Luiza Erundina de Souza em São Paulo e provocou indignação" (SECCO, 2011, p. 136).

justamente a taxa de câmbio que protegia o mercado interno da avalanche de produtos importados que também eram fabricados aqui.

A burguesia industrial não conseguiu absorver a competição no ritmo em que o governo federal a impunha, com isso vários setores industriais, como o têxtil, por exemplo, acabaram fechando por não terem tido o tempo de maturação da concorrência. Parece plausível imaginar que a indústria iria crescer com a importação facilitada de máquinas-ferramentas que poderiam incrementar e modernizar o parque industrial nacional e, dessa forma, proporcionar produtos em larga escala a preços mais competitivos. Essa parecia ser uma boa estratégia, já que um dos pontos da política neoliberal era flexibilizar as negociações trabalhistas enfraquecendo os sindicatos.

Já no setor público, outro fortemente atacado pelo início do processo liberal no país com as privatizações, o governo federal, para calar o funcionário e dar-lhe a ilusão de participação, criou pacotes de ações que poderiam ser compradas somente pelos funcionários da empresa privatizada e de forma facilitada, criando assim uma base de apoio entre o funcionalismo público para a questão da privatização.

Martuscelli (2012) faz uma análise do qual compartilhamos:

> Enquanto que setores vinculados ao grande capital industrial reclamavam dos efeitos do acelerado processo de abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro mostrava-se insatisfeito com a morosidade do governo federal para aprovar as medidas de desregulamentação da economia. No plano do movimento popular e sindical, as reivindicações relacionavam-se, sobre tudo, à desvalorização salarial e à queda do número de empregos. Isso significa que essas insatisfações criadas pelo início da implantação do modelo neoliberal no Brasil manifestaram-se, com mais intensidade, como lutas econômico-corporativas, ocultando-se o subdimensionando-se a denúncia da política neoliberal e o **caráter de classe** desta. (MASTURCELLI, 2012, p. 51. Grifo nosso)

A afirmação do caráter de classe dessa disputa parece ter perdido o foco, em nossa visão, por parte do Partido dos Trabalhadores. Parece-nos que o Partido, ao invés de tirar proveito da frágil situação política do presidente Collor, começou a deixar a prática de luta dos anos 80 e esperar pelo desenrolar dos acontecimentos. É nesse momento, entre os anos de 1990-2002, que o Partido passa de uma práxis de luta para uma oposição parlamentar (SECCO, 2011, p. 145-198). O Partido para de "olhar para fora" e passa a "olhar para dentro" no sentido de resolver suas contradições internas e partir para o caminho do poder por meio de eleições.

O fracasso da implantação do programa neoliberal, porém, não enfraqueceu as classes dominantes, pelo contrário, elas fortaleceram. Deixar o país nas mãos de uma política de bem-

estar social e de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida dos menos favorecidos estava fora de cogitação. Apesar de falhar em sua concepção inicial, a política neoliberal deveria continuar, e, para tanto, as elites buscaram um candidato com preparo intelectual que o primeiro escolhido da classe dirigente não demonstrou possuir. Com os erros de Collor e com a obstinação do PT de chegar ao poder legalmente, estava aberto o caminho para a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O pêndulo do Partido dos Trabalhadores começa a oscilar para a direita.

Da mesma forma que no período anterior, a chamada era FHC não é o objetivo deste trabalho, mas é salutar observar que foi nesse momento que a base do processo de neoliberalismo no Brasil assentou-se. Ao contrário de seu antecessor, FHC assentou as bases do neoliberalismo no país de forma sagaz, sendo que é, durante esse período que irá anteceder o governo petista, que irá ocorrer aquilo que o Antunes chama de "desertificação neoliberal no Brasil" (2005).

A questão é que essa desertificação a que alude Antunes (2005) só é possível porque também há uma degradação do trabalho, que se mostra não apenas em uma transmutação nas relações contratuais, que ficaram piores, mas na forma de conceber a atividade laboral (ANTUNES, 2005, p. 10-11). Nessa esteira, observamos que além de promover as privatizações e a desregulamentação da economia, o governo FHC fez uso intensivo de Medidas Provisórias[84] para afastar o congresso e o judiciário do seu fórum de discussões. Esse artefato político garantiu a solidificação das bases neoliberais no Brasil, uma estratégia política que nenhum outro presidente conseguiu alcançar. Mais uma vez, verifica-se aqui o caráter de classe de processo: privilegiar os detentores de capital na ilusão de que a "mão invisível" do mercado colocará o Brasil em prumo com o mundo globalizado.

Como consequências, a solução neoliberal vem sinalizada uma grande transformação na forma de criar empregos e renda, pois essa lógica crê que, por meio do acesso ao microcrédito, será possível formar uma legião de empreendedores que farão com que as taxas de desemprego se mantenham baixas e produzam uma contínua ascensão da renda familiar. Como argumentamos no capítulo 1, cujos dados são apresentados na figura 3, não foi isso que aconteceu. A reforma trabalhista de 2017 é outro indicador dessa solução tortuosa para assegurar renda e emprego, razão pela qual é necessário um entendimento científico do conceito de empreendedor para compreendermos o aspecto ideológico desse movimento neoliberal.

---

[84] Em 1989, Sarney fez uso de 103 MPs. Em 1990, Collor fez uso de 143 MPs. Itamar, em 1994, utilizou o recurso 405 vezes. FHC, em 1998, utilizou 803 MPs e, em 1999, 108. Dados fornecidos por MARTUSCELLI, 2012, p. 36.

### 3.3 O conceito de empreendedor na economia

A crise dos anos 80, no século XX, abriu caminho para políticas econômicas voltadas para o mercado em detrimento da participação do Estado na vida econômica das pessoas. Essa ideologia radical pró-mercado ganha força nos governos de Margareth Tatcher, no Reino Unido, e de Ronald Regan, nos EUA (SWEDBERG, 2000, p. 8). No Brasil, como vimos, essa ideologia chega tardiamente com a eleição de Fernando Collor e, depois, de Fernando Henrique Cardoso e continua sua perpetração no governo Lula, particularmente em seu segundo mandato (BOITO JR, 2018, p. 155; ANTUNES, 2005; KATZ, 2016, p.201).

Essa crise engendrou um crescente desemprego entre as massas trabalhadoras, fazendo com que as pessoas buscassem alternativas para continuarem a ter rendimentos, de modo que a busca por "montar seu próprio negócio" fez com que a revista *The Economist* comentasse, em 1999, que "*Innovation has become the industrial religion of the late 20th century*"[85].

A ideologia da inovação e do empreendedorismo como real alternativa ao desemprego incutiu nos indivíduos o desejo de possuirem seu próprio negócio, mas sem lhes apresentar os riscos e as dificuldades para tal. Além disso, a ideologia do *self made man*[86] ou mesmo do *no pain, no gain* transfere perversamente a responsabilidade pelo sucesso do empreendimento ao sujeito que o realiza, de forma que, se seu projeto de auto-emprego fracassa, a responsabilidade é exclusivamente de quem o pretendia executar e não teve as habilidades necessárias para realizar a tarefa de forma positiva.

Neste sentido, surgem manuais e livros que "ensinam" a ganhar dinheiro "montando seu próprio negócio", porém eles não indicam as condições do processo histórico para a realização de uma acumulação primitiva e escamoteiam as realidades do movimento de produção capitalista a fim de que o "empreendedor" possa realmente acreditar que, para tanto, basta um pequeno capital e muita vontade de trabalhar. Tal ideologia perdura até os dias de hoje e ainda é um forte incentivo para jovens que não conseguem adentrar o mercado de trabalho e procuram alternativas para poderem obter renda.

Essa breve introdução é necessária para situar o leitor no contexto de nossa proposta, ou seja, pretendemos fornecer uma definição científica e não ilusória sobre o que vem a ser o

---

[85] *Industry gets religion*. Disponível em: https://www.economist.com/special-report/1999/02/18/industry-gets-religion. Acessado em: 27 mar. 2019.

[86] "Aqui fica claro que os indivíduos se fazem uns aos outros, tanto física quanto espiritualmente, contudo não se fazem a si mesmo, nem na concepção disparatada de São Bruno, nem no sentido de 'Único', do homem 'feito'".(MARX, Karl et ENGELS, F. 2007, p 61).

conceito de empreendedorismo ou empreendedor. Desmistificar o empreendedorismo é uma condição necessária para verificar a não veracidade do projeto neoliberal que instiga ao auto-emprego sem revelar suas condições ou mesmo esclarecer seus riscos, mas, para além disso, é uma forma contraditória de promover a aquisição renda quando o mesmo sistema financia tal ilusão através do acesso ao microcrédito.

Para traçarmos a baliza desse conceito, discorremos sobre a história do termo empreendedor antes e depois dos trabalhos de Schumpeter sobre a questão. Outro ponto de inflexão neste trabalho é tratar o tema do ponto de vista das ciências sociais, destacando a sociologia, a psicologia e a própria história econômica. Geralmente os manuais de empreendedorismo tratam o conceito apenas sob o aspecto de administração do negócio. Citam uma série de habilidades técnico-admistrativas que o indivíduo precisa dominar para que o empreendimento "dê certo", mas essa "certeza" desenvolvida nos manuais não leva em conta a diferença, por exemplo, entre risco e incerteza desenvolvida por Knigth[87].

Apesar de se encontrar hodiernamente com certa facilidade cursos de pós-graduação em empreendedorismo[88], eles não discutem, em suas grades, os aspectos sociológicos, psicológicos e históricos do empreendedorismo, pois tratam apenas da vertente de administração e finanças de um negócio estabelecido, como se isso fosse a chave para que se pudesse desenvolver um empreendimento baseado no auto-emprego. Feitos esses esclarecimentos, procuraremos, ao longo desta tese, preencher essa lacuna da literatura nacional acerca do entendimento do conceito de empreendedor.

### 3.3.1 A figura do empreendedor antes de Schumpeter

Blaug (2000, p.76-88) discorre sobre os usos do conceito de empreendedorismo na economia clássica já no século XVIII. O autor explica que Adam Smith já possuía uma idéia acerca do papel do indivíduo empreendedor que se destaca da figura do capitalista, mas não chegou a desenvolver o conceito:

> However, Adam Smith did not distinguish in any way between the capitalist as the provider of the "stock" of the enterprise and the entrepreneur as the

[87] Vide: "Risk, Uncertainty and Profit" de Frank Knight. Martino Publishing, 2014 (particularmente o capítulo 7).

[88] Hoje é possível fazer até uma graduação em Empreendedorismo (https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/faculdade-de-empreendedorismo/). A PUC-SP apresenta um curso de educação continuada com duração de 4 meses sobre Empreendedorismo (https://www.pucsp.br/pos-graduacao/especializacao-e-mba/empreendedorismo-e-gestao).

> ultimate decision-maker. He did use the terms "projector" and "undertaker" as the English equivalents of the French word "entrepreneur" but only as synonyms for the business proprietor. (BLAUG, 2000, p. 77)

O termo francês *entrepreneur*, citado por Blaug (2000), remonta ao século XVII e significa pessoa encarregada de fazer algum trabalho (geralmente em construção) através de um contrato[89]:

> He named people who take advantage of these unrealised profit opportunities "entrepreneurs", that is, those who are willing "to buy at a certain price and sell at an uncertain price". Moreover, he noted that action of this kind need not involve manufacture and need not absorb the personal funds of the entrepreneur, although it frequently did. (BLAUG, 2000, p. 78)

Cantillon desenvolve o conceito de empreendedor como sendo aquele que consegue assumir o risco sobre sua atividade, mas, para além disso, o empreendedor de Cantillon não precisa passar pelo processo de manufatura das mercadorias (somente compra e venda) e não precisa de capital para assumir esse risco. O empreendedor cantilloniano é uma espécie de intermediário, de especulador do mercado. Ele verifica a possibilidade de venda de uma determinada mercadoria e compra-a por um determinado preço para vendê-la logo em seguida a um valor maior. O risco assumido advém do fato de este sujeito não ter garantia nenhuma de que conseguirá vender a mercadoria comprada, tampouco de que conseguirá vendê-la a um preço maior.

Essa transação comercial não passou despercebida por Adam Smith, mas ele não deu a devida importância a essa figura econômica identificada por Cantillon 20 anos antes de Adam Smith ter publicado *A Riqueza das Nações*. Ainda segundo Blaug (2000, p. 77-78), esse sujeito econômico está ausente praticamente de toda economia clássica inglesa, sendo que ele não aparece em qualquer escrito de David Ricardo[90].

No contexto da nascente economia política, a figura do empreendedor ganha destaque com outro francês: Jean Baptiste Say. Say irá investigar a distinção entre o sujeito que detém o capital e financia um empreendimento e aquele que emprega o capital para gerar negócio:

---

[89] Personne qui se charge de l'execution d'un travail (en matière de construction), par un contrat d'entreprise. Le Petit Robert. Nouvelle édition millésime, 2012. p 893. O dicionário Caldas Aluete traz uma definição bastante curiosa de empreendedor: que emprehende animosamente coisa difícil; que traça empresas novas. CALDAS, Aluete. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*. Volume 1. Lisboa, 1925. p. 804. O dicionário Houaiss traz uma definição que remete a seu uso em marketing e administração: iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, com alterações que envolvem inovação e riscos. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 2009. p. 742.

[90] Os ingleses não têm palavra equivalente a empresário industrial. É isso, talvez, que os impediu de distinguir, nas operações industriais, entre, de um lado, o serviço que presta o capital e, de outro, o serviço que presta, por sua capacidade e talento, aquele que emprega o capital. SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.85 nota 1.

“Observando os procedimentos da indústria humana, em seu interior, seja, qual for o objeto ao qual se aplique, percebe-se que ela se compõe de três operações distintas.” (SAY, 1983, p.85)

As três operações a que se refere Say são:

1) Conhecimento científico
2) Conhecimento técnico
3) Trabalho manual]

O conhecimento científico será necessário para entender e dominar os meandros materiais daquilo que se deseja utilizar e/ou fabricar; o conhecimento técnico será aquele que irá aplicar de forma útil o conhecimento científico; e, finalmente, o trabalho manual aproveita o conhecimento técnico para criar e/ou executar o produto.

O interessante da distinção de Say é que ele afirma que essas três operações raramente são executadas por uma única pessoa (SAY, 1983, p. 85). Em sua distinção, quem opera o conhecimento científico é o cientista; quem se aproveita do conhecimento científico e o transforma em técnica para criar produtos é o “empresário industrial”; e, finalmente, quem trabalha seguindo as recomendações do “empresário industrial” é o operário.

No desenvolvimento de sua economia política Say também fará a distinção entre aquele que detém o capital e aquele que o emprega: “Dado que é impossível conduzir uma empresa industrial sem empregar determinado capital, os lucros que sobre ela faz o empresário compreendem, via de regra, os lucros de sua indústria e os do capital. Quase sempre, uma parte desse capital lhe pertence; outra parte é, muitas vezes, **emprestada**.” (SAY, 1983, p. 312. Grifo nosso)

Say já percebe que, para que o empreendimento siga, é necessário o aporte de capital, mas não necessariamente esse capital precisa pertencer a quem irá, de fato, executar o empreendimento. O empreendedor de Say é aquele ator que irá assumir os riscos do empreendimento (os favoráveis e os desfavoráveis) e, para isso, irá empregar capital alheio: “Embora bastante delicada, essa distinção é, contudo, bem real, pois, nas empresas em que há muitas pessoas interessadas, algumas por seu trabalho, outras por seus capitais, cada uma faz valer as vantagens que sua contribuição traz para a empresa.” (SAY, 1983, p. 312)

Por fim, Say irá identificar esse empreendedor com a segunda de suas operações no processo industrial:

> Podemos lembrar que o emprego de um empresário de indústria refere-se à segunda das operações que reconhecemos como necessárias para o exercício

> de toda e qualquer indústria. Essa operação consiste em aplicar conhecimentos adquiridos na criação de um produto para nosso uso. (SAY, 1983, p. 312)

O empreendedor de Say, então, será o sujeito que toma capital de outrem e que possui os conhecimentos técnicos para confeccionar determinado produto. Com base neste conhecimento e com o financiamento do capital, ele emprega operários para executarem a tarefa de confeccionar o produto. Seu lucro, assim, advém da venda desses produtos, razão pela qual há certo risco no empreendimento, pois pode ser que ele não consiga vender ou pode ser também que, se vender, não consiga cobrir os custos de operação. É válido, porém, chamar atenção para o fato de que esse risco em nada afeta a remuneração do capitalista, pois os seus rendimentos devem ser honrados pelo empreendedor, apesar de o capitalista também poder figurar como sócio no empreendimento e compartilhar dos riscos e incertezas do negócio em questão.

Apesar de David Ricardo ter tido acesso a este estudo de Say, segundo Blaug (2000), ele entendia que o financiamento de um determinado empreendimento era um processo automático envolvendo o risco e a decisão de investimento[91]: "Ricardo recognised that first capitalist to introduce a novel improvement such as a new machine is liable to reap extra returns but this did not lead him to single out the capacity to innovate as the feature which distinguished one capitalist from another." (BLAUG, p. 78)

Ou seja, em Ricardo **não há** ainda distinção entre um capitalista e um empreendedor. Ele reconhece que, num determinado instante, um capitalista possa inovar e auferir lucros maiores com sua inovação, mas isso é parte do processo automático da tomada de decisão e risco. Para Ricardo, segundo Blaug, não há, portanto, a figura do empreendedor distinto do detentor de capital[92], ambos são o mesmo sujeito, com características distintas em cada momento de ação.

Saindo da economia clássica e de seus entendimentos acerca da figura do empreendedor, passemos ao ponto de inflexão no desenvolvimento da economia política. Marx é quem irá desvendar todo o mecanismo de funcionamento do modo de produção capitalista e colocar em pauta a luta de classes dentro deste modo de produção. Não nos cabe aqui um olhar analítico sobre seus trabalhos, mesmo porque nos interessa, neste momento, saber qual o entendimento que Marx tinha sobre o empreendedor.

---

[91] Em nota de rodapé, Say explica, mais uma vez, a confusão feita pelos economistas ingleses entre lucro empresarial e lucro do capital.

[92] lembrando que, para Cantillon e Say, o empreendedor nem precisaria ter capital, pois ele poderia tomar emprestado de um capitalista e/ou banco e realizar suas transações assumindo os riscos do negócio.

Segundo Blaug (BLAUG, 2000, p. 78-79), Marx, por ter se servido da economia clássica inglesa, também não faz distinção entre o capitalista e o empreendedor. A preocupação de Marx é com a transformação do trabalho em capital e não com agentes particulares deste processo:

> The businessman in Marx is simply capital personified as the "despot" of the workplace. Marx, like all economists before him and since him, realized that the action of competition requires differences in behavior among economic agents (after all, if they all acted exactly the same in face of the same circumstance, economic change and progress would be impossible to explain). Nevertheless, Marx took no interest in these individual differences among capitalists that alone account for the dynamic evolution of the capitalist system. (BLAUG, p. 78-79)

Que Marx tinha claro que os capitalistas agiam de forma diferente frente ao risco ou a incerteza de um negócio, isso é certo. Na opinião de Blaug (2000), Marx só não se preocupou em fazer a distinção individual desses sujeitos no processo de desenvolvimento do capitalismo. Para Marx, o capital é impessoal e se desenvolve seguindo as regras da mais-valia, e essa impessoalidade não se pauta em características específicas individuais, mas sim num movimento social entre oferta e procura.

Marx sabia que um sujeito poderia tomar capital emprestado de um banco e auferir lucros com o seu empreendimento, bem como o banco se beneficiaria dos juros sobre o capital em questão. Também está claro que Marx conhecia a casta de gerentes e gestores de fábricas, porém, o que Marx não distinguiu, em nosso entendimento, foi a possibilidade destes mesmos gerentes desprovidos de capital exercerem uma função específica, como por exemplo, a de comprar as mercadorias produzidas e vendê-las por conta própria, correndo o risco, não dos custos de produção, mas da venda em si:

> Pero hay que observar que, as veces, Ricardo e Marx reconocen um cuarto tipo de rendimento, de naturaliza essencialmente temporal, que beneficia al hombre de negócios, a saber, la ganancia que consegue durante algún tiempo si es el primero que introduce en el processo económico um nuevo perfeccionamento, como, por exemplo, uma máquina nueva. Así descubrieron um caso especial de lo que realmente es lá más típica de todas las ganancias empresariales." (SCHUMPETER, 2015, p. 715)

Na concepção de Schumpeter, tanto Marx como Ricardo identificam o fato econômico, mas não o tipificam, isto é, não fazem a categorização deste ator como empreendedor. Porém, apesar de não fazerem tal distinção em seu processo de análise do modo de produção capitalista, sua falta em nada afeta o método de Marx.

Para Blaug, a introdução do empreendedor na economia é realizada por um economista alemão chamado Johann von Thünen:

> His remarkable but hopelessy obscure book, The Isolate State, Volume II (1850), defines the gains of the entrepreneur as being that which is left over from the gross profits of business operation after paying (1) the actual or inputed interest on invested capital, (2) the wages of management, and (3) the insurance premium against the calculable risk and losses. (BLAUG, 2000, p. 79)

Esse empreendedor definido por Thünen atua no processo capitalista, mas só pode existir como tal se as três observações descritas por Blaug se realizarem, ou seja, depois de pagar os juros do capital investido, os salários das pessoas envolvidas no processo e o "prêmio" por ter assumido um risco e as perdas. Nessa esteira, o empreendedor precisa ter a habilidade de poder levantar os fundos necessários ao seu empreendimento por meio de um banco ou capitalista interessado no retorno do investimento. Precisa ainda gerenciar as pessoas envolvidas no processo e assumir os riscos do negócio[93].

O elo que precisamos para continuar o entendimento histórico do papel do empreendedor passa pela teoria do equilíbrio geral de Walras. É ele quem irá fazer as primeiras formalizações fortemente matemáticas da economia por meio da idealização de um sistema fechado em que a dinâmica capitalista da oferta-demanda, através dos preços, irá necessariamente tender a um equilíbrio. na concepção de Schumpeter, Walras foi o teórico da economista economia pura.

> Pero opino que em el terreno de la teoria pura Walras es el economista más grande. Su sistema del equilíbrio económico, por reunir la cualidad de creatividad "revolucionária" com la de la sínteses clássicas, es la única obra de um economista que soporta uma comparación com los logros de la física teórica." (SCHUMPETER, 2015,p. 905-906)

Essa capacidade de síntese matemática permitiu a Walras criar um sistema fechado no qual tudo estava interligado, de forma que toda e qualquer mudança dentro do sistema afetava as outras partes, fazendo com o sistema entrasse em uma nova forma de equilíbrio. Destarte, se o preço de um produto subisse muito, sua demanda diminuiria, gerando uma perturbação, em decorrência da variação de preço, que faria com que o sistema buscasse outro equilíbrio.

---

[93] "Moreover, Marx had read Thünen's Isolate State. In short, let us not say that Marx identified the entrepreneur and the capitalist because he could not have known better" (BLAUG, p. 79-80).

Walras faz uma categorização do papel do empreendedor (empresário) nos seguintes termos:

> O empresário é, pois, o personagem (indivíduo ou sociedade) que compra matérias-primas de outros empresários; em seguida aluga, mediante um arrendamento, a terra do proprietário fundiário; mediante um salário, as faculdades pessoais do trabalhador; mediante um juro, o capital do capitalista e, finalmente, tendo aplicado serviços produtivos às matérias-primas, vende por sua conta os produtos obtidos (WALRAS, 1983, p. 121).

Vê-se que esse empreendedor é um ator que faz uso de sua capacidade de organizar a produção e que, não necessariamente, é detentor de capital. Outro aspecto que fica claro na posição de Walras frente a definição de empreendedor é o risco do empreendimento: "Quando qualquer um deles vende seus produtos ou mercadorias mais caras do que lhe custaram em matérias-primas, arrendamentos, salários e juros, tem lucro; no caso contrário, tem perda. Essa é a alternativa que caracteriza o papel do empresário" (WALRAS, 1983, p. 121).

Dentro da teoria pura do equilíbrio geral, essa atuação do empreendedor não é o fator limitante para perturbar o equilíbrio do sistema. O empreendedor é um agente que possui características distintas das do capitalista. Walras entende a diferença, porém não a aprofunda, ainda que entenda que existe uma divergência entre o empreendedor e o capitalista e lamente-se de que a economia clássica inglesa não tenha se apercebido disso:

> Esta confusión es lamentable. Ciertamente es difícil, pero por tanto no imposible, de hecho, ser empresário sin ser capitalista: diariamente se observa que personas carentes de capital próprio, pero cuya inteligência, honestidade y experiência son bien conocidas, obtienen prestamos para montar empresas agrícolas, industriales, comerciales o financeiras. Em cualquier caso, e incluso suponiendo que son pocos los empresários que no son capitalistas, hay muchos capitalistas que no son empresários: los poseedores de obrigaciones hipotecarias, deudas sin garantia real, participaciones em sociedades comanditarias y obligaciones. Además aunque ambas funciones se presentaran conjuntamente com más frecuencia de lo que lo hacen em el mundo real, no por ello la teoria debería diferenciarlas en menor medida. (WALRAS, 1987,p. 672)

Dentro da teoria do equilíbrio geral de Walras, o empreendedor não tem lucro nem prejuízo dentro do fluxo circular do sistema, ou seja, ele não desempenha nenhuma função particular dentro do sistema (SCHUMPETER, 1983,p. 55).

Até esse ponto de nossa exposição, o empreendedor é reconhecido na economia política, mas sem participar de forma efetiva do desenvolvimento do capitalismo. Todos os economistas aqui elencados até o momento apenas pensaram no empreendedor como um sujeito meramente

econômico, sem se atentarem para a dimensão psicológica, sociológica e mesmo motivacional relativa ao desempenho das funções do empreendedor. Nesse sentido, é Schumpeter quem irá inaugurar um novo ramo de estudos dentro das ciências sociais.

### 3.3.2 O empreendedor weberiano

Max Weber foi um dos mais profícuos sociólogos do século XX. Nesse sentido, a ISA (International Sociological Association) indica dois livros de Weber dentre os dez livros de sociologia mais influentes do século XX[94]. O primeiro é *Economia e Sociedade* e o segundo, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Para o fim desta tese, interessa determinarmos se faz sentido falar em um empreendedor weberiano e quais seriam suas características.

Essa abordagem é importante tendo em vista a influência que Weber teve sobre Schumpeter[95] e seu pensamento econômico e sociológico (SWEDBERG, 1991, p. 90-107; OSTERHAMMEL, 1987, p. 106-120). Weber não detalhou ou trabalhou de forma específica o conceito de empreendedor (SANTIAGO, 2019), porém ele possui uma clara visão de seu papel no modo de produção capitalista, a qual pode ser encontrada no próprio espírito do capitalismo.

Esse espírito a que Weber se refere trata-se, na verdade, de uma conduta, ou seja, uma forma de agir frente as oportunidades, e é de se destacar que o espírito do capitalismo é moral e ético. Para corroborar essa tese, Weber usa como exemplo Benjamin Franklin. Para o autor, Franklin é o estereotipo do espírito capitalista, e a autobiografia de Franklin é fonte repleta de indícios de uma conduta ético-moral que molda esse espírito, na visão de Weber:

> Benjamin Franklin estava repleto de "espírito capitalista" numa época e que sua tipografia formalmente não se distinguia em nada de uma oficina artesanal qualquer. E veremos que em geral, no limiar dos tempos modernos, não fora somente nem preponderantemente os **empresários [96] capitalistas** do patriarcado mercantil, mas muito mais os estratos ascendentes do *Mittelstand* industrial, os portadores dessa disposição que aqui designamos por "espírito do capitalismo" (WEBER, 2004, p. 57. Grifo nosso)

---

[94] Books of the XX Century. Disponível em https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa/books-of-the-xx-century. Acessado em: 5 abr. 2020.

[95] "Max Weber rarely mentions Schumpeter in his published Works and never discusses his ideas at any length". (OSTERHAMMEL, 1987, p. 107)

**[96]** *The Max Weber Dictionary*, editado por Swedberg e AGEVALL (2016, p. 119), coloca como equivalentes o termo inglês *entrepreuner* e o termo alemão *Unternehmer*. Weber e Schumpeter usam o termo *Unternehmer*, em suas obras, em língua alemã. Enquanto em língua inglesa *entrepreuner* tanto pode significar empresário ou empreendedor, a palavra alemã *Unternehmer* frequentemente é utilizada como o substantivo empresário, enquanto *Unternehmungslust* como o adjetivo empreendedor.

Para Weber, parece que a acumulação do capital não é o estopim para o surgimento do capitalismo moderno, mas sim pessoas como Franklin, que tornam os meios de produção mais atrativos financeiramente e criam os seus operários para fazerem uso desta inovação, a qual, por sua vez, provoca a concorrência que impulsiona o desenvolvimento do capital. Esse personagem, na visão de Weber, não necessita de grande aporte de capital para inovar e, muitas vezes, ele nem sequer possui capital para iniciar o seu processo de inovação: "Para saber quais as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e si [antes de mais nada] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista" (WEBER, 2004, p. 61).

O espírito do capitalismo a que Weber se refere recai sobre a figura histórica do empreendedor, mas não qualquer empreendedor. Esse sujeito deve ter características próprias que possam diferenciá-lo dos outros dentro do processo de produção capitalista. São homens que possuem princípios morais e não se deixam abalar pelas dificuldades de implementar novas formas de trabalhar ou mesmo lidar com novos produtos. Em outras palavras, são sujeitos imbuídos de caráter e personalidade, que fazem com que se tornem referência para os outros.

Weber, em nosso entendimento, faz, de forma indireta, uma definição de empreendedor baseado na ideia de tipo ideal – descrita brevemente a seguir – que forma a baliza do ideal do espírito do capitalismo.

> E da mesma forma não foram geralmente especuladores temerários e sem escrúpulos, aventureiros econômicos, desses que se encontram em todas as épocas da história da economia, nem simplesmente "ricaços", os agentes que deram essa guinada aparentemente discreta e no entanto decisiva para que a vida econômica se impusesse esse novo espírito, mas sim homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo *sóbrios* e *constantes*, sagazes e inteiramente devotados à causa, homens com visões e "princípios" rigorosamente burgueses. (WEBER, 2004, p.61)

Weber acrescentou este trecho na versão final da *Ética Protestante* em 1920. Sabe-se que ele tinha uma cópia anotada (SWEDBERG, 1991, p. 92) do *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de 1911, de Schumpeter, mas é difícil dizer se essa ideia de Weber, acrescentada em 1920, advém de Schumpeter, apesar de Weber estar familiarizado com a teoria dele sobre empreendedorismo (SWEDBERG, 2016, p.119).

No próximo item, iremos analisar como o conceito de tipo ideal utilizado por Weber pode nos ajudar na compreensão que ele tinha acerca da figura do empreendedor dentro do processo de produção capitalista.

### 3.3.2.1 O tipo ideal em Weber

O conceito de tipo ideal é utilizado por Weber para formular hipóteses (SWEDBERG, 2016, p.156) e entender como elas são construídas, mas não sendo ele mesmo a hipótese (WEBER, 2009, p. 314). O tipo ideal é uma abstração que permite idealizar um ator para que ele seja comparado, empiricamente, com o ator real. O tipo ideal é todo conhecimento concentrado no sujeito, é todo racionalidade e não apresenta equívocos. Segundo Swedberg (2016, p.156), há três os passos para a construção do tipo ideal:

> There are in other words three basic steps to the construction and use of na ideal type for heuristic purposes: (1) make unreal assumptions about the meaning of the actor (full rationality, full knowledge,full awareness, and no erros); (2) match a beavior to this meaning, by constructing a paralell and ideal course of social action; and (3) confront the ideal type with the empirical phenomenon under study. **Through the last step, the researcher will be able to bring into the open the diferences between the ideal type and the concrete situation – and is now in a position to explain these. The rationality of some social action may, e.g., vary with the situation; so may the knowledge of the actor, and so on.**" (SWEDBERG e AGEVALL, 2016, p. 156.Grifo nosso)

É importante indicar este método, porque ele expõe claramente o empreendedor idealizado por Weber como um tipo ideal que possui uma conduta ético-moral como descrita acima. Marianne Weber (2009, p. 314) revela que o conceito de tipo ideal não fora concebido por Weber, e sim por seu amigo, o jurista Georg Jellinek, sendo que Weber apenas o utilizou no mesmo sentido que Jellinek o concebera. Talvez seja por isso que Weber nunca se preocupou em dar uma definição do tipo ideal. Ademais, Weber (SWEDBERG *et* AGEVALL, 2016, p.157) falha em expor o que o tipo ideal é, tanto que, hoje o conceito de tipo ideal é frequentemente utilizado sem qualquer referência a ele (SWEDBERG e AGEVALL, 2016, p .158).

Em nossa hipótese, o tipo ideal, tal qual Weber utiliza, é importante, pois ele é amplamente utilizado por Schumpeter em *Business Cycles*, como atesta Osterhammel (1987, p. 112). Com base nesta apresentação de empreendedor em Weber, vamos construir o conceito de empreendedor weberiano como um tipo ideal.

### 3.3.2.2 O empreendedor weberiano como tipo ideal

Vimos que Weber toma o exemplo de Benjamin Franklin para tecer o tipo ideal de empreendedor. Isso é importante de se notar, porque nos parece que o próprio Franklin imaginava-se assim, como um empreendedor (FRANKLIN, 2019, p. 167) que pôde ter uma conduta ético-moral nos negócios – atitude que aprendera com seu pai que era protestante –, não desanimar frente as dificuldades e dispor de iniciativa para produzir novas formas de fazer as coisas. Outro foco importante na construção desse tipo ideal é a falta de altas somas de capital. Nesse sentido, um testemunho de Franklin pode nos ajudar a entender o tipo ideal de empreendedor e o motivo pelo qual Weber associou-o ao espírito do capitalismo:

> Com meus hábitos de frugalidade e a mente em **uma das instruções que meu pai repetia** para mim quando menino – o provérbio de Salomão: "Já observaste uma pessoa zelosa em seu trabalho? Pois será promovida ao serviço real; não trabalhará para gente obscura!" - , **considerei sempre o esforço como meio de obter riqueza e distinção e isso me estimulava**, embora jamais pensasse poder estar literalmente diante de reis, o que, no entanto, aconteceu. (FRANKLIN, p. 112. Grifo nosso)

Franklin, portanto, corresponde ao tipo de empreendedor ideal de Weber. Ele diz que se ateve às instruções do pai, que, por sua vez, era um homem protestante temente a Deus. O mais importante em seu discurso, porém, é a ideia de uma espécie de meritocracia[97], ou seja, a valorização do esforço próprio e a questão ético-moral (distinção) como estímulo para obtenção de riqueza. Não à toa que ainda hoje podemos observar entre a classe dos menos privilegiados materialmente a ideologia da meritocracia como sendo algo natural e universal, como se o sucesso na obtenção de riqueza dependesse exclusivamente do ideal de empreendedor caracterizado por condutas ético-morais e pelo esforço próprio, sendo essa combinação de elementos responsável pelo estímulo necessário para a jornada do empreendedor na obtenção de riqueza.

Weber, apesar de não ter feito uma definição de empreendedor em sua obra (SWEDBERG *et* AGEVALL, 2016, p.119), discute essa questão em sua sociologia da economia. Weber, ao contrário de Schumpeter – como veremos mais à frente – não leva em consideração a criatividade do empreendedor e mesmo a inovação, ele vê o empreendedor como alguém com capacidade de gerir a empresa (não gerenciar trabalho) com base no tipo ideal de empreendedor que é conduzido pela ética e pela moral e que tem a capacidade de se

[97] A palavra meritocracia é um neologismo do latim e do grego. É a composição do verbo *mereo*, que significa receber como quinhão, como parte ou como prêmio, ganhar ou merecer (*Dicionário de Latim-Português*. 3° edição. Porto: Porto Editora, 2008. P. 413) com grego κράτος (krátos), substantivo que significa poder (*Dicionário Grego-Português*. Porto: Editora Porto, 2010. p. 777). Destarte, verificamos uma relação do mérito com o poder. A polissemia do termo e seu uso é semelhante ao caso do empoderamento, escopo desta tese.

autorrealizar (*self made man*). Porém, o fundamental nesta concepção weberiana de tipo ideal de empreendedor é que esse sujeito pertença a uma classe: a burguesia.

Tanto é assim que, em 1920, segundo Mommsen, Weber escreve que a Alemanha não precisa do socialismo, mas de empreendedores (MOMMSEN, 1984, p.310 *apud* SWEDBERG *et* AGEVALL, 2016, p. 120). Beetham (*apud* SWEDBERG *et* AGEVALL, 2016, p. 120) afirma que Weber sempre criticou o socialismo por conta de seu "estúpido ódio pelo empreendedor", mas essa crítica não parece fazer muito sentido. Os regimes comunistas e os movimentos teóricos dos anos 20 do século XX nutriram certo desagrado pelo empreendedor, mais por conta de não entender seu papel na construção do socialismo e por geralmente confundi-lo com o empresário capitalista dono do capital.[98]

Nossa conclusão é que o tipo ideal de empreendedor utilizado por Weber e associado ao espírito do capitalismo é aquele que se vale, principalmente, de características pessoais e não tão somente circunstanciais, pautando-se na ideologia da meritocracia, na qual o sujeito autorrealiza-se a partir de seu próprio trabalho, a exemplo de Franklin. O tipo ideal de empreendedor weberiano destaca, dessa forma, as características individuais do sujeito histórico através da sua ação social. Essa perspectiva está muito próxima da visão proposta pelos governos neoliberais para solução do emprego e da renda, na qual esses sujeitos devem desenvolver (arriscar-se) suas capacidades através de algum tipo de autoemprego, que eles nomeiam também de empreendimento, sendo o sujeito que realiza esse trabalho o empreendedor.

### 3.4 O empreendedor schumpeteriano

Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) foi um dos principais economistas do século XX. Dentre suas várias contribuições na área econômica, chamaremos atenção para o conceito de "destruição criativa" e de empreendedor. Nesse sentido, Schumpeter começou a elaborar um conceito de empreendedor na chamada "era da eletricidade":

> Na corrida à eletrificação, Viena podia comparar-se favoravelmente com Londres. O serviço telefônico começou em 1881. Bondes substituíram ônibus

[98] Para uma discussão sobre este tema, sugerimos a leitura da obra de Maurice Dobb "*Capitalist Enterprise and Social Progress*", particularmente o capítulo 2. Essa obra foi editada em 1926 e traz muito desta discussão, do ponto de vista puramente econômico, do capitalista e do empresário/empreendedor. Uma outra recomendação é a compilação de texto organizado por David Landes, Joel Mokyr e Willian Baumol *A Origem das Corporações,* particularmente os capítulo 9, 10, 11 e 13. Vide também, por exemplo, o texto de 26 de junho de 1919, intitulado T*he Management of Soviet-Estates* de Preobrazhensky. (2014).

> puxados a cavalo em 1897. Em 1906, quando estreou a ópera *Die Elektriker*, os dez bairros centrais da cidade dispunham de eletricidade. "*Elektrokultur*" tornou-se o refrão dos empreendedores de Viena. Toda dona de casa sonhava com algum dispositivo elétrico que pudesse eliminar a fuligem e a fumaça de sua cozinha. Donos de fábricas desejavam estabelecimentos com iluminação elétrica e máquinas movidas a energia elétrica. (NASAR, 2012, p. 192-93)

O contexto do surgimento do empreendedor schumpeteriano corresponde à segunda revolução industrial. A eletricidade revoluciona a produção, fazendo com que as indústrias fossem capazes de produzir mais a um custo mais baixo e incentivando, consequentemente, a fabricação em massa de vários produtos.

Conhecido como "profeta da inovação" (MCCRAW, 2012), Schumpeter foi o primeiro a sistematizar e expor a importância da inovação e consequentemente do empreendedor no cenário dos ciclos econômicos. A obra que trata deste assunto (SCHUMPETER, 1983) é de 1911, anterior ao artigo de Coese[99] sobre a teoria da empresa, que é de 1937. Schumpeter destaca que o primeiro a fazer uma clara distinção entre o empreendedor e o capitalista foi Say (SCHUMPETER, 2015,p. 619). O sujeito empreendedor para Say, segundo Schumpeter, é aquele que combina os fatores de produção em um organismo produtivo (SCHUMPETER, 1983, p. 54). Tal distinção entre o empreendedor e o capitalista é necessária, pois, no contexto de sua elaboração, começam a aparecer as atribuições e as responsabilidades jurídicas desses atores.

> Em primeiro lugar nossa definição concorda com a comum no ponto fundamental da distinção entre "empresários" e "capitalistas" – independentemente de os últimos serem vistos como proprietários de dinheiro, de direitos ao dinheiro, ou de bens materiais. Essa distinção hoje em dia é geralmente aceita e o tem sido por um tempo considerável. Nossa definição coloca também a questão de que o acionista comum é um empresário enquanto tal, e descarta a concepção do empresário como aquele que corre riscos. (SCHUMPETER, 1983, p. 54)

Em sua primeira abordagem acerca do papel do empreendedor no processo econômico, Schumpeter assume a posição de que o empreendedor não é aquele que se arrisca no empreendimento, pois quem corre o risco é o capitalista que emprega seu capital. Schumpeter também sabe que, desde tempos mais remotos, o capitalista era uma espécie de "faz tudo", pois,

[99] Vide "A firma, o mercado e o direito" de Ronald Coase. 2° edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. Particularmente o capítulo 2 que versa sobre a natureza da firma.

fora do modo de produção capitalista, esse ator não obedecia, por exemplo, às categorias de Say, como já descrito acima.

Porém, para Schumpeter, o empreendedor não é apenas um administrador/gerente do empreendimento, como é o entendimento da maior parte dos especialistas hoje em dia (SCHUMPETER, 1983, p. 55-56). O empreendedor em Schumpeter, neste momento inicial de suas pesquisas, é aquele que leva a cabo novas combinações de produção. Ademais, a condição do empreendedor não é permanente, pois assim que esse sujeito propõe uma nova forma de produção e outros passam a competir com ele, imitando-o, ele deixa de ser um empreendedor:

> Mas, qualquer que seja o tipo, alguém só é um empresário quando efetivamente "levar a cabo novas combinações", e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios. Essa é a regra, certamente, e assim é tão raro alguém permanecer sempre como empresário através das décadas de sua vida ativa, quanto é raro um homem de negócios nunca passar por um momento que seja empresário, mesmo que seja em menor grau. (SCHUMPETER, 1983, p. 56)

Para Schumpeter, o empreendedor não é tão somente alguém que organiza os fatores de produção. Também não é quem corre o risco do empreendimento. O empreendedor schumpeteriano é responsável por realizar novas combinações que poderão culminar em inovações e, dessa forma, proporcionar ao empreendimento a superação de determinado ciclo de negócio. Trata-se de passar de uma fase estagnada (em equilíbrio, segundo Walras) e pouco competitiva para uma dinâmica e rica em oportunidades.

Ademais, ele também sustenta a ideia de que ser um empreendedor não é uma profissão. Se o empreendedor, em Schumpeter, não se confunde com o capitalista, não corre riscos e não configura uma profissão, o que ele seria? Schumpeter responde afirmando que "empresários" são indivíduos cuja função é realizar empreendimentos, entendendo por empreendimento a realização de novas combinações de produção (SCHUMPETER, 1983, p.54).

Nesse sentido, observamos que Schumpeter deriva o conceito de empreendedor da ideia de empreendimento. É de se notar que ele não faz menção, nessa fase de suas pesquisas, ao

instituto empresa. Para ele, empreender é mais do que simplesmente organizar os meios de produção[100], pois ser empreendedor é realizar novas combinações desses meios[101].

Em 1939, vem à tona aquela que deveria ser a síntese do pensamento econômico de Schumpeter: *Business Cycles*[102]. Mas o impacto que causou a obra de Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936, fez com que a obra de Schumpeter passasse despercebida. Em meados dos anos de 1930, Schumpeter abria caminho para sua nova abordagem econômica integrando a ela a sociologia (MCCRAW, 1012, p. 259). Em *Business Cycles*, Schumpeter aperfeiçoa seu sistema de desenvolvimento econômico e reforça a importância do empreendedor nas mudanças dos ciclos econômicos.

Para Schumpeter, não é difícil fornecer uma definição de empreendedor, o complicado é conseguir identificar quando uma pessoa é ou se torna um. Schumpeter volta a ressaltar que ninguém é empreendedor em tempo integral e que ser empreendedor é um atributo limitado temporalmente, ou seja, a pessoa fica no *status* de empreendedor enquanto a competição não começar a imitá-lo e, consequentemente, a disseminar novas formas de produção ou novos produtos, como podemos verificar facilmente na área da tecnologia. Sua afirmação de que os economistas clássicos e mesmo Marx ignoraram a função do empreendedor também se faz presente em *Business Cycles*: "The failure to see this and, as consequence, to visualize clearly entrepreneurial activity as a distinct function sui generis, is the common fault of both the economic and the sociological analysis of the classics and of Karl Marx." (SCHUMPETER, 1939, p. 103-104)

A questão da diferenciação entre o empreendedor e o capitalista, na visão de Schumpeter, leva a duas consequências: a primeira de caráter econômico e a segunda de caráter sociológico: "First, risk bearing is no part of the entrepreneurial function. Is is the capitalist who bears the risk. […] Second, entrepreneurs as such do not form a social class. (SCHUMPETER, 1939, p. 104).

---

[100] O artigo 966 do *Código Civil Brasileiro de 2002* diz: Art. 966. "Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços". Notoriamente coloca a figura do empresário como uma espécie de profissão e como organizador dos meios de produção, confundindo assim a real figura econômica e social do empreendedor com a do administrador dos meios de produção. Chama a atenção o fato dessa definição não ser aderente à definição de Schumpeter, que, por sua vez, deriva da noção de empresa da doutrina italiana (BUONOCORE, Vincenzo. *L'Impresa. Trattato di Diritto Commerciale*. Sezione I. Tomo 2.1. Torino: Giappichelli Editore, 2002).

[101] Para Coase, o contrato é o fator determinante para a organização da produção. Para Schumpeter, podemos interpretar que será o crédito o grande fator de busca pela organização da produção.

[102] Publicado em 2 volumes e com notórios detalhes sobre os ciclos econômicos baseados nas ideias *ondas longas* de Nikolai Kondratiev de 1924.

Outro ponto importante diz respeito ao risco, que, hodiernamente, é um fator limitante para o sucesso de um investimento. Se os riscos não são devidamente ponderados, aumentam as chances de o empreendimento não dar certo. Nesse sentido, Schumpeter certamente já conhecia a diferenciação entre risco e incerteza levantada por Knight em seu livro de 1921. Os riscos são ponderações que podem ser dimensionadas (direta ou indiretamente) e serem colocadas em quantidades, já a incerteza, por sua vez, é algo que não pode ser dimensionado no desenvolvimento do negócio. Destarte, se um sujeito resolve investir algum capital em algum tipo de nova combinação de produção para criar ou aperfeiçoar novos produtos, ele pode ponderar os riscos e mitigar os possíveis reverses, porém, no que tange à incerteza, não há muito o que ser feito. Sendo assim, um sujeito recentemente empoderado, sem o conhecimento desse risco e da possível incerteza, pode ver sua empolgação dissipar-se mais cedo do que imagina.

A segunda observação de Schumpeter é de que o empreendedor, no momento histórico em que está a combinar as novas formas de produção, não pertence a nenhuma classe. Portanto, não existe um aglomerado de empreendedores que possa ser distinto de outro aglomerado e ser categorizado por uma classe específica. O empreendedor pode até já pertencer a burguesia, por exemplo, mas, enquanto tal, não constitui uma classe. Ele também pode ascender socialmente por conta do sucesso do empreendimento e, dessa forma, pertencer a um grupo, mas, como empreendedor, é um sujeito histórico que não pertence a nenhuma classe social:

> Although, in case of success, they or their descendants rise into the capitalist class, they do not from the outset belong to it or to any other definite class. As a matter of historical fact, entrepreneurs come from all classes which at the time of their emergence happen to exist. Their genealogies display most varied origins – the working class, the aristocracy, the professional groups, peasants and farmers, and the artisan class, all have contributed to what is sociologically not a uniform type.(SCHUMPETER, 1939, p. 104)

Resta, porém, a pergunta: se o empreendedor não é aquele que corre os riscos do investimento e nem pertence a uma classe, quem ele é de fato? É essa questão específica que Schumpeter diz ser difícil de responder, ou seja, identificar esse sujeito histórico em determinado ciclo do desenvolvimento capitalista não é uma tarefa simples. Schumpeter procura elucidar essa explicação nos seguintes termos:

> Let us visualize an entrepreneur who, in a perfectly competitive society, carries out an innovation which consists in producing a commodity already in common use at a total cost per unit lower than that of any existing firm because his new method uses a smaller amount of some or all factors per unit of product. In this case, he will buy the producers goods he needs at the prevailing prices which are adjusted to the conditions under which “old” firms works, and he will sell his product at the prevailing price

> adjusted to the cost of these "old" firms. It follows that his receipts will exceed his costs. The difference we shall call Entrepreneurs Profit, or simply Profit." (SCHUMPETER, 1939, p. 104-105)

Essa identificação do empreendedor schumpeteriano pode ser usada para designar uma pessoa que tem uma boa ideia e que aproveita o momento para poder lucrar com essa criação. O problema desse raciocínio é a falsa concepção de que os lucros são permanentes, pois, em verdade, a "boa ideia" do empreendedor logo será imitada pelos concorrentes, de modo que sua "novidade" já nasceu com o destino de ser superada. Essa visão equivocada do empreendedor é que, ainda hoje, alimenta o ideário de possibilidade de autorrealizar: "It is the premium put upon success innovation in capitalist society and is temporary by nature: it will vanish in the subsequent process of competition and adaptation." (SCHUMPETER, 1939, p. 105).

Verificamos que Schumpeter, entre sua primeira publicação, em 1919, e sua síntese do modelo de ciclos econômicos, faz questão de destacar a importância do empreendedor em seu modelo. Importância esta que ultrapassa os limites da teoria econômica e provoca uma discussão no âmbito da teoria sociológica, que será melhor delineada em outra obra de Schumpeter, qual seja *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. A primeira edição dessa obra surge em 1943 e, ao contrário de sua obra de 1939 discutida acima, esta chama a atenção de toda comunidade econômica e sociológica. Nela, Schumpeter continua a tratar do tema empreendedor, mas passa a dar mais importância ao aspecto da inovação no processo do desenvolvimento capitalista, demonstrando que a função social do empreendedor passa a desaparecer, tornando-se algo do cotidiano. Anteriormente, o empreendedor era um sujeito difícil de ser identificado, agora é vulgarizado em virtude das imediatas aplicações da tecnologia.

O acelerado processo do desenvolvimento capitalista faz com que o empreendedor fosse absorvido pelo processo e deixasse de ter uma importância magna e passe a ocupar uma posição mais secundária. A inovação passa, assim, a exercer o papel que antes cabia ao empreendedor dentro do ciclo econômico. O empreendedor começa, então, a ser caracterizado como alguém que deve ser focado em resultados, ou seja, ele volta a ser confundido[103] com o gerente da produção. Essa formulação está mais aderente ao conceito administrativo que hoje encontramos nos manuais:

---

[103] Manuais como o de Chaivenatto e Hisrich colocam sempre o empreendedor como aquele que tem a capacidade de gerenciar bem o negócio, aquele que conhece bem as regras do negócio e faz com que elas funcionem a favor do seu negócio.

> Esta função social já vem perdendo importância e está fadada a perdê-la em um ritmo cada vez mais acelerado no futuro, mesmo que o próprio processo econômico do qual o empreendedorismo era a principal força propulsora continue funcionando sem cessar. Pois, por um lado, agora é muito mais fácil do que no passado realizar tarefas alheias à nossa rotina habitual: a própria inovação vem se reduzindo a rotina. O progresso tecnológico passa a ser cada vez mais a atividade de equipes de especialistas capacitados que produzem o que lhes é encomendado e fazem com que o produto funcione de modo previsível. O romantismo da antiga aventura comercial se esvai rapidamente, porque hoje se podem calcular com rigor tantas coisas que outrora só se vislumbravam em um estalo de gênio. (SCHUMPETER, 2015, p. 187)

Diante dessa discussão, restam algumas questões que precisam ser respondidas: a função social do empreendedor deixou de existir? O romantismo que reina hoje em torno da possibilidade de possuir um negócio rentável através de "uma boa ideia" ainda é válido? Passados mais de 70 anos desta elaboração de Schumpeter, o que resta do conceito de empreendedor? O tomador de microcrédito é verdadeiramente um empreendedor nos moldes schumpeteriano que apresentamos aqui? Estas perguntas desencadeiam respostas negativas. A falência de pequenos empreendimentos antes de completarem 2 anos[104] mostra que possuir um negócio só porque a ideia é boa não é válido. O conceito de Schumpeter de empreendedor ao longo dos últimos 70 anos sofreu várias modificações e interpretações em que este sujeito deixa de ser um inovador que desequilibra os ciclos econômicos e a concorrência para ser uma espécie de "herói" de pessoa capaz de realizar coisas incríveis sozinho. E no capítulo 4 veremos que o empreendedor tomador de microcrédito não possui semelhanças com o empreendedor schumpeteriano.

Apesar de apresentarmos três momentos distintos da concepção de empreendedor em Schumpeter, ainda é possível abstrair que esse sujeito histórico detém alguma importância e função social dentro do processo de desenvolvimento capitalista. Para isso, iremos, na próxima seção, examinar alguns desdobramentos do conceito de empreendedorismo depois de Schumpeter.

## 3.5 Teorias sobre empreendedorismo depois de Schumpeter

Schumpeter é o primeiro a colocar o empreendedor como centro do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Como vimos, o empreendedor schumpeteriano é o ator

[104] Disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf. Acessado em 8 de maio 2020.

causador do desequilíbrio econômico através da inovação que, por sua vez, cria o que o autor chamou de criação destrutiva.

Essa evidência do empreendedor schumpeteriano não passou despercebida no mundo da teoria econômica, na teoria da firma e mesmo no âmbito da sociologia. O chamado "empreendedor austríaco" (ABREU, 2019) é semelhante à concepção original de Schumpeter. Enquanto este, em seus primeiros estudos, coloca o empreendedor como um ator que causa o desequilíbrio no ciclo econômico, a escola austríaca inverte a questão dizendo que o mercado está inicialmente em desequilíbrio (e não equilibrado como é a condição da teoria em Schumpeter), de modo que o empreendedor age e afeta os preços no mercado fazendo com este tenda ao equilíbrio.

Kirzner ilustra essa concepção da seguinte forma:

> For Schumpeter the entrepreuner is the disruptive, **disequilibrating force** that dislodges the Market from the somnolence of equilibrium; for us the entrepreuner is the **equilibrating force** whose activity responds to the existing tensions and provides those corrections for which the unexploited opportunities have been crying out. (KIRZNER, 2013, p. 102, grifos nosso)

A construção da ideia de Kirzner é de que não há uma competição perfeita como supõe Schumpeter. A teoria da competição perfeita não considera o mercado como um processo; portanto, não há como pensar essa estrutura de mercado com a ocorrência de progresso (ABREU, 2019). Kirzner concorda com Schumpeter ao afirma que, para que ocorra o progresso tecnológico, não deve haver a concorrência perfeita, porque, do contrário, não haveria a ação do empreendedor para buscar o desenvolvimento através das inovações:

> We agree wholeheartedly with Schumpeter's view that perfect competitive conditions must be absent for technological progress to occur. But for us this truth is merely a special (even if highly important) case of more general proposition, which asserts that the absence of perfectly competitive conditions (or, for that matter, *any* set of equilibrium conditions) is necessary for market adjustment of *any* kind to occur (even the simplest of price adjustments). It is because Schumpeter viewed the entrepreneurship that can give rise to technological progress as a spontaneous disruption of equilibrium (rather than the equilibrating *response* to preexisting tensions) that he could not perceive the essential *homo*geneity of the competitive-entrepreneurial process, whether it manifests itself through technological progress or through short-run market adjustments. (KIRZNER, 2013, p. 105)

Outra crítica relevante que encontramos ao conceito de empreendedor schumpeteriano é aquela associada à visão de que o autor dá um enorme peso em sua teoria à pessoa do

empreendedor em detrimento das instituições (MARTES, 2010). Essa crítica permeia o conceito sociológico do empreendedor e o método de Schumpeter que justifica sua preferência pelo empreendedor ao invés das instituições sociais.

Vimos anteriormente que a função do empreendedor, para Schumpeter, é efêmera. As pessoas tornam-se empreendedoras, mas não permanecem empreendedoras, razão pela qual o empreendedor não pertence a nenhuma classe social. Não se trata de algo "natural", tampouco de uma qualidade intrínseca ao ser humano, mas de um processo sociocultural, que se expande, torna-se hegemônico e, nessa medida, se "naturaliza" (MARTES, 2010).

Também podemos incluir nesse processo de "naturalização" do ente empreendedor a questão da motivação (motivos psicológicos) que faz com que o indivíduo se transforme em empreendedor. Para Schumpeter, o empreendedor é um ator social que se diferencia dos demais no processo de desenvolvimento econômico porque busca inovar a fim de transformar este mesmo processo.

Ademais, Schumpeter distancia-se da atual concepção de empreendedorismo romântico da teoria da administração, na qual o empreendedor detém uma espécie de talento inato para liderança e tomada de decisões. Nesse sentido, seria mais acertado trabalhar com o conceito de empreendedor schumpeteriano como um tipo ideal weberiano e usar as categorias weberianas de ação social: a racional, a afetiva e a tradicional (MARTES, 2010).

Destarte, podemos concluir que o empreendedor schumpeteriano deixa de ser um ator empírico para tornar-se um ator teórico. E, se pensarmos assim, é possível imaginar o empreendedor schumpeteriano desconectado de instituições, pois, se ele é um ator transformador do processo econômico através da inovação e da criação destrutiva, ele não pode estar ligado às regras institucionais. Dessa forma, aquele que age segundo as regras não se caracteriza como empreendedor segundo o sentido que Schumpeter dá ao conceito. Portanto, um sujeito que adere às regras bancárias para tomar microcrédito; que copia uma solução de negócio para "criar" sua empresa[105]; que não agrega qualquer transformação no processo de produção; que está totalmente alinhado às instituições (parceiros comerciais, fornecedores, bancos etc.) não pode ser um empreendedor schumpeteriano. Esse sujeito apenas se caracteriza como alguém que assume o risco (por necessidade ou por oportunidade) de possuir uma atividade legalizada que possa lhe proporcionar renda (não necessariamente lucro).

[105] Lembramos que as teorias da empresa de Coase e Penrose nada tem a ver com a simples atribuição de um CNPJ a um determinado indivíduo, mas é exatamente isso que a lei complementar que estabelece os MEIs no Brasil faz.

Há outra evolução do termo empreendedor, depois dos trabalhos de Schumpeter, que está ligada à teoria da administração e à teoria da firma[106]. Essas duas vertentes procuram identificar, no interior das grandes corporações modernas, quem seria o empreendedor. Assim, observamos que essas teorias estão alinhadas à função gerencial diferenciada dentro da firma (ZEN e FRACASSO, 2008).

Essas linhas de pensamento adotam o conceito de *empowerment* no intuito de "descobrir" os talentos de empreendedor no interior da firma, funcionando como uma espécie de gatilho motivacional que faz com que o funcionário "desperte" de sua letargia e passe a contribuir mais efetivamente nos processos internos da empresa.

Bittar, Bastos e Moreira, ao fazerem referência aos trabalhos de Klein, sintetizam o *empowerment* da seguinte maneira:

> Foss, Foss e Klein (2007) defendem que, para reduzir e mitigar esse empreendedorismo destrutivo, o proprietário deve propor novas formas de incentivo e monitoramento dos seus funcionários no intuito de engajá-los nas atividades que agreguem valor ao negócio. Esse processo é conhecido pelos pesquisadores da área de gerenciamento como *empowerment*, traduzido para o português por empoderamento (OSTERLO; FREY, 2000). (BITTA, BASTOS e MOREIRA)

Essa apropriação do termo *empowerment* por parte da teoria da administração e sua transmutação em empoderamento para motivar funcionários da firma a desempenharem papéis que agreguem mais valor ao negócio são uma franca forma de dominação simbólica. Dominação que sujeita o empregado a ter que desempenhar funções nem sempre compatíveis com suas competências. Desta forma o termo *empowerment* pode ser utilizado indiscriminadamente no interior da firma para "criar" empreendedores:

> Nesse contexto, o problema principal com que se depara a administração, e seus teóricos, está em encontrar meios para motivar e interessar as pessoas à execução de um trabalho que (em virtude de sua especialização, de sua divisão e da sua importância dada à minimização do custo) tornou-se cada vez mais desinteressante e sem sentido. (AKTOUF, p. 208)

Portanto, o termo *empowerment* não pode ser considerado uma forma de criar empreendedores. O *empowerment* como é utilizado pelos teóricos da gestão de pessoas dentro das organizações nada mais é do que uma forma de motivação, porém aqueles que não aderem

[106] Vide: "A teoria do crescimento da firma" de Edith Penrose. Campinas: Editora da Unicamp, 2006; e "The Theory of Firm" de Bengt Holmstrom e Jean Tirole em "Handbook of Industrial Organization". Volume 1.Amsterdam: North Holland Elsevier,2008. Capítulo 2.

a esse movimento são descartados. A crítica pós-Schumpeter do conceito de empreendedor mostra que a dominação simbólica associada a uma forte propaganda de que o sucesso financeiro pode ser alcançado através do empreendedorismo faz com que as pessoas sejam impelidas, na maior parte das vezes, contra sua vontade a uma aventura despreparada rumo a alguma forma de obter renda através de um empoderamento e uma falsa expectativa de ganhos que depende exclusivamente da vontade de trabalhar do sujeito, quando, na verdade, não passa de uma política neoliberal para mascarar o desemprego maciço.

| **Economista** | **Conceito de empreendedor** |
|---|---|
| Richard Cantillon (c. década de 1680 – maio de 1734) foi um economista franco-irlandês e autor de *Essai sur la Nature du Commerce en Général*. | Cantillon é o primeiro a utilizar o termo empreendedor para designar a pessoa que racionalizava os riscos em uma determinada transação comercial. |
| Adam Smith (Kirkcaldy, 5 de junho de 1723 — Edimburgo, 17 de julho de 1790) foi um filósofo e economista britânico nascido na Escócia | Smith não desconhece o termo empreendedor, mas não desenvolve o entendimento de uma ação para esse ator em sua teoria econômica. Para ele, essa figura não tem um papel decisivo no desenvolvimento econômico. |
| Jean Baptiste Say (Lyon, 5 de janeiro de 1767 — Paris, 15 de novembro de 1832) foi um economista francês, formulador da chamada a Lei de Say. | Say é o primeiro a formular uma definição conceitual para o empreendedor. Em sua formulação teórica, o empreendedor é aquele capaz de se apropriar das descobertas científicas e aplicá-las a um processo produtivo em que os operários possam executá-la. |
| David Ricardo (Londres, 18 de abril de 1772 — Gatcombe Park, 11 de setembro de 1823) foi um economista e político britânico — um dos mais influentes economistas clássicos, | Ricardo, assim como toda a teoria clássica inglesa, não dá importância ao empreendedor em sua teoria econômica. |
| Karl Marx (Tréveris, 5 de maio de 1818 — Londres, 14 de março de 1883) foi um filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário socialista. | Marx é quem desvenda os principais mecanismos de funcionamento do capitalismo. Mesmo assim ele não desprendeu atenção à figura do |

| | |
|---|---|
| | empreendedor dentro do processo de produção capitalista. |
| Léon Walras (Évreux, 16 de dezembro de 1834 — Clarens, 5 de janeiro de 1910) foi um economista e matemático francês, conhecido como o criador da Teoria do Equilíbrio Geral. | Walras desenvolve a teoria do equilíbrio geral e leva em consideração a presença do empreendedor, mas este ator não tem "poder" para causar desequilíbrio ao seu sistema econômico. |
| Joseph Schumpeter (Triesch, 8 de fevereiro de 1883 — Taconic, Connecticut, 8 de janeiro de 1950) foi um economista e cientista político austríaco. É considerado um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX, e foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista. | Schumpeter é quem dá destaque a uma função do empreendedor dentro do sistema de equilíbrio geral. Se o empreendedor é um sujeito ativo no processo de desenvolvimento é ele quem causa desequilíbrio ao sistema. Este desequilíbrio, segundo Schumpeter, se dá pela busca de inovação. Essa inovação precisa ser algo que necessariamente mude e/ou transforme a atual forma de produção causando uma disjunção, a que ele chamou de destruição criativa. Tal destruição criativa causaria um desequilíbrio ao sistema. Para Schumpeter, o empreendedor é um tipo ideal (nos moldes weberianos) de ator e não pertence a nenhuma classe social. Outra característica do empreendedor é que ele não fica nesse status *ad eternum*. Ser empreendedor é algo efêmero. |
| Israel Kirzner (13 de fevereiro de 1930) é um dos principais economistas da Escola Austríaca. | Kirzner é o principal crítico do conceito do empreendedor schumpeteriano. Como representante das ideias liberais na economia Kirzner dá muita importância ao mercado e aos mecanismos de competição através dos preços. Para ele, o empreendedor é um ator importante dentro do sistema de desenvolvimento capitalista, mas, diferentemente de Schumpeter, ele acredita que o sistema está inicialmente em desequilíbrio e que a atuação do empreendedor nesse sistema faz com que ele tenda ao equilíbrio com novas competições através dos preços. |

| | |
|---|---|
| Max Weber (Erfurt, 21 de abril de 1864 — Munique, 14 de junho de 1920) foi um intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia. | Em sua "Ética protestante e o espírito do capitalismo", identificamos o que se pode denominar como o tipo ideal de empreendedor, ou seja, o indivíduo que é conduzido por uma série de condutas ético-morais que faz com que se destaque dos demais, não sem levar em consideração a ação social da que faz parte este indivíduo. |

**Tabela 1 Conceitos sobre empreendedor**

Este capítulo versou essencialmente sobre a caracterização do empreendedor na sociedade neoliberal, que, como foi demonstrado, criou uma figura quase mitológica do empreendedor, como se ele precisasse apenas de um pequeno montante de capital para que pudesse autogerir sua própria renda.

Nesse sistema, para que o "milagre econômico" pudesse seduzir os indivíduos em situação de vulnerabilidade social, o conceito de empreendedor teve de ser deturpado. O empreendedor passou a ser uma espécie de "guerreiro" com vontade de vencer, usando, para isso, seus próprios meios, alimentando o individualismo e exasperando a meritocracia. Este capítulo, portanto, procurou demonstrar que é equivocada a visão romântica do empreendedor neoliberal. Destarte, cremos que fica assim justificada a vertente de nossa hipótese, qual seja a de que a compreensão do conceito de empreendedor como alguém que consegue, por si só, obter renda ou gerar emprego com um aporte de capital ínfimo é um engodo neoliberal que usa o termo para fins de garantir sua hegemonia ideológica (como argumentamos no capítulo 1).

A seguir, passaremos à discussão acerca da função social do microcrédito. Para isso, apresentaremos uma definição de função social que é derivada do direito constitucional e a associaremos à teoria dos status de Jellinek para que possamos obter uma definição de função social que seja adequada à justificativa de nossa hipótese. Também iremos comentar alguns autores nacionais que posicionam o acesso ao microcrédito como uma iniciativa positiva no combate à pobreza e na tentativa de geração de empregos, apesar de algumas discordâncias sobre sua implementação. Uma definição formal de microcrédito também será apresentada mais adiante.

# 4 FUNÇÃO SOCIAL DO MICROCREDITO E ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Muito se tem dito ultimamente sobre a desigualdade e a pobreza, não só no Brasil, mas no mundo todo. O tema, porém, não é novo. Rousseau, no século XVIII, em sua famosa monografia "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens", tece críticas quanto aos aspectos de propriedade privada e de políticas públicas que não se preocupam efetivamente com o bem comum. Ele conclui o texto afirmando que: "Para dar a cada um o que é seu, é preciso que cada um possa ter alguma coisa." (ROUSSEAU, 2014, p. 91)

Nesse sentido, observamos que as utopias sociais de igualdade e justiça podem se diluir em dois segmentos, como destaca Foucault (2011, p. 110): "De fato há duas espécies de utopias: as utopias proletárias socialistas que têm a propriedade de nunca se realizarem, e as utopias capitalistas que têm a má tendência de se realizarem frequentemente."

Ainda sobre o aspecto histórico e revolucionário do capitalismo Paul Singer, ensina-nos que o capitalismo precisa de novas regras para poder manter sua hegemonia e que a base ideológica de tal hegemonia só pode ser o *laissez-faire*. Ademais, ele afirma que essa hegemonia produz necessariamente o individualismo, o autointeresse e o abandono da solidariedade social, fazendo as relações privadas serem mais importantes que as sociais (SINGER, 1999, p. 62). Marx e Engels (2018) desmistificam essa ideologia capitalista do individualismo no "Manifesto Comunista", num momento em que a Europa vivia intensas lutas revolucionárias.

A estratégia liberal do século XIX apresenta-se com outra roupagem, porém, com a mesma estratégia ideológica, a fim de manter sua hegemonia. Observamos, nesse sentido, que o individualismo e as novas formas de relação contratual de trabalho, deixando livres as negociações entre patrão e empregado, como aconteceu com nossa atual reforma trabalhista[107], colocam o privado acima do coletivo. A estratégia parece ser a de empurrar o proletariado para o autoemprego e fazer com os sujeitos sejam responsáveis por seu próprio processo de geração de renda.

Nessa seara, é importante observar alguns dados relacionados ao emprego,

[107] Para uma discussão sobre a reforma trabalhista no Brasil, sugerimos a coletânea de artigos coordenado por Jorge Luiz Souto Maior e Valdete Souto Severo intitulada "Resistência aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista". São Paulo: Expressão Popular, 2017.

desemprego[108] e acesso ao programa Microempreendedor Individual (MEI) criado em 2005. Em matéria do jornal *O Estado de São Paulo* sobre MEI, o jornalista Mutilo Alves (ALVES, 2016, B8) reflete sobre a eficiência desse tipo de prática como estratégia de geração de emprego e renda. Dados de dezembro de 2019[109] mostram que estão cadastrados como MEI, no Brasil, 8.029.241 milhões de indivíduos, com quase metade deles inadimplentes no mesmo ano[110].

Dados da atual Secretaria do Trabalho vinculados ao Ministério da Economia mostram que, em 2018, o Governo Federal recebeu mais de 6,5 milhões de pedidos de seguro desemprego, desembolsando mais de R$ 33 bilhões de reais em pagamentos deste seguro (vide figura 2) [111].

| Histórico do Seguro-Desemprego Trabalhador Formal | | | |
|---|---|---|---|
| ANO | TOTAL DE REQUERENTES | TOTAL DE SEGURADOS | VALOR EMITIDO BENEFÍCIO |
| 2018 | | | ( R$ ) |
| JAN | 545.235 | 514.792 | 2.424.799.362,25 |
| FEV | 497.832 | 471.631 | 2.455.474.847,86 |
| MAR | 603.780 | 573.009 | 3.079.988.686,11 |
| ABR | 601.692 | 571.444 | 2.486.665.334,97 |
| MAI | 597.703 | 568.280 | 2.556.899.328,71 |
| JUN | 559.260 | 531.164 | 3.310.499.359,57 |
| JUL | 570.962 | 541.845 | 2.637.955.258,63 |
| AGO | 574.765 | 545.520 | 3.335.221.889,49 |
| SET | 501.594 | 476.405 | 2.560.762.410,24 |
| OUT | 569.626 | 540.119 | 2.595.889.337,92 |
| NOV | 504.015 | 476.908 | 3.138.039.328,11 |
| DEZ | 454.132 | 429.089 | 2.463.668.129,02 |
| TOTAL | 6.580.596 | 6.240.206 | 33.045.863.272,88 |

Figura 2 Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Disponível em: http://trabalho.gov.br/dados-abertos/estatistica-seguro-desemprego/seguro-desemprego-trabalhador-formal. Acessado em: 23 abr. 2020.

Entre 2000 e 2016, segundo dados da mesma Secretaria, observamos o aumento constante da demanda por seguro desemprego com uma queda a partir de 2017. O mesmo ocorre com os MEIs, segundo o Portal do Empreendedor do Governo Federal, desde 2009 (vide figura 3):

---

[108] Adotamos, nesta tese, a definição de desemprego fornecido pelo IBGE. O desemprego, de forma simplificada, refere-se às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acessado em: 25 abr. 2020. Nesse sentido, um MEI não é um desempregado, mesmo que não tenha faturamento.

[109] *Total de Empresas Optantes no SIMEI em Fevereiro/2019, por Mês/Dia*. Disponível em: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas. Acessado em: 23 abr, 2020.

[110] *Inadimplência no MEI atinge quase metade dos inscritos no programa*. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/09/internas_economia,741870/inadimplencia-no-mei-atinge-quase-metade-dos-inscritos-no-programa.shtml. Acessado em: 23 abr. 2020.

[111] *Seguro-Desemprego Trabalhador Formal*. Disponível em: http://trabalho.gov.br/dados-abertos/estatistica-seguro-desemprego/seguro-desemprego-trabalhador-formal. Acessado em: 23 abr. 2020. O site não fornece os dados completos para o ano de 2019.

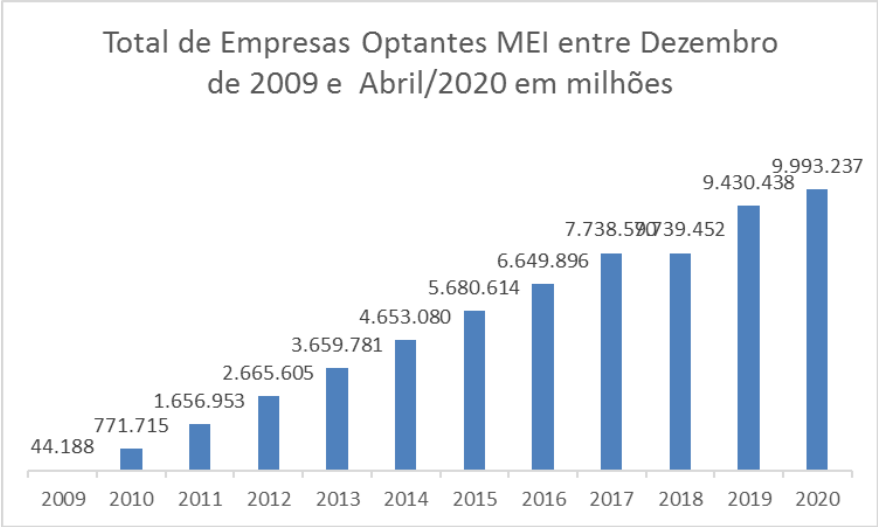


Figura 3 Fonte: Portal do Empreendedor. Disponível em: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas. Acessado em: 23 abr. 2020.

Se considerarmos a inadimplência de 45,6% dos MEIs em 2019, isso nos aponta para cerca de 3.661.333 empreendedores endividados com o Governo Federal. Supondo que que esta inadimplência seja apenas de uma parcela da contribuição mensal durante um ano[112], obtemos um déficit de aproximadamente 2 bilhões de reais que o Governo Federal deixou de arrecadar com o programa. Não há uma causa específica para tal inadimplência, mas suspeitamos que não seja em razão de pessoas que aderiram ao MEI estarem retornando ao mercado de trabalho formal.

Nos últimos 6 anos, desde o período pré-recessão, em meados de 2014, o número de MEIs no país cresceu cerca de 120% (vide figura 2). Durante o período recessivo e com o afastamento de Dilma Rousseff, em maio de 2016, observamos a crescente adesão ao programa microempreendedor individual ao mesmo tempo em que caem os pedidos de solicitação de seguro desemprego (vide figura 4).

[112] A contribuição mensal de um MEI é baseada no salário mínimo nacional que atualmente é de R$ 1,045,00 conforme abaixo:

| MEIs – Atividade | INSS - R$ | ICMS/ISS - R$ | Total - R$ |
|---|---|---|---|
| Comércio e Industria - **ICMS** | 52,25 | 1 | **53,25** |
| Serviços - **ISS** | 52,25 | 5 | **57,25** |
| Comércio e Serviços - **ICMS e ISS** | 52,25 | 6 | **58,25** |

Fonte Portal do Empreendedor. Disponível em http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas. Acessado em 23 ABR 2020.

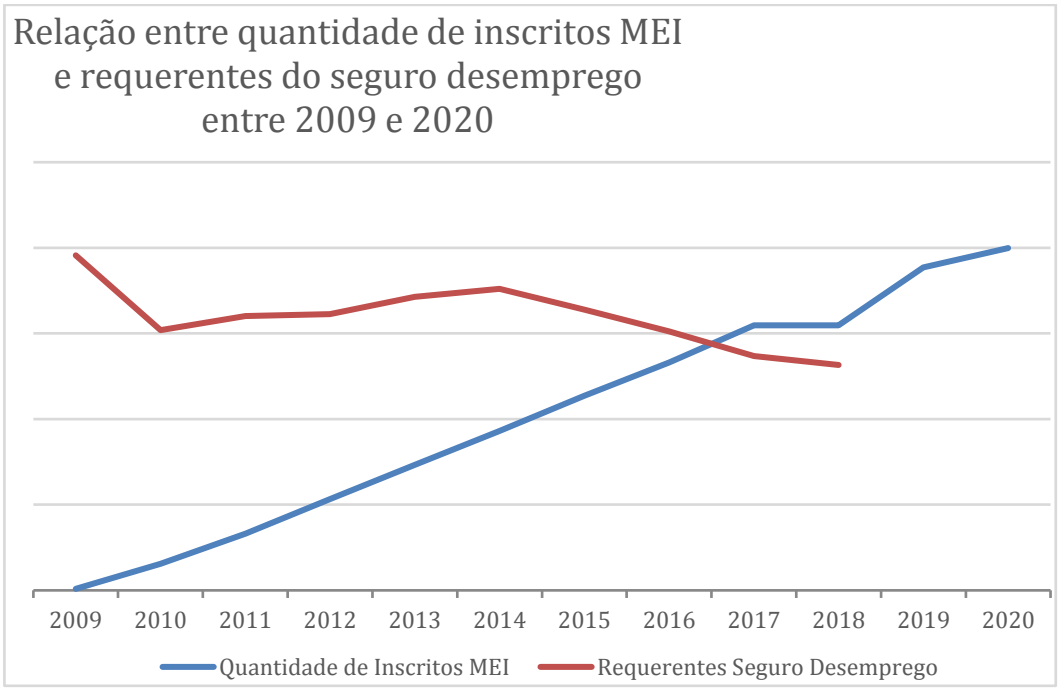


Figura 4 Gráfico gerado pelo autor. Fonte: Portal do Empreendedor e Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Disponível em http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas. Acessado em 23 abr. 2020.

A interpretação do gráfico, na figura 4, parece apresentar uma tendência do desemprego devido à desaceleração dos pedidos de seguro desemprego e do contínuo crescimento dos sujeitos que aderem ao programa de microempreendedor individual[113], sugerindo que a estratégia de promoção do autoemprego[114] através da ideologia de que o indivíduo pode ser responsável por sua própria renda vem dando resultado. No entanto, suspeitamos que a reforma trabalhista de 2017 (basicamente onde as linhas se cruzam) foi o freio para os pedidos de seguro desemprego devido ao art. 484-A § 2°[115] — da reforma trabalhista — que impossibilitou a

[113] Estes dados referem-se aos chamados desempregados, ou seja, estavam no mercado de trabalho formal e, por algum motivo, não estão mais. Há uma grande quantidade de indivíduos que também não estão no mercado de trabalho, mas não são considerados como desempregados ou porque estão voluntariamente desocupados ou porque estão fora das condições de trabalho (doentes crônicos, por exemplo). Todos aqueles que, há muito tempo, estão fora do mercado de trabalho formal porém exercem algum tipo de atividade também se enquadram nesse grupo. O escopo de nosso trabalho, no entanto, não é abordar essas variantes, apesar da importância que possam exercer no estudo.

[114] Não há uma diferença formal, na literatura, entre auto-emprego e empreendedorismo. Na prática, entendemos o autoempregado como alguém que pensa em não ter patrão e o empreendedor como alguém que deseja ser patrão. Para uma discussão sobre o conceito de auto-emprego, remetemos o leitor aos seguintes textos: "Auto-emprego e os determinantes de seu sucesso", de João Batista Pamplona; "Profissionais qualificados e experiência de autoemprego: questões de tempo e espaço", de José Roberto Gomes da Silva; "Motivação e dificuldadesrelativas ao auto-emprego: questões de gênero", de Julliane dos Santos Fuly; "Uma classificação socioeconômica para o Brasil", de José Alcides Figueiredo Santos; "Do auto-emprego ao microempreendedorismo individual: desafios conceituais empíricos", de Antonia de Lourdes Colbari.

[115] "Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas:

entrada do trabalhador no programa de seguro desemprego[116].

Ao cruzarmos a ocupação anterior do MEI com o principal motivo que levou as pessoas a se registrarem nessa categoria, observamos que os benefícios previdenciários são mais importantes para aqueles que estavam descobertos até então, como as donas de casa, os empreendedores informais e os empregados informais. 53,8% dos inadimplentes estavam cobertos pela previdência em sua ocupação anterior, 43,2% não estavam cobertos e 2,9% estavam fora do mercado de trabalho.[117]

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também apresentou uma taxa de redução da desocupação, em 2017, que poderia ser interpretada como sucesso da reforma trabalhista, mas logo podemos verificar (vide figura 4) a retomada da taxa de desocupação. Assim, nem a reforma trabalhista e nem o fomento para adesão ao programa para tornar o desempregado um microempreendedor parecem surtir o efeito desejado de geração de emprego e renda.

---

I - por metade:
a) o aviso prévio, se indenizado; e
b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas.
§ 1º A extinção do contrato prevista no **caput** deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.
§ 2º A extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego." Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acessado em: 23 abr. 2020. Grifo nosso.
Isso permite a extinção do contrato de trabalho de forma individual por comum acordo, sendo que o empregado receberá metade da indenização adicional do FGTS e metade do aviso prévio. Também poderá o trabalhador movimentar 80% do FGTS dos valores depositados pelo patrão e ficar totalmente fora do programa social de seguro desemprego. Das tratativas previstas neste artigo da reforma, a mais prejudicial do ponto de vista da segurança social do sujeito é ter que abrir mão do seguro desemprego para poder receber metade das indenizações e ter acesso a 80% do FGTS depositado. Isso cria a ilusão de que o saque do FGTS, nestes termos, poderia suprir o trabalhador, agora desempregado, no lugar do seguro em si. Fazendo com que o Governo Federal se desonere da obrigação de proteção social dos desempregados. Em sua forma ideológica este artigo também alimenta a idéia de que o desempregado pode fazer uso de recurso próprio para se autoempregar em alguma atividade e tornar-se um empreendedor.

[116] Não é nosso objeto de estudo nesta tese, mas pode ser um nicho a se explorar.

[117] Qual é a relação entre o histórico de cobertura previdencial dos MEI e a inadimplência? Disponível em: https://datasebrae.com.br/inadimplencia-do-mei/. Acessado em: 23abr. 2020.
É importante ressaltar que o recebimento de algum benefício de programas sociais, como, por exemplo, o bolsa família, benefício de prestação continuada (BPC), seguro desemprego etc., não tem correlação direta com a ocupação ou desocupação. Esses beneficiários podem, por exemplo, ser classificados como parte da força de trabalho (como ocupados ou desocupados) ou estarem fora da força de trabalho. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acessado em: 25 abr. 2020.

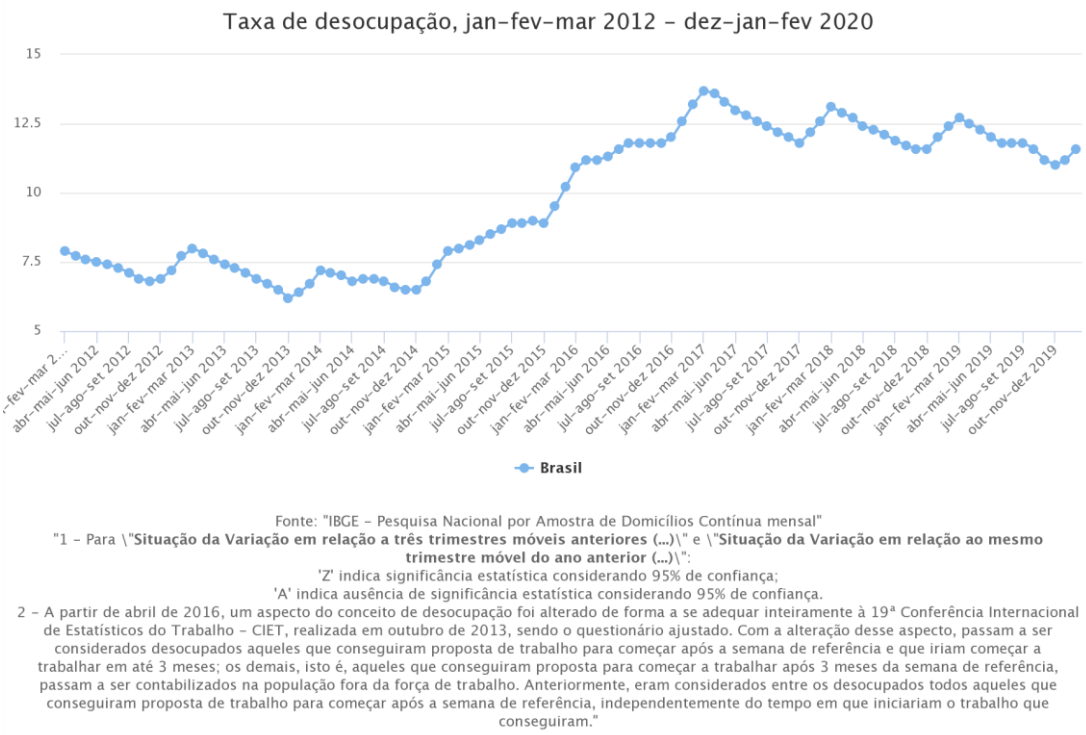


Figura 5

No bojo da discussão sobre erradicação da pobreza, De Soto (2015) argumenta que as pessoas, no caso os microempreendedores, não se revoltam porque não têm acesso ao capital. **As pessoas não rejeitam o capital e não o combatem – elas o procuram** (grifo nosso) (DE SOTO, 2015)[118]. Esse é um indício da ideologia de que as relações privadas individuais são a verdadeira mola propulsora para o desenvolvimento econômico. Entendemos que essa estratégia neoliberal procura fazer com que as pessoas pensem no privado como a solução para problemas sociais endêmicos, como a pobreza, por exemplo, e busquem o crédito como uma alternativa concreta ao suposto fracasso de programas sociais de transferência de renda.

A renda média no Brasil atualmente vem retomando tímido crescimento depois da queda em 2016, mas 2019 também teve oscilação (vide figura 5), o que nos leva a concluir que o acesso ao crédito, particularmente o microcrédito para os MEIs, também não tem cumprido com o objetivo de elevação de renda, quiçá sua garantia.

[118] De Soto parece utilizar o conceito de capital como sinônimo de dinheiro ao invés do conceito de um dos três fatores de produção como a terra e trabalho no sentido de que a economia clássica entende capital. Se é essa a abordagem de De Soto, ela é muito simplista e só explicita o caráter ideológico deste acesso ao capital.

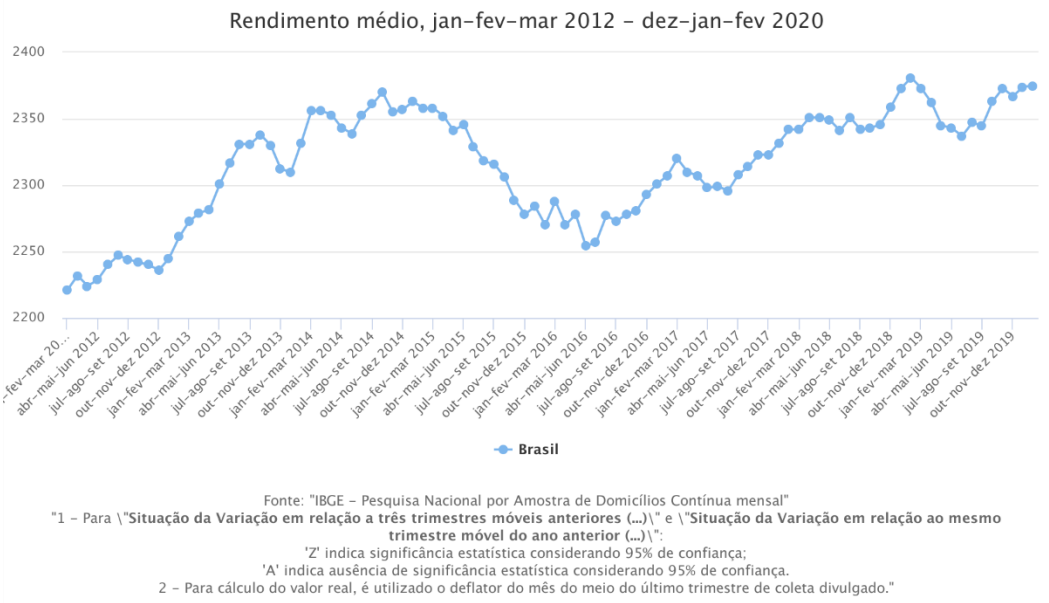


**Figura 6**

## 4.1 Pobreza

Até agora, argumentamos que a estratégia neoliberal é a disseminação de uma ideologia de individualismo que culmina em políticas públicas que incentivam os que estão fora do mercado formal de trabalha a tomarem a rédea de seu destino tornando-se MEIs e pleiteando acesso ao microcrédito como forma de geração de emprego e renda. Os dados têm mostrado, no mínimo, que tal estratégia não vem surtindo o efeito desejado. A seguir, apresentaremos um outro aspecto desta estratégia que é o entendimento sobre o que vem a ser pobreza[119].

A pobreza não pode ser determinada apenas por um viés meramente econômico ou relacional, ou seja, não basta dizer que aqueles que possuem mais posses são mais ricos do que os que não possuem, por exemplo, nenhuma propriedade, pois, além da dimensão econômica e social, também há uma dimensão antropológica que merece ser considerada.

A desigualdade trazida pela pobreza faz com que se "introduzam grandes males para corrigir outros menores" (ROUSSEAU, 2008, p. 25). Destarte, a ignorância é sempre mais bem quista que a virtude. Por isso, a dimensão ontológica da pobreza merece atenção na determinação de quem são os pobres e de como o acesso ao microcrédito faria com que saíssem do estado de pobreza.

[119] Não é o escopo desta tese aprofundar e/ou esgotar o assunto e as críticas que envolvem as pesquisas sobre pobreza no Brasil. Existe uma grande compilação de trabalhos que trata do assunto de forma mais completa e com diversas abordagens do tempo. Dentre eles, "Necessidades Humanas" de Potyara Pereira; "A Família como espelho", de Cyntia Sarti; "Pobreza e Cidadania", de Vera Telles; "Pobreza Urbana", de Milton Santos; "Para compreender a pobreza no Brasil", organizado por Victor Valla, Eduardo Stotz e Eveline Algebaile; "Dureza, pobreza, política de mulheres pobres", de Pedro Demo; "Nova Geografia da Fome", de Xico Sá e U. Dettmar.

Os economistas geralmente atribuem o aumento do consumo à melhor qualidade de vida. Não levam em consideração aspectos mais gerais como dignidade da pessoa, saúde, moradia etc. Os padrões de qualidade de vida são determinados de forma midiática e são sempre relacionados ao consumo exagerado. Na seara da ideologia neoliberal de um certo tipo de capitalismo palatável, Kotler (2010) afirma que, no futuro, as empresas que praticarem um tipo de marketing puramente voltado ao consumo, aquele que apenas visa a uma simples venda sem levar em consideração as necessidades do ser humano, tendem a desaparecer. Esse pensamento leva a crer na viabilidade do modo de produção capitalista, bem como no fato de que a solução para os problemas sociais parte do privado e não do Estado. Assim, para Kotler, a pirâmide precisa ser transformada em losango[120] (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010, p. 157-171).

Nosso entendimento sobre essa proposta de ajuste amigável no modo de produção capitalista é mera distração ideológica para que se possa, da forma mais sutil possível, justificar a exploração do trabalho e mais modernamente a sua precarização (STANDING, 2017) e o privilégio da servidão (ANTUNES, 2018). Os pobres vivem uma espécie de ambiguidade em que defrontam o seu cotidiano com as possibilidades de qualidade de vida através do consumo: "Nesta ambiguidade, neste querer-e-não-poder, os pobres estruturam sua identidade social e constroem seus valores, procurando retraduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete o que não lhes dá" (SARTI, 2012, p. 34).

O acesso facilitado ao microcrédito como **elemento de desenvolvimento regional** (JULIEN, 2010) pode contribuir para que a pobreza seja deixada de lado e proporcione melhor qualidade de vida, mas não apenas baseada em consumo. Essa é a expectativa do ponto de vista de uma estratégia neoliberal: os pobres fazendo com que eles mesmos possam se livrar da pobreza sem o auxílio do Estado[121].

---

[120] Esta perspectiva de amenização do modo de produção capitalista não é invenção de Kotler, mas de um outro empresário C.K. Prahalad na obra *A riqueza na base da pirâmide*, que tem como subtítulo o eloquente *slogan erradicando a pobreza com lucro*. Este clássico das ciências da administração incentiva a explorar as classes menos providas materialmente com produtos de mais baixa qualidade para que se crie neles um forte hábito de consumo e uma necessidade por determinado produto. Com isso, acreditava o autor que se evitaria o paternalismo e criar-se-ia um capitalismo de inclusão. Neste capitalismo de inclusão de Prahala, os pobres podem consumir produtos e serviços e, com isso, desenvolver sua autoestima e motivação empreendedora.

[121] Existe uma vertente chamada economia solidária (não é o escopo desta tese) que também se propõe a facilitar o desenvolvimento regional. Destacamos ao leitor algumas referências sobre o tema que ajudam no entendimento da questão da economia solidária. "Introdução à Economia Solidária" de Paul Singer. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. "Economia Solidária: Questões teóricas e epistemológicas" organização de Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos. Coimbra: Edições Almedina, 2011. "Economia Popula Solidáriaindicadores para a sustentabilidade" organizado por Gabriel Kraychete e Patrícia Carvalho. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. "Economia Solidária e vínculos" de Maria Isabel Lima. São Paulo: Ideias & Letras, 2013."Economia Solidária de volta à arte da associação" de João Roberto Lopes Pinto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. "A ideologia

Hoje fala-se mais em empreendedorismo do que em empreendedor, criam-se políticas de acesso ao crédito e de formalização, mas não se discute o sujeito dessa ação. Criam-se padrões e depois aplicam-nos a uma realidade[122] que não lhes adere. Não há mais a intenção de erradicar ou formalizar o trabalho informal: o objetivo passa a ser o de apoiá-lo (COLODETI e LEITE, 2016, p. 7). Nesse sentido, para Colodeti e Leite (2016), a erradicação da pobreza é o problema central da política pública que, por sua vez, deve orientar o Estado para iniciativas como o microcrédito:

> É com tais formas de ver a pobreza – tomada pelo viés da (in)capacidade individual de atuar no mercado e constituindo-se como problema central, na contemporaneidade – e a informalidade (segmento do mercado de trabalho a ser apoiado mediante políticas públicas de trabalho e renda); é com a reorientação do papel do Estado na área da política social; é com a consideração do mercado como mecanismo capaz de ‘solucionar ’os problemas econômicos da atualidade – é com tudo isso que o microcrédito ganha força e se expande no Brasil. (COLODETI e LEITE, 2016, p. 8)

A teoria pró-microcrédito constitui ferramenta básica no combate à pobreza e prioriza o empreendedorismo produtivo como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)[123]. Governos progressistas não são capazes de oferecer uma resposta adequada para o banimento da pobreza em seu meio social, pois mobilizam uma série de esforços que procuram apenas remediar um problema que é mais de ordem político-social do que propriamente econômico. Como o capitalismo tem uma extraordinária capacidade de

---

política na economia solidária” de Luiza Reis Teixeira. São Paulo: Hucitec, 2010.”Psicologia Social e Economia Solidária” de Marília Veríssimo Veronese. São Paulo: Ideias & Letras, 2008. Uma dura crítica a ideia de Economia Solidária na forma como Paul Singer a concebia é encontrada em “Para crítica da Economia Solidária” de Henrique Wellen. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

O site da atual Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia mantém uma página sobre Economia Solidária que redireciona o conteúdo para página do extinto Ministério do Trabalho que contém uma série de textos sobre o tema. Vide http://acesso.mte.gov.br/geral/publicacoes/. Acessado em 27 ABR 2020.

[122] Durkheim já fazia a crítica do método da economia política de Mill em seu livro *As regras do método sociológico*. Para Durkheim, o método dedutivo utilizado pela economia política inglesa cria modelos abstratos para explicar determinado fenômeno social (o fato social, segundo sua teoria sociológica) e tais modelos, com frequência, não correspondem à realidade social. A crítica de Durkheim à lógica dedutiva ainda é pertinente se levarmos em consideração as variações da economia política das escolas austríacas e walrassianas e, mais recentemente, os modelos puramente econométricos das propostas neoliberais – estas propostas estão embasadas em modelos dedutivos de comportamentos de mercado que não levam em consideração a participação social na geração de determinado fato social.

[123] O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído, no âmbito do então Ministério do Trabalho, tem como objetivo apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado. O Programa está inserido no contexto do projeto de massificação do microcrédito no Brasil, com objetivo de promover a bancarização da sociedade brasileira e a democratização do crédito no país, e foi atualmente reformulado pela Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018. As operações são direcionadas a pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas urbanas e rurais, de forma individual ou coletiva, com faturamento de até R$ 200 mil. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atuacao-spe/microcredito. Acessado em: 23 abr. 2020.

adaptação às crises e de absorção às críticas que lhe são dirigidas ao transformá-las em argumentos que justifiquem seus mecanismos de ação, uma ideia econômica surge como solução para a questão da pobreza: o acesso ao capital.

A hipótese que estamos sustentando, porém, é a de que o microcrédito é incapaz de cumprir com a função social de erradicar a pobreza. Isso se deve, em grande parte, à proposta neoliberal de atribuir responsabilidade ao indivíduo para que ele mesmo seja o sujeito de sua emancipação material.

## 4.2 Função Social

Uma premissa desta tese é a de que o microcrédito não cumpre sua função social, pois é utilizado junto com as formas ideológicas de empreendedor e empoderamento. Essa sutilidade faz com que o microcrédito deixe de ser uma transferência de renda, como uma política social, e passe a ser apenas mais um produto bancário, isto é, mais uma fonte de acumulação de capital por parte dos bancos.

Um objeto ou uma determinada política passa a ter uma função social quando atende a interesses de toda sociedade. É comum encontrarmos referências à função social da propriedade na forma constitucional do art. 5° inciso XXIII[124], não sem antes garantir o direito de propriedade, o qual só pode ser defendido se a propriedade em questão atender a um fim social, ou seja, se tiver uma função na sociedade. Então, uma propriedade rural que não estiver produzindo de alguma forma bens e serviços que atendam a uma necessidade social (alimentação, trabalho, turismo) é passível de ser desapropriada para que outro possa realizar, nesse espaço, uma função que atenda aos requisitos de necessidade da sociedade. Parece-nos, assim, que essa "definição" mais se aproxima de um princípio e pode ser interpretado de diversas maneiras.

Adotamos, para fins de sustentação de nossa hipótese, a função social como uma relação jurídica[125]. Dessa forma, não há outro caminho para entender o que pretendemos utilizar como

[124] "XXIII – a propriedade atenderá a sua função social".

[125] Nesta tese, optamos por nos afastar da ideia funcionalista em Durkheim (vide: *As regras do método sociológico*. capítulo 5. Petrópolis: Editora Vozes, 2019. p 112-141) e de Radcliffe-Brown em *Estrutura e função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. E mesmo a de Florestan Fernandes em *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006. Entendemos que essas abordagens sociológicas e antropológicas estão relacionadas a relações sociais entre indivíduos numa sociedade primitiva e não entre indivíduos e Estado, uma relação jurídica contratual como sucede com o microcrédito. Por isso, amparamo-nos no direito constitucional e na teoria dos status de Jellinek na construção de um conceito que possa explicar a função social com base nestas relações entre o indivíduo e o Estado.

definição de função social sem discutir a relação entre o cidadão e o Estado, ou ainda, no que tange ao escopo desta tese, a relação entre o sujeito e a tomada de crédito. Para justificar essa relação, utilizamos a teoria dos status de Jellinek[126], que descreve a relação entre o Estado e o cidadão através de uma espécie de qualificação que o Estado faz do cidadão. Com isso, o cidadão, frente ao Estado, tem a capacidade de exigir ou não uma ação do Estado.

São quatro os status que Jellinek define: status passivo, status negativo, status positivo e status ativo. Para nossa definição de função social, trataremos apenas do status positivo: "O indivíduo está inserido nesse status sempre que o Estado a ele 'reconhece a capacidade jurídica para recorrer ao aparato estatal e utilizar as instituições estatais, ou seja, [quando] garante ao indivíduo pretensões positivas'" (ALEXY, p. 263-264).

Se o indivíduo tem a capacidade de exigir do Estado pretensões positivas, ele está inserido no status positivo. Isso significa que o indivíduo é percebido pelo Estado como um detentor de direitos e possui condições de exigir que atenda a essas pretensões. Destarte, se o indivíduo é dono de propriedade, por exemplo, ele pode requerer o direito de utilizá-la. No entanto, essa capacidade de reclamar as pretensões positivas é limitada pela verificação que constatará se a referida propriedade cumpre com requisitos que atendam a sociedade como um todo.

Assim, se nos apropriarmos da definição de Jellinek, podemos definir a função social, no escopo desta tese, como sendo a capacidade do indivíduo de ver cumprida materialmente uma necessidade particular, mas que faz parte de uma necessidade social mais ampla. A função social cumpre-se quando o indivíduo é reconhecido pelo Estado com capacidade de reclamar uma ação positiva que o atenda de forma individual, mas que corresponde a uma realização social mais ampla. Nessa definição, encaixa-se a propriedade privada da terra e dos meios de produção, desde que eles possam realizar empregos e renda, que é uma necessidade individual, mas que atende aos anseios de toda a sociedade. Caso isso não aconteça, não é realizada a função social.

O microcrédito é o meio material que tem a pretensão de fazer com que o indivíduo possa realizar, através de seu acesso, emprego e renda, e isso é de interesse de toda a sociedade. Mas, na forma em que o microcrédito é disponibilizado, ou seja, como um produto bancário que necessita de um plano de negócio, uma análise de risco e, em alguns casos, a exigência de garantias de pagamento, essa função vai perdendo força até momento em que o tomador do microcrédito torna-se um endividado sem possibilidades de restituir o empréstimo.

[126] Para detalhes sobre essa teoria, verificar o capítulo 5 da obra "Teoria dos Direitos Fundamentais" de Robert Alexy.

Desempregado, sem renda e também endividado, o empreendedor não constata a função social do microcrédito, pois ao invés de conseguir agregar valor social através de seu empreendimento, ele apenas é um devedor bancário. Mesmo que sejam apresentados dados (NERI, 2008, p.231) que digam que o microcrédito possibilitou renda e emprego para determinado grupo, ele falha em sua função social por não ter uma ampla inserção social. Atende apenas a determinados seguimentos, como os MEIs, por exemplo, e não a todos os indivíduos que estejam no status positivo segundo a definição de Jellinek que apresentamos acima. Esses dados, portanto, confirmam a tese do não cumprimento da função social do microcrédito.

### 4.3 Os significados do microcrédito

O crédito não é uma instituição recente. Desde a antiguidade, as relações comerciais basearam-se na legitimidade das relações mercantis, de modo que a confiança e o aval eram respeitados e imprescindíveis numa relação comercial. Com o aumento das relações mercantis e sua complexidade, a *Lex Mercatoria*[127] começou a exigir garantias materiais para assegurar as transações. Com isso, o instituto do crédito passa a exercer características não apenas pautadas na confiança, mas também nas garantias materiais de tal confiança. Hoje, passados séculos, essa dinâmica ainda não mudou.

Nessa esteira, Jean-Michel Servet (2009) fornece-nos uma definição atualizada do que vem a ser microcrédito:

> O termo microcrédito designa empréstimo de pequeno valor concedidos a grupos de pessoas solidárias, ou a tomadores de empréstimos individuais, por instituições que podem ser organizações não-governamentais, bancos ou programas públicos. O público-alvo manifesto dos programas de microcrédito é constituído de pessoas ou grupos que detenham baixa renda ou sofram discriminações sociais e culturais. Em países onde vastos segmentos da população tenham sofrido um empobrecimento acentuando (por exemplo, Argentina ou Estados da Europa Central e Oriental), o microcrédito destina-se amplamente aos "novos pobres" das camadas instruídas. Nos países "em desenvolvimento", a maior parte da população encontra-se em situação de exclusão financeira e constitui clientela potencial do microcrédito. Nos países "desenvolvidos", onde o número de assalariados é dominante, o microcrédito destina-se a uma proporção limitada dos trabalhadores, e o auto-emprego não passa de uma solução limitada à questão do desemprego e dos trabalhadores pobres. (SERVET, 2009, p. 243)

[127] A *Lex Mercatoria* foi um sistema jurídico estabelecido entre comerciantes europeus na idade média até o século XVII. Seu propósito era regular as relações comerciais com base na boa fé entre as partes. Ver *Les Principes Généraux de la Lex Mercatoria,* de Osman Filali. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1992.

Identificamos, portanto, quatro momentos distintos em que o empréstimo de pequeno valor pode ser realizado. Primeiro, para o público de baixa renda ou que esteva em condição de vulnerabilidade social. Segundo, para aqueles que Servet chama de "novos pobres"[128], ou seja, pessoas de camadas sociais que estavam em situação de vulnerabilidade social[129] antes de se tornarem pobres. Terceiro, para o mercado dos países em desenvolvimento, vistos como clientes potenciais do sistema financeiro, onde é comum a condição de exclusão financeira. Quarto, para os países desenvolvidos, porém, Servet faz a ressalva de que, em tal contexto, seu alcance é limitado, tendo em vista que, nesses países, a mão de obra assalariada é dominante[130].

A primeira definição de Servet que destacamos acima tem um caráter geral e é ela que comumente figura na literatura sobre o tema. A segunda definição, ou alcance atual do microcrédito, diz respeito ao que Servet classificou como "novos pobres", que, segundo o autor, são pessoas instruídas, ou seja, que não se encontravam em situação de vulnerabilidade social antes de se tornarem "novos pobres". O terceiro grupo que o microcrédito alcança, na definição de Servet, são aqueles de países "em desenvolvimento", que tem boa parte da parcela da população excluída do sistema financeiro, ou seja, são potenciais clientes para instituições financeiras que procuram aumentar lucros por meio de produtos financeiros de microcrédito.

O que Servet (2009) não descreve, porém, é que tanto para os "novos pobres" quanto para os potenciais clientes do microcrédito é necessária uma análise de risco (ou risco moral ou

---

[128] Mapeando o perfil dos chefes das famílias de "novos pobres", o Banco Mundial aponta que esses brasileiros não eram miseráveis em 2015. Eles têm nível de qualificação — 38,2% concluíram pelo menos o Ensino Médio — muito próximo ao da camada de não pobres, dos quais 41,3% têm, no mínimo, escolaridade média. Os "novos pobres" tinham trabalho dois anos atrás, mas entraram para as estatísticas dos desempregados. Disponível em: https://nacoesunidas.org/numero-de-pobres-no-brasil-tera-aumento-de-no-minimo-25-milhoes-em-2017-aponta-banco-mundial/. Acessado em: 16 abr. 2020.
O FGV Social, com base em dados de junho de 2018, afirma que a miséria subiu 33% nos últimos 4 anos e que, neste intervalo, surgiram cerca de 6,3 milhões de novos pobres. Disponível em: https://cps.fgv.br/Pobreza-Desigualdade, Acessado em: 16 abr. 2020.

[129] Para uma diferença entre quem está na condição de pobreza e quem está em estado de vulnerabilidade social apresentamos, a análise de Glewee e Hall faz-se fundamental: "Poverty concerns one's current socio-economic status, while vulnerability focuses on changes in socio-economic status. The poor are not necessarily vulnerable; for example, subsistence farmers in remote areas are usually poor but their relatively autarchic status limits the impact of national and international economic events. The literature on poverty and vulnerability focuses on the intersection, i.e., on groups that are already poor and more likely to experience larger than average declines in socio-economic status. Little concern is shown for non-poor households that may also be vulnerable." Paul Glewwe and Gillet Hall "Are some groups more vulnerable to macroeconomic shocks than others? Hypothesis tests based on panel data from Peru" in *Journal of Development Economiccs*. Vol 56 (1998) p. 181-206. Ver também o artigo "Vulnerability and poverty:a few ditinctions" de Jean-Yves Duclos. Disponível em: https://www.pep-net.org/sites/pep-net.org/files/typo3doc/pdf/I-vulnerability-poverty-duclos.pdf. Acessado em: 26 abr. 2020.

[130] Este quadro vem mudando na Europa e nos EUA como atesta a OIT. Vide OIT alerta para precarização do emprego em nível mundial. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/13/economia/1550088419_496910.html. Acessado em: 27 abr. 2020.

assimetria de informações), bem como as garantias materiais para acesso ao crédito, e quanto maior o volume de capital solicitado, maiores as exigências. Portanto, esse processo deixa evidente que, após o acesso ao crédito, o empreendedor precisará lidar com os juros do empréstimo.

Para aqueles que não conseguem passar pela análise de risco e/ou não possuem garantias materiais que sustem o crédito, o acesso ao capital torna-se apenas um ideal. Doravante, no Brasil, milhões estão à margem desse processo financeiro. O MEI, que passa pelo crivo da análise de risco e possui garantias para ter acesso ao crédito, desiste dele porque a taxa de juros lhe é inviável.

Destarte, podemos deduzir que a concessão de crédito pode ser um bom negócio apenas para as instituições financeiras. Nesse bojo, algumas instituições (como o Banco do Nordeste, por exemplo) mudam a tradicional visão de concessão de política de crédito e passam a "explorar" um seguimento de mercado constituído, geralmente, de pessoas que tradicionalmente não teriam como obter acesso ao crédito. Esse produto novo do mercado financeiro chama-se microcrédito.

### 4.3.1 Breve histórico do microcrédito no Brasil[131]

Segundo relato do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a experiência de microcrédito no Brasil inicia-se em 1973, quando a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, nas cidades de Recife e Salvador, implementou o chamado Programa Uno, que tinha por finalidade o setor informal urbano da cidade de Recife e Salvador, cedendo crédito e fornecendo capacitação aos pequenos empreendedores. Esse projeto, que funcionou de 1973 a 1991, é geralmente tido como marco do sistema de empréstimo de microcrédito no Brasil. Desde então, podemos encontrar 4 fases da implementação do microcrédito no Brasil.

A primeira é a que compreende o período de 1973, com o Programa Uno até 1988, onde o objetivo era o de era oferecer orientação aos empreendedores informais e não visava, em primeira instância, a um retorno financeiro pelos créditos emprestados. Era uma espécie de assistencialismo social e funcionavam por meio de ONGs (Organizações Não-Governamentais) que fomentavam o associativismo e as cooperativas de crédito. A segunda fase vai de 1989 a

[131] Essas informações foram compiladas a partir de dados do BNDES e da atual Secretaria do Trabalho vinculada ao Ministério da Economia. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil. Acessado em: 5 maio 2020. Disponível em: http://trabalho.gov.br/empreendedorismo/pnmpo/microcredito-aspectos-historicos. Acessado em: 5 maio 2020.

1997 e já possui outra envergadura. Neste período, os governos estaduais e municipais passam a se interessar pelo assunto e começam a criar os chamados “Bancos do Povo”, atividade financeira que se restringe ao Governo. É somente com os projetos neoliberais de desregulamentação do sistema financeiro é que passa a haver operações de microcrédito no âmbito de bancos privados. Na terceira fase, de 1998 a 2002, cria-se o marco legal para que as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), lei 9.790/99, pudessem entrar no mercado financeiro de microcrédito. Nesse período, as Cooperativas de Crédito tiveram que se adequar à norma para poderem continuar operando no setor:

> A primeira norma expressiva que tenta regularizar o tema Microfinanças/Microcrédito é a lei 9.790/99, a lei das OSCIP, quando determina: Art. 3o A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades: (...) VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.[132]

Esse dispositivo, portanto, apresenta uma série de possíveis interpretações por não definir o que vinham a ser“ experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e sistema alternativos de produção”, que bem poderiam ser uma alusão ao microcrédito e ao microempreendedor. Essa questão só é sanada com o advento da MP 121, de 2003, convertida na lei 10.738 de 2003, que procura estabelecer uma definição de microfinanças:

> Art. 1º Fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a criar, nos termos do art. 251 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, duas subsidiárias integrais, a saber:
> I - um banco múltiplo, com o objetivo de atuação especializada em **microfinanças, consideradas estas o conjunto de produtos e serviços financeiros destinados à população de baixa renda, inclusive por meio de abertura de crédito a pessoas físicas de baixa renda e microempresários, sem a obrigatoriedade de comprovação de renda**;[133]

[132] Disponível em: http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Diagnostico_Marco_Legal_Microfinancas.pdf. Acessado em: 5 maio 2020.
[133] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.738.htm. Acessado em 5 maio 2020. Grifo nosso.

Já estamos no segundo ano de mandato do Governo Lula, que irá culminar com a lei 11.110/2005, que irá formalizar finalmente o microcrédito no Brasil. Desde então, estamos na quarta fase de implementação do microcrédito no Brasil, a qual teve reestruturação da lei 11.110/2005 por meio da lei 13.636 de 2018[134] no Governo Michel Temer, cujo parágrafo segundo do artigo primeiro permite o acesso ao microcrédito produto a microempresários com faturamento anual de até R$ 200 mil.

### 4.3.2 Perfil do tomador de microcrédito

Observamos na seção anterior que, desde os anos 70, no Brasil, vem sendo feitos esforços para que pessoas que desenvolvam atividade informal possam tomar crédito para dar continuidade a suas atividades laborativas. Nesse período, a intenção é apenas a de orientar e não "explorar" comercialmente esses indivíduos por meio de produtos bancários. Nesse sentido, as associações e as cooperativas tiveram um papel fundamental. Com o aumento do volume de transações, os governos estaduais e municipais começaram a ofertar crédito para fomentar algum tipo de atividade produtiva do indivíduo. Também pudemos observar que, com o advento do neoliberalismo e a lei 13.636 de 2018, o microcrédito passa a ser um produto bancário estendido a indivíduos que possuam faturamento anual de até 200 mil reais.

Nesses quase 50 anos de implementação de microcrédito no Brasil, o perfil do tomador de crédito foi bastante alterado. Hoje, ele não é necessariamente uma pessoa pobre[135], mas precisa desenvolver uma atividade produtiva, seja formal ou informal. Partindo de dados levantados por Lopes, Sá e Santiago (2020)[136] para os tomadores de microcrédito do programa Crediamigo na cidade de Petrolina – CE no ano de 2018 — fizemos uma compilação dos percentuais mais destacados nas diversas tabelas por eles apresentadas e chegamos à figura abaixo:

---

[134] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm. Acessado em: 5 maio 2020.

[135] Quem tem faturamento de até 200 mil reais no ano é pobre? Tomando esse valor como limite superior, podemos supor que o indivíduo pode ter um faturamento médio mensal de R$ 16 mil. Como se trata de empreendimento, há despesas de fornecedores, funcionários etc. Como isso, é extremamente variável e depende do empreendimento, se "sobrar" R$ 5 mil reais como renda líquida a este empreendedor, estamos falando de um indivíduo que se posiciona bem acima do rendimento médio apresentado apresentado na figura 5 deste capítulo, que seria pouco mais de R$ 2.350,00.

[136] Dados obtidos em "O perfil dos empreenderores tomadores do Crediamigo em uma cidade do sertão nordestino". Disponível em: http://revistaopara.facape.br/article/viewFile/252/148. Acessado em: 4 maio 2020.

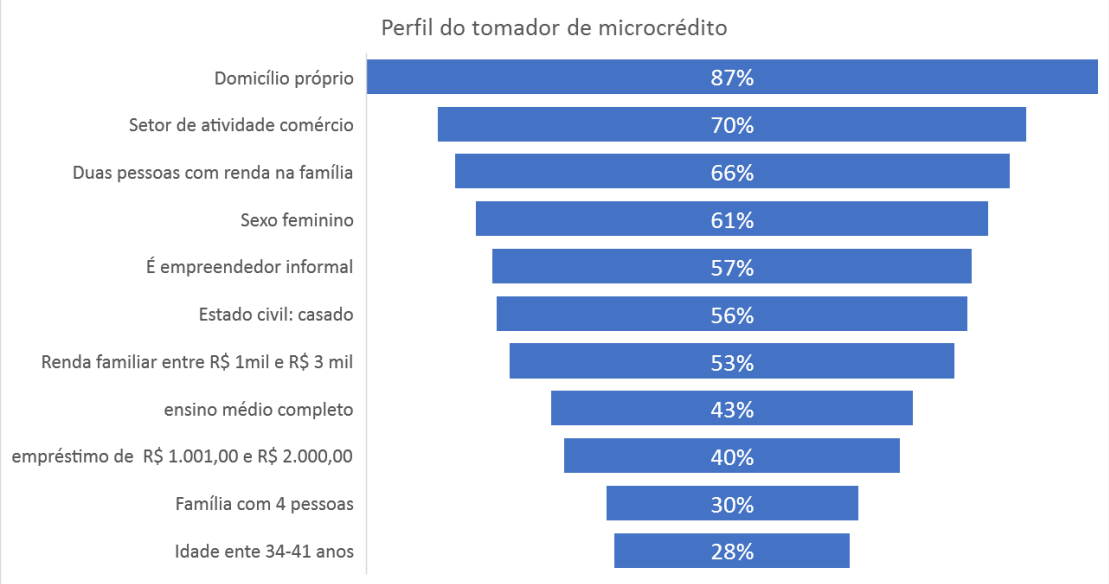


Figura 7 Gráfico gerado pelo autor a partir de dados obtidos de "O perfil dos empreendedores tomadores do Crediamigo em uma cidade do sertão nordestino". Disponível em: http://revistaopara.facape.br/article/viewFile/252/148. Acessado em: 4 maio 2020.

A partir dos dados dispostos acima, observamos, então, que o perfil do tomador de microcrédito, em termos gerais e aproximados, não é exatamente o pobre, tendo em vista, inclusive, o fato de que a pobreza não se limita a somente a aspectos de renda, mas também a condições de vida e de acesso a serviços básicos. Pela compilação dos dados que apresentamos, notamos que os indivíduos tomadores de microcrédito no programa Crediamigo, mas podemos inferir para o gral, não são exatamente pobres sem condições de geração de renda e desprovidos de recursos materiais. Pelo contrário, o que observamos é o acesso de indivíduos que bem poderiam ser classificados como "novos pobres" (SERVET, 2009, p. 243), os quais foram marginalizados por políticas neoliberais e que buscam uma forma de empreender por necessidade e não por oportunidade. Também é importante notar, como já dissemos anteriormente, que o empreendedor não é um sujeito que procura uma ocupação para fugir ao desemprego e à pobreza, mas, ao contrário, o empreendedor schumpeteriano que apresentamos anteriormente é aquele do tipo que empreende por oportunidade, ou seja, é aquele que efetivamente promove uma inovação que modifica o atual equilíbrio de concorrência econômica.

Assim, podemos concluir que o perfil do tomador de microcrédito está afastado daquele estereótipo do sujeito em condição de vulnerabilidade social ou mesmo miséria, sem reais possibilidades de obter seu sustento, dependo do favor de uns ou da caridade de outros. Ainda

de acordo com figura anterior, podemos observar que o perfil indica pessoas que possuem família, a qual já apresenta uma renda básica (seja ela qual for). A maioria é de mulheres e uma parte delas é casada formalmente. Ademais, também possuem imóvel próprio em sua maioria e escolaridade média completa. Esses fatores são indicativos, em nossa visão, de uma condição que não permite a imediata reposição no mercado de trabalho formal, além disso observamos que também são as mais suscetíveis de sofrerem a influencia da ideologia de meritocracia, associada a uma falsa concepção de empoderamento e do conceito de empreendedor.

### 4.3.3 O produto financeiro chamado microcrédito

Neri (2008, p. 29) e Monzoni (2008, p. 30-31) trazem a lume a discussão e apresentam algumas das possíveis interpretações do que venha a ser microcrédito. Vejamos algumas:

1) O microcrédito pode consistir em serviços financeiros de pequena escala e com valores baixos.
2) O microcrédito é aquele concedido a pessoas de baixa renda.
3) O microcrédito é uma concessão de empréstimos de valor relativamente pequeno para atividade produtiva.

A primeira definição tem um apelo subjetivo muito forte, pois cada instituição financeira pode ter sua própria definição de “pequena escala” e de “valores baixos”, o que pode incluir determinados grupos de pessoas e excluir outros. A segunda definição também pode trazer discrepâncias quanto ao entendimento de “baixa renda”, sobre o qual cada instituição pode ter seu próprio critério de classificação. A terceira definição atrela duas condições: o valor do montante a ser emprestado, que é “relativamente pequeno”, e sua utilização em uma atividade produtiva. Eis aqui o ponto de discussão.

Ninguém diz, mas esse produto financeiro chamado microcrédito é condicionado ao uso produtivo, ou seja, ao investimento em alguma atividade e/ou à manutenção de uma atividade do tipo comercial ou de prestação de serviços para geração de renda e trabalho.

Destarte, as discussões que se apresentam acerca de uma definição de microcrédito apenas refletem sobre seus limites, mas o que define o produto microcrédito é seu uso, ou seja, a destinação que é dada a ele. Por isso, Monzoni (2008, p. 31) fala que frequentemente o

microcrédito é confundido com o de crédito popular, sendo que o primeiro tem destinação para fins produtivos e o segundo, para consumo e/ou para pagamento de dívidas.

Por isso, os autores relacionam o microcrédito como sendo aquele que é concedido a microempresas para fins de manutenção de suas atividades produtivas. Assim, os valores a serem concedidos não dependem da vontade ou da simples solicitação do microempresário, mas da capacidade operacional de sua microempresa. Nesse caso, a análise de concessão de crédito não se baseia em termos absolutos, no risco moral e nem nas garantias materiais do empréstimo, mas na viabilidade do negócio em que ele será empregado.

As instituições financeiras estarão atentas para atender à microempresa que entende o negócio e vê nele oportunidades de geração de renda e geração de emprego. Aqueles que apenas veem o acesso ao microcrédito como uma saída temporária ao desemprego podem ter suas expectativas frustradas com relação ao acesso de microcrédito. Nesse contexto, as ações do Banco do Nordeste, estão[137] perfeitamente integradas ao plano Brasil sem Miséria[138] (SOUZA, 2016).

Esta observação pode gerar um paradoxo para a defesa do acesso ao microcrédito como um dos pilares para o combate ou erradicação da pobreza, pois aqueles que pretendem ter acesso ao microcrédito para obterem uma ocupação temporária por conta do desemprego podem não conseguir acesso à verba, permanecendo na pobreza. Esse, por exemplo, poderia ser o caso de um mecânico que perde o emprego, fica sem acesso ao seguro desemprego e resolve comprar uma máquina de assar frangos para, a partir dessa ocupação, obter renda para sua família. Porém, quando o mercado absorvê-lo novamente como mecânico, ele simplesmente abandona a ocupação de vendedor de frangos e passa a ser assalariado novamente[139]. Nessa perspectiva, o indivíduo que "pede as contas" porque vê na ocupação de vender frangos assados uma oportunidade de negócio e crescimento (um restaurante no futuro) tem mais o perfil de acesso

[137] O Programa desembolsou um total de R$ 36, 05 bilhões de reais em 2019, contra apenas R$ 360, 02 milhões de reais até o primeiro trimestre de 2020. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-de-governo/24-brasil-sem-miseria?ano=2020. Acesso em: 27 abr. 2020.

[138] Em dois de junho de 2011, o Governo Federal lançava o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), com o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O Plano organizava-se em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres. Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/labgov/inovacoes/cases/66-estrategia-de-monitoramento-analitico-do-plano-brasil-sem-miseria-e-programas-do-mds-2. Acessado em: 23 abr. 2020.

[139] Esta seria a diferença entre o que chamamos de "empreendedor por oportunidade" e o "empreendedor por necessidade". O primeiro tem capital e através de inovação encontra novas oportunidades de negócio. O segundo não tem escolha, sem capital e desempregado a necessidade de obtenção de renda faz com que este mude de profissão ou de uma ocupação tradicional para se dedicar a outra.

ao microcrédito do que o anterior[140].

### 4.4 Revisão da literatura nacional sobre microcrédito

Agora apresentaremos um conjunto de autores nacionais que construíram visões diferenciadas acerca do microcrédito, mas, de certa forma, convergem para uma mesma conclusão, a de que o microcrédito pode sim ser uma ferramenta eficiente na erradicação da pobreza. A justificativa destes autores é o caráter científico atribuído às suas pesquisas e ao levantamento empírico de dados, fato que nos abstemos de fazer nesta tese.

Não existe um consenso absoluto sobre o sucesso do acesso ao microcrédito para os mais pobres. O CGAP (Consultative Group to Assist the Poor), que é um parceiro do Banco Mundial para questões de microcrédito, em seu site na parte de FAQ, coloca uma questão interessante: *What is the impact of financial inclusion?*[141] A resposta é igualmente interessante:

> First, financial inclusion can contribute to poverty alleviation by bringing financial products and services within reach of people living in poverty. For example, households without access to other forms of a social safety net may obtain credit, insurance, use a savings account or receive money from relatives via payment services, which help them better manage financial shortfalls and emergencies, thereby building resilience. Second, it can contribute to poverty reduction – that is, bring people out of poverty on a sustained basis when they can use financial services that help them to grow their businesses and invest in education.

O primeiro ponto estabelece que a inclusão financeira passa pelo "produto bancário", uma conta com a qual os pobres podem receber ajuda financeira de outras pessoas, obter crédito etc. Dessa forma, os pobres podem gerenciar melhor seus ativos financeiros. No Brasil, um exemplo deste tipo de inclusão financeira é o Banco Postal[142]. Esse produto inseriu no mapa do setor financeiro milhares de pessoas que não tinham como abrir uma conta corrente padrão em bancos. De forma geral, essas pessoas não têm comprovante de endereço, tampouco comprovante de renda. Destarte, era impossível poder receber valores de qualquer espécie

[140] Seria necessários dados empíricos parasustentar esta hipótese, mas o discurso teórico sobre o acesso ao microcrédito remete somente ao segundo perfil citado acima.

[141] Disponível em https://www.cgap.org/about/faq. Acessado em 12 set 2019.

[142] O Banco Postal no Brasil foi criado em 2002. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em parceria com a instituição financeira privada Bradesco, começou a oferecer diversos serviços bancários, como conta corrente, recebimento de pagamentos de títulos e convênios, cartões de crédito e pagamento de salários e benefícios do INSS. A premissa básica dessa parceria é a inclusão bancária de milhões de brasileiros em localidades nas quais não havia agências nem correspondentes bancários. Em 31 de maio de 2011, o Banco do Brasil venceu a nova licitação do Banco Postal e assumiu o serviço durante cinco anos e meio, desde 2 de janeiro de 2012. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Postal. Acessado 20 set. 2019.

(salários, por exemplo) por meio do sistema bancário. Então parece que o produto financeiro é algo positivo para os mais pobres. O segundo ponto é o aspecto mais polêmico: ele afirma que é possível tirar as pessoas da pobreza de forma sustentada quando elas puderem usar os ativos financeiros para alavancar seus negócios. Eis o ponto polêmico: não há um acordo sobre a eficácia desta medida.

Nesta seção, apresentaremos alguns autores que, ao longo das pesquisas, mostraram-se relevantes para entender o microcrédito tanto por par daqueles que apoiam a iniciativa e quanto daqueles que tecem críticas a esse tipo de acesso ao crédito. Durante a fase de pesquisas, observamos que a maior parte dos pesquisadores brasileiros tem, no microcrédito, um aliado no combate à pobreza[143].

Dentre os pesquisadores nacionais, o que possui maior projeção e publicações ligadas ao microcrédito é Marcelo Neri[144]. Neri (2008, 2016) possui vários artigos e capítulos de livros ligados ao tema do microcrédito. Sua defesa a programas de transferência de condicionada de renda e sua proposta de mecanismos de crédito social fazem dele grande expoente do microcrédito no Brasil. Seu principal trabalho nessa seara é a organização da coletânea de artigos *Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro,* a qual é um esforço coletivo coordenado por Neri para demonstrar a viabilidade do acesso ao microcrédito, porém, não sem percalços. Os autores coordenados por Neri partem da análise dos dados de empréstimos de microcrédito do programa CrediAmigo[145] do Banco do Nordeste, sendo que, para eles, o programa é uma ferramenta de auxílio sustentável contra a pobreza:

> O programa CrediAmigo do Banco do Nordeste do Brasil oferece uma excelente oportunidade para se investigar os condicionantes que podem **facilitar a fuga da pobreza**, não só por sua metodologia creditícia se basear em acompanhamento e orientação, mas também por dispor de um conjunto de informações confiáveis sobre o cliente, o crédito, o tipo de negócio e sua localização. Outro atrativo do programa CrediAmigo é sua característica auto financiadora. O programa não recebe benefícios fiscais, já que o *funding* é de mercado, e todas as demais despesas administrativas são cobertas pelas receitas geradas pelos juros cobrados dos clientes. O programa é tratado internamente como uma unidade de negócios, tendo gestão própria, que produz balanços gerenciais específicos devidamente verificados por auditoria externa. (TEIXEIRA, SOARES e BARRETO in NERI e outros, 2008, p.

[143] Observamos a mesma tendência em autores da Espanha, França e Itália. O mesmo não ocorrendo com autores americanos e ingleses, que tecem severas críticas ao microcrédito como forma sustentável de combate à pobreza como indica CGAP. Optamos, porém, por tratar apenas de autores nacionais para ilustrar o aspecto otimista com relação ao microcrédito em nosso meio.

[144] Neri foi presidente do IPEA entre os anos 2012 e 2014 e foi ministro de assuntos estratégicos entre 2013 e 2015.

[145] O Crediamigo tem sua atuação fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal, que tem a finalidade de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/crediamigo/sobre . Acessado em: 12 fev. 2016.

232. Grifo nosso)

Do ponto de vista social, os autores, através dos dados coletados do programa CrediAmigo, sustentam que, se for bem aplicado, o microcrédito pode sim desempenhar uma função social que permite alavancar a renda dos pequenos proprietários e melhorar as condições de vida dos tomadores de microcrédito. Parece-nos que essa abordagem otimista é pautada na crença de De Soto (2000), segundo o qual os pobres não lutam mais contra o sistema capitalista e suas diferenças sociais, mas lutam para ter acesso ao capital para que possam prosperar. Outro fato a se observar nesta abordagem é que o acesso ao microcrédito só é permitido àqueles que irão empregar o capital produtivamente, ou seja, em alguma atividade mercantil. Se o tomador de microcrédito apresentar a necessidade de investir o capital na educação dos filhos ou na manutenção da saúde familiar, o acesso a ele é negado. Destarte, podemos questionar a real função social do acesso ao microcrédito:

> As experiências demostram que o microcrédito for bem aplicado funciona como uma alavanca para a **melhoria da renda e das condições de vida dos seus clientes**. São muitos os casos em que esses programas geraram uma verdadeira revolução, ao ajudarem milhares de pessoas a **sair da pobreza e mesmo da indigência**. O microcrédito promove uma espécie de **choque de capitalismo nos pobres**, permitindo aos sem capital **acesso a capital produtivo**. Com recursos e confiança, o pobre consegue realizar investimentos que podem servir de porta de saída estrutural da pobreza. (NERI e outros, 2008, p. 33. Grifos nosso)

A apresentação de dados é um item a se destacar. A partir de análises dos dados obtidos do programa CrediAmigo, são apresentados gráficos e tabelas que parecem demostrar a real possibilidade do acesso ao microcrédito no processo de combate à pobreza. Porém, o capítulo 4 argumenta que nem tudo é possível de se realizar na questão de acesso ao microcrédito. Com um título instigante, o capítulo em questão, escrito somente por Marcelo Neri, fala dos determinantes do microcrédito, garantias e o mistério do capital (NERI e outros, 2008, p. 109-142).

Em um texto carregado de análises estatísticas, o autor nos fala da necessidade de se criar mecanismos de garantias para os tomadores de microcrédito. Muitos são os que têm o acesso ao crédito negado por não possuírem um bom histórico de pagamento e por não terem ativos para apresentar como garantia bancária. Nesse sentido, o autor resgata a ideia de “capital

morto"[146], de Hermano De Soto[147], para alimentar seu modelo matemático de como o mercado fica alijado de crédito devido à excessiva proteção da legislação brasileira em proteger os donos da casa própria da dolorosa retomada do imóvel em caso de inadimplência (NERI *et alii*, 2008, p. 122)[148]. O modelo não pode verificar, no entanto, as variáveis de mercado que determinam as efetivas condições de pagamento, principalmente em se tratando dos mais pobres que tiveram acesso ao programa Minha Casa Minha Vida do governo federal. Entre comer ou pagar a prestação da casa, os mais pobres provavelmente irão preferir comer[149]:

> O ponto geral de Hernando De Soto em *O mistério do capital* é que o problema do pobre não se restringe à pouca quantidade de capital, mas também à baixa qualidade deste. A alta informalidade da propriedade implica redução do valor de mercado dos ativos dos pobres, o que seria uma espécie de capital morto na acepção de De Soto. Um barraco de favela, por exemplo, cujo dono não dispõe de plena posse legal, acaba valendo menos do que se estivesse todo regularizado, pela dificuldade de revenda, O corolário é a possibilidade de ressuscitar o capital dos pobres. No caso do Brasil, o valor da propriedade fundiária é afetado pelo não-reconhecimento da posse legal dos ativos e pela impossibilidade de oferecer a casa própria, mesmo que legalmente reconhecida, como garantia de empréstimos. (NERI e outros, 2008, p. 123-124)

Parece-nos que os mais pobres conseguem circular seus ativos, mas eles o fazem em um mercado que não o financeiro, daí a alusão a De Soto (2000) a um "capital morto". Esse ativo não pode ser barganhado ou dado em garantia em um mercado regulado, dessa forma, apesar de o pobre possuir materialmente um ativo financeiro[150], ele não participa das relações de

---

[146] Capital morto são os imóveis cujo direito de propriedade é informal, irregular e precário, razão pela qual não podem ser usados como garantia para a obtenção de crédito. É importante lembrar da crise subprime de 2007, em que os bancos americanos ficaram insolventes por concederem créditos imobiliários e por não haver regulamentação do sistema financeiro norte-americano que permitiu, desta forma, várias transações de alto risco de forma oculta aos relatórios contábeis dos bancos. Esse movimento levou a uma discussão acerca do capital morto, não apenas os imóveis que não estavam formalmente no mercado, mas agora os que estavam e não podiam ser capitalizados.

[147] Because the rights to these possessions are not adequately documented, these assets cannot readily be turned into capital, cannot be traded outside of narrow local circles where people know and trust each other, cannot be used as collateral for a loan, and cannot be used as a share against an investment. De Soto (2000, p. 6).

[148] Cabe lembrar que o autor escreve antes da crise imobiliária de 2008 no EUA.

[149] Ver "CAS aprova programa para renegociação de dívidas do Minha Casa, Minha Vida". Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/11/cas-aprova-programa-para-renegociacao-de-dividas-do-minha-casa-minha-vida. Acessado em: 29 mar. 2020.

[150] Por exemplo, um barraco na favela. Existem estudos divergentes sobre a quantidade de pessoas morando em favelas no Brasil. De acordo com dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados durante o Censo de 2010, cerca de 11,4 milhões de pessoas (6% da população) vivem em aglomerados subnormais, definição para áreas do país com ocupação irregular com, no mínimo, 51 unidades habitacionais consideradas carentes, com falta de serviços públicos e de urbanização.O IBGE identificou 6.329 favelas em todo o país, localizadas em 323 dos 5.565 municípios brasileiros.

No caso de barracos em favelas, os preços são negociados pelos donos, mas há também uma interferência nesses preços por parte do poder público. É o que aconteceu, por exemplo, em São Paulo, quando a prefeitura implementou o "cheque despejo" para que moradores de favelas deixassem seus barracos e desocupassem as

mercado.

Apesar de todo sucesso do CrediAmigo como produto bancário e de toda argumentação de Neri e colaboradores, não conseguimos encontrar, na prática, o "milagre brasileiro do Nordeste". Dados recentes[151] relevam que a pobreza no Brasil vem aumentando e o nordeste brasileiro é onde encontramos a maior concentração de pessoal abaixo da linha da pobreza. Nesse cenário, também é pouco provável que encontremos desenvolvimento sustentável nessa região. Nesse sentido, nos perguntamos  para que tipo de sujeitos tomadores de crédito do programa CrediAmigo os dados apontam:

> Dados do GEM (2016) mostram que, os empreendedores iniciais brasileiros, com idade de 25 a 34 anos (30,3%) possuem até três anos e meio de atividade e foram motivados a empreender, em sua grande maioria, por uma oportunidade identificada no mercado. No Brasil em 2017, 59,4% dos empreendedores iniciais empreenderam por oportunidade e 39,9% por necessidade. Ainda na pesquisa do GEM de 2016, a taxa mais alta de empreendedorismo para aqueles que abrem a empresa por necessidade são das mulheres do que dos homens. Entre os novos empreendedores que fazem porque precisam, 48% são mulheres, já entre os homens este número cai para 37%.  (LOPES,SÁ; SANTIAGO)

O empreendedor que o programa busca é aquele que apresenta o menor risco de inadimplência e possui garantia material na hora da tomada de empréstimo. Nesse sentido, quando muito, poder-se-ia afirmar que os dados levantados por Neri e colaboradores (2008) mostram que o acesso ao microcrédito fizera com que os sujeitos não descessem à linha da

---

favelas. O valor deste "cheque despejo" variava de R$ 5.000, 00 a R$ 8.000,00. Este valor não era suficiente para o morador que estivesse disposto a sair daquela condição adquirir uma moradia do CDHU que na ocasião chegava a um mínimo de R$ 15.000,00. Quem aderiu ao programa de desocupação carregava consigo a esperança de poder ir morar "num lugar melhor". Ver reportagem Barraco na periferia de SP já custa R$ 6.500. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/brasil/barraco-na-periferia-de-sp-ja-custa-6500-639383.html. Acessado em 29 mar. 2020.

O objetivo desta tese não é o de analisar e criticar o modelo de "capital morto" de De Soto. Porém, é lícito observar que o modelo de empoderamento que se propõe para que o pobre possa usar seu ativo como um capital produtivo e utilizá-lo como garantia de pagamento é uma ilusão para os mais pobres e uma grande oportunidade de negócio imobiliário para muitos especuladores que passaram a poder ditar os preços e fazer negócios em grandes áreas de cidades. Não há como dizer que transformar os ativos irregulares dos pobres em ativos de mercado possa criar melhores condições de vida e geração de renda. Não há evidências para isso, somente modelos matemáticos que insistem em enquadrar a realidade material em esquemas artificias e pouco vantajosos para os mais pobres. No capítulo final desta tese, discutimos propostas para essa condição.

[151] Em 2018, a redução da pobreza se deu principalmente no Sudeste, que registrou menos 714 mil pessoas nessa condição, sobretudo no estado de São Paulo (menos 623 mil). Quase metade (47%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza, em 2018, estavam na região Nordeste. O Maranhão foi o estado com maior percentual de pessoas com rendimento abaixo da linha de pobreza, (53,0%). Já Santa Catarina, que também se mostrou o estado menos desigual, apresentou o menor percentual de pobres. Todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos. Acessado em: 30 mar. 2020.

pobreza, mas também os transformou em sujeitos endividados.

Há uma espécie de tríade, criada pela literatura internacional especializada em microcrédito, de que o combate à pobreza e o microcrédito precisam atender a três objetivos (RIBEIRO e CARVALHO): chegar à populações que vive realmente em situação de pobreza, atingir uma parcela considerável dessa população e fazer com que as duas situações anteriores gerem uma situação financeira sustentável. Essa premissa leva-nos a apresentar uma outra referência envolvendo o tema do microcrédito. Cristina Tauaf Ribeiro e Carlos Eduardo Carvalho publicam, em 2006, um trabalho que aborda o desempenho financeiro, a dependência dos subsídios e as fontes de financiamento de microcrédito. Em *Do microcrédito às microfinanças,* encontramos descrições do meio que envolve a questão do microcrédito no Brasil e as diversas modalidade de tomada de microcrédito.

Para os economistas que desenvolveram o estudo, o microcrédito pode ser uma ferramenta de combate à pobreza desde que haja transparência por parte da rede bancária que faz tal empréstimo. Isso se faz necessário, justamente, para que ele possa se tornar um programa de acesso ao microcrédito sustentável e não apenas mais um produto bancário. O ponto importante dessa obra é ter levantado a questão da conciliação entre determinar quem são os mais pobres, como chegar a eles e como fazer com que o acesso ao microcrédito seja sustentável. Depois de apresentarem as possibilidades de acesso ao microcrédito no Brasil, os autores, apesar de acreditarem ser possível combater a pobreza através desta ferramenta, apontam que as instituições financeiras brasileiras precisam alterar sua estrutura com relação à dependência de subsídios para o microcrédito:

> A estrutura de financiamento do microcrédito no Brasil é uma das principais razões de perpetuação da dependência de subsídios e de não alcance da autossuficiência pelas IMFs brasileiras, além de incitar limitações à expansão do setor. Essencialmente calcada em doações e financiamentos subsidiados, provenientes do governo e de organismos internacionais, essa estrutura é um reflexo do marco legal restritivo e da falta de interesse dos bancos comerciais em implantar a tecnologia adequada para atendimento da população de baixa renda, apesar das evidências de sua funcionalidade. (RIBEIRO e CARVALHO, p. 191)

Esta estrutura que transforma o acesso ao microcrédito em apenas mais um produto bancário com fins lucrativos precisa ser repensada para poder atender à sua função social, que diz respeito não apenas aos fins de produção, mas à transferência de renda. As cooperativas de crédito, por exemplo, são minoria dentro deste mercado financeiro, representando apenas 12% do total de instituições financeiras de microcrédito no Brasil (RIBEIRO e CARVALHO, p.

192). Destarte, uma maior participação das cooperativas de microcrédito na administração e acesso ao crédito para seus cooperados associada a uma flexibilização do marco legal que prevê o acesso do microcrédito somente para atividades produtivas pode fazer com que os mais pobres se organizem em sindicatos e cooperativas para que tenham acesso a um capital[152] não apenas para o desenvolvimento de uma atividade produtiva, mas também para efetivamente praticarem uma transferência de renda que permita a utilização em educação, saúde, saneamento etc.[153].

Resta, portanto, saber qual o impacto disso em renda do microcrédito. Mário Manzoni procura responder a essa questão em sua publicação *Impacto em renda do microcrédito* de 2008. A pesquisa empírica realizada pelo autor é singular, porque se debruça sobre as organizações financeiras de microcrédito que atingem essencialmente a parte superior da pobreza (MONZONI, 2008, p. 5). Nesse ponto, o autor está mais próximo da realidade social, pois sabidamente está investigando aquela parcela de sujeitos que realmente interessa ao sistema financeiro, a saber, os empreendedores que não têm acesso ao mercado financeiro tradicional.

Essa abordagem também é diferenciada, pois coloca em voga a questão do microcrédito como uma espécie de seguro social. Vale lembrar, porém, que as políticas de seguridade social, como Bolsa Família, por exemplo, já cumprem esse papel. Então o microcrédito é uma realidade financeira somente para os microempreendedores que não conseguem ter acesso aos produtos bancários de acesso ao crédito, o que nos leva a outra questão tratada por Monzoni: estes programas podem gerar renda por meio da simples concessão de crédito? (MONZONI, 2008, p. 16):

---

[152] Para uma discussão sobre sindicatos, cooperativas e acesso ao crédito, sugerimos a leitura de *Capital and the Debt Trap*, de Claudia Sanchez Bajo e Bruno Roelants. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

[153] Vide, por exemplo, o microcrédito de consumo implementado pelo banco Sicred. O Microcrédito Consumo é uma linha de crédito adequada para quem necessita de apoio para suprir as demandas do dia a dia. Com ele, você tem acesso a empréstimos de pequeno valor que garantem recursos para suas demandas de consumo. Disponível em: https://www.sicredi.com.br/html/para-voce/credito/microcredito-consumo/. Acessado em: 30 mar. 2020. Essa é uma forma de fazer com que os mais pobres possam se organizar em cooperativas de crédito ou aderirem a uma e com que tenham acesso a um microcrédito não para ser obrigatoriamente utilizado em um empreendimento, mas para ser utilizado em demandas do dia a dia. Essa reestruturação do acesso ao microcrédito faz com que os pobres deixassem de agir isoladamente e passassem a trabalhar mais organizadamente, rompendo com o pseudoempoderamento propagandeado pelo sistema financeiro. Os pobres precisam efetivamente parar de acreditar que "plantar trigo em vasos" (Lênin) pode fazer com que eles superem a condição de impotência frente ao capital.

Porém, atualmente, o Governo Federal acabou com a prática do microcrédito para consumo, mantendo o acesso apenas aos deficientes físicos que necessitem comprar insumos para seu uso como, aparelhos auditivos, cadeiras de rodas etc. Vide GOVERNO ACABA COM MICROCRÉDITO PARA CONSUMO E EXPANDE OPERAÇÕES PARA EMPREENDEDORES. Disponível em: https://www.institutomillenium.org.br/blog/governo-acaba-com-microcredito-para-consumo-e-expande-operacoes-para-empreendedores/. Acessado em 30 mar. 2020.

> Nesse sentido, programas de microfinanças têm como objetivo último geração de renda e redução de pobreza. Para quem já teve a oportunidade de contato diário com microempreendedores, agentes de crédito, coordenadores de programas e mesmo com um heróico grupo de atores que operam políticas públicas nesse setor no Brasil, parece claro e evidente o impacto positivo do crédito no desempenho dos empreendimentos e no consequente aumento de qualidade de vida dos empreendedores. (MONZONI, 2008, p. 25)

O autor alerta para a necessidade de se fazer uma verificação empírica dessa melhoria de renda, e não apenas estudos com base em evidências emocionais e ideológicas (MONZONI, 2008, p.26). Esta abordagem é diferenciada, pois pretende verificar a questão somente entre os empreendedores de baixa renda e constatar se sua renda teve acréscimo. Neste ponto, é importante também deixar claro qual é o entendimento de renda do autor: "O conceito de renda aqui empregado é o do lucro líquido, valor adicionado gerado pelo empreendimento, antes de juros e amortizações, equivalente ao conceito de EBTIDA[154], comumente utilizado em avaliações financeiras de negócios" (MONZONI, 2008, p. 27).

Monzoni, portanto, está verdadeiramente preocupado com o real acréscimo de renda ao empreendedor tomador de microcrédito e se questiona se a renda líquida realmente coloca esses indivíduos e suas famílias em outro patamar, que corresponde, por exemplo, à saída da linha de pobreza. Monzoni também coloca em xeque que o sistema de garantias que os programas exigem não quer dizer que os recursos sejam efetivamente canalizados para a população de baixa renda (MONZONI, 2008, p. 31)[155].

A obra discute os pontos levantados acima em sua primeira parte. Na segunda, há uma revisão da literatura internacional sobre o tema. Isso é importante, pois a quantidade de literatura sobre o tema é imensa e não há um consenso sobre a viabilidade ou não do acesso ao microcrédito no processo de erradicação da pobreza, o que mostra que as pesquisas e debates sobre o tema ainda não se esgotaram.

No que tange ao tema de nossa hipótese, Monzoni (2008, p. 121) destaca o *empowerment* das mulheres e o acesso ao crédito[156]. Nem Monzoni, nem os autores de que ele faz a revisão discutem o significado de *empowerment*, que é utilizado com liberdade. Monzoni

---

[154] *Earnings Before Tax, Interest, Depreciation, and Amortization*.

[155] Dados levantados em 2018 por Lopes, Sá e Santiago (2020) apontam que 53% tem rendimento familiar entre R$ 1.000,00 e R$ 3.000,00 e 38% entre R$ 3.001,00 e R$ 5.000,00. O PERFIL DOS EMPREENDEDORES TOMADORES DO CREDIAMIGO EM UMA CIDADE DO SERTÃO NORDESTINO. Disponível em: http://revistaopara.facape.br/article/viewFile/252/148. Acessado em: 3 maio 2020.

[156] O autor resgata o estudo de Hashemi, Shuler e Riley "Rural Credit Programs and Women's Empowerment In: *Bangladesh*. Disponível em: https://www.academia.edu/573583/Rural_Credit_Programs_and_Womens_Empowerment_In_Bangladesh. Acessado em: 30 mar. 2020.
Para um contra-ponto ao que os autores apresentam, ver *Microfinance and its discontents – women in debt in Bangladesh*, de Lamia Karim, particularmente o capítulo 6 denominado "Power/Knowledge in Microfinance".

descreve que, para uma mulher com acesso ao microcrédito alcançar *empowerment*, é necessário conseguir alcançar pelo menos cinco indicadores dos oito indicados pelos autores, quais sejam: mobilidade, segurança econômica, habilidade de realizar pequenas compras, habilidade de realizar compras maiores, envolvimento na tomada de decisão sobre temas mais relevantes do lar, liberdade da dominação, consciência política e jurídica e envolvimento em campanhas políticas e protestos (MONZONI, 2008, p. 121).

Abstraindo os indicadores puramente econômicos e culturais, verificamos que apenas dois desses oito indicadores são relevantes: liberdade da dominação e consciência política e jurídica, pois são os que verdadeiramente podem fazer diferença na vida das mulheres que o estudo levou em consideração, pois, uma vez que elas adquirem uma consciência de si e de sua condição (consciência política e jurídica), elas passam a questionar e a mudar sua realidade social (liberdade da dominação). Destarte, não se pode fiar em questões somente econômicas para designar um *empowerment*, e é justamente nesse ponto que entra a ideologia do *empowerment* e o acesso ao microcrédito.

Finalmente, a terceira parte da pesquisa de Monzoni analisa os dados coletados na pesquisa de campo em três unidades do São Paulo Confia[157], fazendo as análises financeiras e estatísticas dos dados coletados. Não convém aqui apresentar os dados analisados, mesmo porque eles estão congelados no tempo, já que sua coleta ocorreu entre março de 2005 e junho de 2006 (MONZONI, 2008, p. 149). A prefeitura de São Paulo passou as operações do São Paulo Confia em 2013 para Caixa Econômica Federal, pois não suportava mais as operações de crédito daquela instituição.

Os dados são importantes para conclusão de Monzoni: "Conclui-se que o programa São Paulo Confia, que oferece microcrédito produtivo orientado no município de São Paulo, gera lucro líquido para os microempreendedores e renda disponível para as suas famílias. Em outras palavras, microcrédito gera renda" (MONZONI, 2008, p. 211). A dúvida que fica a respeito dessa conclusão, baseada em dados empíricos, é sobre a razão da finalização do programa, tendo em vista que ele gerava lucro para os microempreendedores que tomavam crédito. A resposta pode ser direcionada a partir da opinião de Ribeiro e Carvalho apresentada acima sobre

[157] O município de São Paulo teve seu primeiro programa público de microcrédito no primeiro ano de gestão da prefeita Marta Suplicy, eleita em 2001. O microcrédito fazia parte do programa de governo, embora não se apresentassem detalhes de sua formulação. O programa foi criado no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), também criada nessa gestão, e cujo secretário foi o prof. Márcio Pochmann. Disponível em: http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Dissemina%C3%A7%C3%A3o-de-Programas-P%C3%BAblicos-de-Microcr%C3%A9dito.pdf. Acessado em: 23 abr. 2020.
O programa de governo do PT (Partido dos Trabalhadores) para a gestão de Marta Suplicy pode ser encontrado em: https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/MartaSuplicy.pdf. Acessado em: 23 abr 2020.

a mudança de estrutura das instituições financeiras que fornecem acesso ao microcrédito. No caso do São Paulo Confia, é importante mencionar que os recursos eram limitados e que o ex-prefeito Gilberto Kassab reduziu os repasses para a instituição[158]. Essa natureza de que o programa precisa obter lucro para instituição e não para o microempreendedor é o que retira sua função social. Este pode ter sido, então, um exemplo de transferência indireta de renda, em que uma instituição sem fins lucrativos, subsidiada por recursos públicos, passa a dar acesso ao microcrédito – mesmo que sendo para microempreendedores que estejam na parte superior da linha da pobreza – fazendo com que o microempreendedor e seus familiares possam gozar do excedente que este microcrédito possa ter gerado. A pesquisa de Monzoni alerta para a real possibilidade do microcrédito gerar lucro para o tomador do crédito e, com isso, realizar sua função social. No entanto, o mesmo trabalho faz-nos pensar que essa possibilidade é momentânea quando os interesses do capital financeiro voltam-se apenas para o lucro das instituições e não para os tomadores de microcrédito.

Na revisão dessas três referências, observamos diferentes aspectos do microcrédito, mas todos os pesquisadores são otimistas quanto a função social que o acesso ao microcrédito pode ter no combate à pobreza. No anexo desta tese, selecionamos uma gama de artigos referentes a microcrédito que julgamos serem mais relevantes no estudo do tema. Novamente observamos um grande otimismo por parte dos autores com relação à eficiência dos programas de microcrédito.

Este capítulo procurou trazer a lume algumas questões que julgamos ser relevantes para a sustentação de nossa hipótese, qual seja a de que o microcrédito não cumpre uma função social e é associado ideologicamente ao conceito de empreendedor e empoderamento. Acreditamos que, pelo que fora descrito até o momento, a primeira parte da hipótese se verificou com base em nossa elaboração de uma definição de função social e do próprio microcrédito como sendo apenas um produto bancário sem o alcance necessário para se dizer que este cumpre uma função social.

---

[158] *Prefeitura de São Paulo deve encerrar banco de microcrédito*. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/mercado/2013/07/1305023-banco-de-microcredito-de-sao-paulo-deve-ser-extinto.shtml. Acessado em: 30 mar 2020.

# CONCLUSÃO

Em abril de 2005, é lançada a Lei 11.110, que estabelece o PNMPO, e, em 2011, o Programa Crescer, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, e o próprio PNMPO. Passados 15 anos dessas estratégias governamentais para geração de renda e emprego, atingimos picos históricos na taxa de desemprego e no aumento da miséria. No entanto, nesse mesmo período, como argumentamos no capítulo 2, pesquisadores não destacaram o aspecto positivo do acesso ao microcrédito como ferramenta no combate à pobreza e à geração de renda e emprego. A partir de uma análise qualitativa de argumentamos, constatamos que essa ferramenta não surtiu os efeitos desejados, já que as taxas de desemprego e a renda familiar apresentaram momentos de oscilação e depois voltaram a cair.

Esse dado fez-nos formular a hipótese de que a função social do microcrédito poderia não estar sendo cumprida por ser utilizada ideologicamente e estar associada ao conceito de meritocracia que desconsidera os fatores econômicos estruturais. Os conceitos de ideologia e meritocracia foram, então, apresentados, nesta tese, no intuito de estabelecer as balizas necessárias à justificativa de nossa hipótese de que o microcrédito não cumpre uma função social juntamente aos conceitos de empreendedor e empoderamento que são utilizados ideologicamente para falsear a realidade e ocultar a luta de classes na sociedade. A meritocracia constrói a ideia de que o sujeito precisa estar qualificado para poder ter acessos às melhores oportunidades que o mercado de trabalho possa oferecer, por exemplo. Nesse caso, o indivíduo fora do mercado de trabalho e que almeja produzir renda é impelido de se tornar um empreendedor, sendo empoderado pelo empréstimo bancário para que realize o auto-emprego. O sucesso ou não dessa realização depende exclusivamente do esforço e da vontade do indivíduo. Se deu certo, ele teve mérito e foi recompensado. Se deu errado, ele não se esforçou o suficiente, por isso não foi recompensado. A meritocracia, portanto, não parece ser a ferramenta para justiça social que a ideologia liberal apregoa ser.

A partir dessa crítica, optamos então por encontrar uma definição de função social que estabelecesse a relação jurídico-contratual e não somente cultural e antropológica entre a necessidade do indivíduo tomador de microcrédito e as instituições bancárias (públicas e privadas) e sua as propostas de geração de renda e emprego por parte do governo federal. A essa visão jurídica, inserimos a teoria dos *status* de Jellinek, particularmente o status positivo, que caracteriza o reconhecimento do Estado das reivindicações positivas dos cidadãos, no caso o empreendedor. Com isso, a função social só acontece quando atende a expectativa social através do reconhecimento do cidadão a essa prestação positiva, a saber renda e emprego.

O microcrédito é descrito como uma ferramenta de combate ao desemprego tanto por setores acadêmicos como pelo atual governo. Mostramos, assim, algumas diferenças de opiniões com relação ao conceito de microcrédito entre os pesquisadores brasileiros e chegamos à conclusão de que o microcrédito **não é uma transferência de renda[159],** mas apenas mais um produto bancário oferecido aos solicitantes desde que atendam a alguns requisitos estabelecidos por cada programa de microcrédito oferecido pela rede bancária e sancionados em lei.

Exploramos o conceito de empreendedor ao longo do capítulo 3 a fim de verificar suas mais diferentes nuances e estabelecer um critério de uso do conceito como tábua de salvação para geração de emprego e renda. O Estado apenas contribui com leis (10.194/2001[160] e 11.110/2005) que autorizam o setor financeiro a fazer empréstimos[161] aos MEIs como forma de motivação para a transferência de responsabilidade de geração de renda e emprego. No final, o que temos é uma grande inadimplência de MEIs e um percentual de indivíduos endividados em razão do fracasso advindo da aventura empreendedora. Destarte, a apresentação do MEI como uma tábua de salvação para o desemprego e para tentativa de geração de renda, como destacamos em nossa argumentação, não passa de engodo ideológico do neoliberalismo.

O empoderamento, em seus diversos usos, é outra ferramenta ideológica para fazer com que os indivíduos acreditem que são capazes, por si só, de serem responsáveis por sua geração de renda. Assim, por meio do oferecimento de um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) através do programa de MEI, busca-se colocar essas pessoas em igualdade com o grande empresariado e com os donos de capital. O empoderamento, na sua forma ideológica, serve para manter o indivíduo em constante estado de impotência (*powerlessness*) frente às classes que detêm o poder (*power*), numa tensão impotência *versus* poder entre os mais pobres e os que detêm maiores recursos materiais. Para substituir o uso ideológico do empoderamento, propomos a utilização do conceito de conscientização elaborado por Paulo Freire em lugar da

---

**159** Esta análise pode abrir uma janela de pesquisa sobre a relação de acesso ao microcrédito como sendo uma espécie de transferência de renda. Também é plausível de investigação a relação entre os volumes de empréstimo de microcrédito em relação aos desembolsos com pagamentos de previdência e questionar qual destes dois tiveram mais impacto e alcance na diminuição das desigualdades.

160 "Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências." Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10194-14-fevereiro-2001-365675-norma-pl.html. Acessado em 2 MAI 2020.

161 "Em 2003, o Governo Federal estipulou que os bancos poderiam usar até 2% (dois por cento) do depósito compulsório como capital para fundear suas operações de microcrédito produtivo e orientado. Aqueles que não tivessem operação estruturada podiam negociar esse capital com outras organizações que estivessem interessadas em usar os recursos para microcrédito." Disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil. Acessado em 2 MAI 2020.

expressão *empowerment*, traduzida como empoderamento, mas sem ter conotação com o significado de emancipação social, como foi argumentado no capítulo 2.

Na tentativa de manter a proposta de uma crítica teórica (qualitativa) à função social do microcrédito e ao uso ideológico dos conceitos de empreendedor e empoderamento, apresentamos perspectivas teóricas que justificassem nossa hipótese, mas temos consciências de que várias frentes de discussão foram abertas a partir da hipótese levantada. Nosso foco foi desmascarar o engodo neoliberal de manipulação de políticas públicas que apenas oferecem possibilidades de geração de emprego e renda e, no âmbito social mais geral, pouco contribuem para o combate à pobreza e ao desemprego:

> Destarte o microcrédito só poderia ser uma, dentre outra alternativas para obtenção de renda, se fosse articulada com um grande leque de políticas públicas de transferência de renda, de oferta de serviços públicos gratuitos (como saúde e educação), de uma reforma tributária com caráter progressivo (tributando mais propriedades e renda e menos consumo), de política uma industrial que garantisse a oferta de empregos formais com salários decentes etc. Mas que, de toda forma, não seria o microcrédito, ele próprio, o instrumento de redução da pobreza, como querem Neri, De Soto etc. e os governos federais que desde 2005 através da lei 11.110/2005 passou a fomentar o acesso ao microcrédito co um peso de importância superdimencionado transformando esta política pública em um mero produto bancário. Isso gerou uma expectativa de que o uso ideológico do conceito de empreendedor e empoderamento pudesse ser a tábua de salvação para o crescente desemprego e pobreza.

A conclusão, portanto, é de que a função social do microcrédito e o uso sem critérios dos conceitos de empreendedor e de empoderamento, com base nos argumentos apresentados, não contribuem, do ponto de vista da crítica teórica do uso ideológico dos conceitos, para geração de emprego e renda de forma efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariana Piai. **Empreendedor “austriaco” vs. Empreendedor schumpeteriano**. Disponível em: https://www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=1195. Acessado em: 03 abr. 2019.

AKTOUF, Omar. **Pós-Globalização, administração e racionalidade econômica**. São Paulo: Atlas, 2004.

ALVES, Murilo Rodrigues. Calote de microempreendedor vai a 59%. *In:* **O Estado de São Paulo**. 4 de junho de 2016. Caderno Economia, B8.

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collo, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 13° edição. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2017.
ARMENDARIZ, Beatriz; MORDUCH, Jonathan. **The Economics of Microfinance**. 2ª edition. Massachusetts: MIT Press, 2010.
BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: Instrumento de emancipação social: uma discussão conceitual. **Revista Debates.** Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan-abr, 2012.
BARRETO, Raquel de Oliveira*;* PAULA, Ana Paula Paes de. "Rio da Vida Coletivo": empoderamento, emancipação e práxis. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 48(1): p. 111-130, jan/fev. 2014.
BATEMAN, Milford. **Why Doesn't Microfinance Work?** New York: Zed Books, 2010.
BAUMOL, Willian. **Entrepreurship, Management, and the Structure of Payoffs**.
BENDIX, Reinhard; LIPSET, Seymour M (Editors) . **Class, Status and *Power***. 2ª Edition. New York: The Tree Press, 1966.
BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações.** 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.
BERTH, Joice. **O que é Empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
BITTAR, Fernando Shigueo Omoto; BASTOS, Livia Tiemi; MOREIRA, Vivian Lemes. Reflexões sobre o empreendedorismo: uma análise crítica na perspectiva da economia das organizações. **Revista de Admistração UFSM**. Santa Maria. Vol. 7, N°1, p. 65-80. Março 2014.
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Il Dizionario di Politica**. Torino: UTET Libreria, 2012.
BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2016.
BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Disponível em: http://www.antropologias.org/files/downloads/2011/05/Pierre-Bourdieu-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf. Acessado em: 12 out. 2016.
BOUDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2015.
BOUDIEU, Pierre. **Sociologie Générale**. Volume 1. Cours au Collège de France 1981-1983. Paris: Éditions du Seuil, 2015.
BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
BRONZO, Carla. Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. **Anais do 30° Encontro da ANPAD**. Setembro de 2016. Salvador.
BUONOCORE, Vincenzo. **L'Impresa. Trattato di Diritto Commerciale**. Sezione I. Tomo 2.1. Torino: Giappichelli Editore, 2002
BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder:** Teorias da Sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
CALDERON, Mariacruz Lacalle. **Microcrédito y Pobreza**. Madrid: Ediciones Turpial, 2008.
CARVALHO, Carlos Eduardo. Governo Lula, o triunfo espetacular do neoliberalismo. **Revista Margem Esquerda**. Número 3. São Paulo: Boitempo, 2004.
CHAUÍ, Marilena. O **que é ideologia (Primeiros Passos)**. São Paulo: Brasiliense, 2017. Edição do Kindle.
CHEVALIER, Louis. **Classes loborieuses et classes dangereuses**. Éditions Perrin, 2016.
CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**. 4ª edição. São Paulo: Manole, 2017.

COLODETI, Vicente de Paulo; LEITE, Izildo Corrêa. **Microcrédito, Informalidade e combate à pobreza**. Disponível em: periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/download/1631/1227. Acessado em: 16 maio 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DE GIORGI, Alessandro. **A Miséria Governada Através do Sistema Penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013.

DE SOTO, Hernando. Os pobres contra Piketty. **Folha de São Paulo**, 07 de junho de 2015.

DE SOTO, Hermando. **The Mystery of Capital.** New York: Basic Books, 2000.

DURKHEIM. **As regras do método sociológico**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer; OLIVEIRA, Bruno Bastos. **Política de Microcrédito,** Desenvolvimento Econômico e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8a56257ea05c7401. Acessado em: 30 maio 2016.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006

FILALI, Osman. **Les Principes Généraux de la Lex Mercatoria**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 7ª edição. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Conscientização. *In*: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo R. e outros (organizador). 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FREITAS, Leandro Klineyder Gomes. **Programas de Microcrédito e Desenvolvimento**: uma discussão necessária. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=942&Itemid=171. Acessado em: 16 maio 2016.

FREUD, Sigmund. **Psicología de las masas y análisis de "yo"**. Obras completas. Volumen III. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.

FRIEDMANN, Georges. **O Trabalho em Migalhas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FROMM, Eric. Consciência e sociedade industrial. In: **Sociologia e Sociedade**. FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza (coordenadores). Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 126-134.

GADOTTI, Moacir. Poder. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo R. e outros (organizador). 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade**. V. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago 2004.

HAMLIN, Cynthia; PETERS, Gabriel. **Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres**. São Paulo: Lua Nova, 2018. p. 167-202,

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

HAYEK, F. A. The Use of Knowledge In Society. *In*: **American Economic Review**, XXXV, n°4; September, 1945. p 519-30.

HEGEL, George. **Fenomenologia do Espírito**. 9ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

HEY, Ana Paula. Poder Simbólico. *In*: **Vocabulário Bourdieu**. CATANI, Afrânio mendes e outros (organizadores). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9° Edição. Porto Alegre: AMGH, 2014.
HOLMSTROM, B; TIROLE, J. **Handbook of Industrial Organization**. Volume 1. Amsterdam: North Holland Elsevier, 2008.
HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi e MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: abril de 2007. p. 485-505.
JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo Regional e Economia do Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.
KARIM, Lamia. **Microfinance and its Discontents. Minneapolis**: University Minnesota Press, 2011.
KAUTSKY, Karl. **O Caminho do Poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
KIRNER, Israel M. **Competition and Entrepreneurship**. Indianapolis: Liberty Fund., 2013.
KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
KLENA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *In:* **Saúde Soc**. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.
KOHAN, Walter. **Paulo Freire, mais do que nunca**: uma biografia filosófica. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.
KOTLER, Philip; LEE, Nancy R. **Marketing contra a pobreza**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**. São Paulo: Editora Campus, 2010.
KREUTZ, Daiane Cristina; REIS, Carlos Nelson dos. **Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda**. Disponível em: www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa20-microcreditocomopoliticapublica.pdf. Acessado em: 20 nov. 2015.
LUKACS, Georg. **História e Consciência de Classe**. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.
LUKES, Steven (editor). **Power**. New York: New York University Press, 1986.
MANNHEIM, Karl. Liberdade. **Poder e Planificação Democrática**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 4ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.
MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *In:* **Revista de Economia Política**. Vol. 30, n° 2 (118), p. 254-270, abril/junho/2010.
MARX, Karl. Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
MARX, Karl *et* ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
MARX, Karl *et* ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
MARX, Karl. **O Capital:** Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2016.
MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. Obras Escolhidas. Vol. 1.São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d.
MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor. *In:* **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** BOITO JR, Armando e GALVÃO, Andréia (organizadores). São Paulo: Alameda, 2012.
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4ª Edição. São

Paulo: Editora Atlas, 2012.
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
MCCRAW, Thomas K. **O Profeta da Inovação: Joseph Schumpeter e a Destruição Criativa.** Rio de Janeiro: Record, 2012.
MICROCRÉDITO: Construindo histórias no Paraná. In: **Cartilha publicada pelo SEBRAE e FOMENTO PARANÁ com depoimentos de empreendedores e agentes de crédito**. S/D.
MILLS, C. Whright. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press, 2000.
MONZONI, Mario. **Impacto em renda do Microcrédito**. São Paulo: Peirópolis, 2008.
MONTAÑO, Carlos. **Microempresa na era da globalização**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
NASAR, Sylvia. **A Imaginação Econômica**: gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história. São Paulo: Compania das Letras, 2012.
NERI, Marcelo (organizador). **Microcrédito, o mistérionordestino e o Grameen Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.
NERI, Marcelo. **O Programa Bolsa Família e a Inclusão Financeira**. Disponível em: docplayer.com.br/storage/25/6348181/1463423130/uFe2YpnHuz9U_rNvrFEZPw/6348181.pdf. Acessado em: 16 maio 2016.
NIETZSCHE, Friedrich. **A Vontade de Poder**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
OSTERHAMMEL, Jürgen. Varieties of social economics: Joseph A. Schumpeter and Max Weber. *In*: **Max Weber and his contemporaries.** Edited by Wolfgang J. Mommsen; Jürgen Osterhammel. London: Allen & Unwin, 1987. P. 106-120.
PANIS, Amanda da Cunha. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**: Análise dos resultados recentes da política. Disponível em: bdm.unb.br/bitstream/10483/11167/1/2015_AmandadaCunhaPanis.pdf. Acessado em: 20 jan. 2016.
PENROSE, E. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
PREOBRAZHENSKY, E. A. *The Preobrazhensky Papers.* Volume 1. Chicago: Haymarket Books, 2014.
BITENCOURT, Claudia Cristina *et alii*. **Gestão Contemporânea de Pessoas**. 2° edição. Porto Alegre: Bookman Editores, 2010.
POULANTZAS, Nicos. **Political *Power* & Social Classes**. London: Verso Edition, 1982.
POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. São Paulo: Paz&Terra, 2015.
PRAHALAD, C. K. **A Riqueza na Base da Pirâmide**: Erradicando a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2010.
QUINTINO, Carlos Alberto Alves. **O Microcrédito no Brasil**: A Experiência do ABC Paulista. Santo André: editora Paris XX, 2005.
RADCLIFFE-BROWN. **Estrutura e função na Sociedade Primitiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
RIBEIRO, Cristina Tauaf; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Do Microcrédito às Microfinanças**. São Paulo: Editora da PUC SP, 2007.
ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. *In*: **Psicologia e Saber Social**, 3(1), p. 83-95, 2014.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2014.
ROZITCHNER, León. **Freud e o problema do poder**. São Paulo: Escuta, 1989.
RUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANTIAGO, Carlos. Contribuição para Discussão Sociológica da Gíria. **Anais do VIII Seminário Nacional de Sociologia e Política**. UFPR. 2017. Disponível em: http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/pdf/GT09-27.pdf. Acessado em: 08 ago 2018.

SANTIAGO, Eduardo Girão. **Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Schumpeter, Weber e McClelland**: novas referências para a sociologia do trabalho. Disponível em http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/488. Acessado em 30 mai 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Bifurcações da Ordem.** Coimbra: Almedina, 2017.

SANTOS, Arnaldo; GOIS, Francisco. **Microcrédito e Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Editora Premius, 2011.

SANTOS, Débora. **Processo de implantação da técnica de empowerment nas organizações**. Disponível em: https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/processo-de-implantao-da-tcnica-de-empowerment-nas-organizaes/. Acessado em: 11 maio 2018.

SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como Espelho**. 7ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. **Historia del Análisis Económico**. Barcelona: Editorial Planeta, 2015.

SCHUMPETER, Joseph A. **Business Cycles**. Volume 1. New York: Mcgraw-Hill Book Company, 1939.

SCHUMPETER, Joseph A. The Creative Response in Economic History. *In*: **The Journal of Economic History**. Vol VII. November 1947. N°2.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SOARES, Marcela. **A política de geração de emprego e renda no octênio 2003-2010:** degradação sob o véu da liberdade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Tese de Doutorado.

SLEE, Tom. Uberização. **A nova onda do trabalho pecarizado**. São Paulo: Elefante, 2018.

SOLOMON, Barbara Bryant. **Black *Empowerment***: social work in oppressed communities. New York: Columbia University Press, 1976.

STANDING, Guy. **O Precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização como dar certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SWEDBERG, Richard; AGEVALL, Ola. **The Max Weber Dictionary**. 2ª Edition. California: Stanford University Press, 2016.

SWEDBERG, Richard. **Entrepreneurship** (editor). New York: Oxford University Press, 2002.

SWEDBERG, Richard. **Schumpeter a Biography**. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY. 2ª Edition. Volumes V e XII. Oxford: Clarendon Press, 2000.

WALRAS, Léon. **Elementos de Economía Política Pura**. Madri: Alianza Editorial, 1987.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, Marianne. **Max Weber a Biography. New Jersey:** Transaction Publishers, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito do capitalismo"**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 1. 4ª edição. Brasília: Editora da UNB, 2009.
WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 2. Brasília: Editora da UNB, 2009.
WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. 3ª edición. México: FCE, 2014.
WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2008.
YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza**. São Paulo: Editora Ática, 2009.
YUNUS, Muhammad. **Building Social Business**. New York: Public Affairs, 2010.
ZEN, Aurora Carneiro; FRACASSO, Edi Madalena. Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. *In:* **Revista de Administração Mackenzie**. Vol. 9. N°8, edição especial, nov./dez. 2008.p. 135-150.

# ANEXO

(Lista de artigos consultados sobre microcrédito)


BAJAJ, Vikas. **Microcrédito na Índia perde o antigo brilho**. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny2305201110.htm. Acessado em: 13 jun 2017.

BANERJEE, Abhijit; DUFLO, Esther; GLENNERSTER, Rachel; KINNAN, Cynthia. **The miracle of microfibance? Evidence from a randomized evaluation**. Disponível em: https://economics.mit.edu/files/5993. Acessado em: 12 jan. 2019.

BATEMAN, Milford. **O microcrédito é um engodo do neoliberalismo? Entrevista concedida a Carlos Drummond**. Disponível em: https://vermelho.org.br/2018/01/02/microcredito-um-engodo-do-neoliberalismo/. Acessado em: 14 jan. 2018.

COLODETI, Vicente de Paulo; LEITE, Izildo Corrêa. **Microcrédito, informalidade e combate à pobreza**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/MICROCREDITO_INFORMALIDADE_E_COMBATE_A_POBREZA.pdf. Acessado em: 15 jun. 2018.

COSTANZI. Rogério Nagamine. **Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5596/1/bmt_n.19_microcr%C3%A9ditono.pdf. Acessado em: 13 mar. 2018.

FEITOSA, Maria L. A. M; OLIVEIRA, Bruno Bastos. **Política de Microcrédito, desenvolvimento econômico e direitos humanos**. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8a56257ea05c7401. Acessado em: 15 jun. 2018.

FUSTAINO, Joanna; YAMAMOTO, Cleusa Satico. O Consumo de crédito no mercado de baixa renda: fatores contribuintes para o aumento de dívidas. *In:* **XXXIII Encontro da ANPAD**. São Paulo 19 a 23 de setembro 2009.

FREITAS, Leandro K. G. **Programas de Microcrédito e Desenvolvimento**: uma discussão necessária. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=942&Itemid=171. Acessado em: 20 jan. 2018.

KREUTZ, Daiane Cristina; REIS, Carlos Nelson dos. **Microcrédito como política pública de geração de emprego e renda**. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9438/2/Microcredito_como_politica_publica_de_geracao_de_emprego_e_renda.pdf. Acessado em: 16 mar. 2018.

LIMA, Shanna Nogueira. **Microcrédito como política de geração de emprego e renda**. Disponível em: https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/Microcredito%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20geracao%20de%20emprego%20e%20renda.pdf. Acessado em 12 abr. 2018.

MACHADO, Tania. **Microcrédito**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5594/1/bmt_n.19_microcr%c3%a9ditoo.pdf. Acessado em: 5 mar. 2018.

MAITRA, Shipra. **As instituições de microfinanças são relevantes para a redução da pobreza?** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3059&catid=29&Itemid=34. Acessado em: 13 jun. 2017.

NERI, Marcelo. **Você tem sede de que?**: microcrédito e garantias. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4903/7/mt_019_7voc%C3%AAtemsede.pdf. Acessado em: 15 mar. 2018.

NERI, Marcelo. **Sem garantias, nem crédito.** Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24816/Sem-garantias-nem-credito.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 14 maio 2018.

NERI, Marcelo. **Políticas públicas aos pequenos produtores**. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/1183. Acessado em 15 mar. 2018.

NERI, Marcelo. **Os empresários da rocinha na perspectiva do microcrédito**. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/microcredito/EMP.Rocinha.PDF. Acessado em: 15 mar 2018.

NERI, Marcelo. **Negócios nanicos, garantias e acesso a crédito**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rec/v9n3/v9n3a07. Acessado em: 15 mar 2018.

NERI, Marcelo; BARBOZA, André. **Experimentando o microcrédito**. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/clippings/mc1037.pdf. Acessado em: 15 mar. 2018.

PAIVA, Luis Henrique; GALIZA, Marcelo. **Microcrédito**: alternativas em evidências no país. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5598/1/bmt_n.19_microcr%c3%a9ditoalter.pdf. Acessado em: 13 mar. 2018.

PITT, Mark M. **Re-re-replay to "The impact of Microcredit on the poor in Bangladesh revisiting the evidence"**. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/883151468206351055/pdf/WPS6801.pdf. Acessado em 12 jan. 2019.

ROODMAN, David. **O microcrédito cria pobres endividados**. Disponível em http://www.pnbe.org.br/david-roodman-o-microcredito-cria-pobres-endividados.html. Acessado em 15 dez 2018.

ROODMAN, David. **The impacto f Microcredit on the Poor in Bangladesh**: revisiting the evidence. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00220388.2013.858122?scroll=top&needAccess=true. Acessado em: 12 jan. 2019.

SANTOS, Carlos A. **Microcrédito**: notas sobre as características da demanda. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4768/1/bps_n.4_MICROCREDITO4.pdf. Acessado em: 15 mar. 2018.

SILVA, Mara Cristina da Silva. **Economia solidária e o microcrédito no Brasil**: avanços ou insuficiências? Revista de Administração de Roraima – RARR, Boa vista, ed. Vol. 4, n.1, jan-jun 2014.

SOARES, Ricardo Britto; BARRETO, Flávio Ataliba. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. *In*: **Estudos Econômicos**. São Paulo, V.41, N.1, p. 119-142, janeiro-março 2011.

SOUZA, Nelson Antônio. **Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do banco do nordeste do Brasil**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_14.pdf. Acessado em: 2 fev 2018.

TONETO, Rudinei; GREMAUD, Amaury Patrick. **Microcrédito e o financiamento rural**: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/63/73. Acessado em: 15 mar. 2018.